

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Dayana da Costa Rocha

Protagonismo juvenil: as possibilidades de participação estudantil no espaço escolar

Juiz de Fora

2024

Dayana da Costa Rocha

Protagonismo Juvenil: as possibilidades de participação estudantil no espaço escolar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof. Dra. Cláudia da Costa Guimarães Santana

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca
Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rocha, Dayana da Costa.
Protagonismo juvenil: as possibilidades de participação
estudantil no espaço escolar / Dayana da Costa Rocha. -- 2024.
172 p. : il.
Orientadora: Cláudia da Costa Guimarães
Santana Dissertação (mestrado profissional) -
Universidade Federal de
Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de
Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2024.
1. Protagonismo Juvenil. 2. Autonomia. 3. Gestão
Democrática. 4. Formação Social. I. Santana, Cláudia da Costa
Guimarães , orient. II. Título.

Dayana da Costa Rocha

Protagonismo juvenil: as possibilidades de participação estudantil no espaço escolar

**Dissertação
apresentada ao
Programa de Pós-
graduação Profissional
em
Gestão e Avaliação da
Educação Pública
da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de Mestre em
Gestão e Avaliação da
Educação Pública.
Área de
concentração:
Gestão e Avaliação da
Educação Pública**

Aprovada em 09 de dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

**Prof.(a) Dr.(a) Claudia da Costa Guimarães Santana - Orientador Faculdade
de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro - FAETERJ**

**Prof.(a) Dr.(a) Elisabeth Gonçalves de Souza
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ**

**Prof.(a) Dr.(a) Andrea Moreli Mendes Gualberto
Centro Universitário Arthur As Earp Neto**

Juiz de Fora, 12/11/2024.



Documento assinado eletronicamente por Claudia da Costa Guimarães Santana, Usuário Externo, em 11/12/2024, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#)



Documento assinado eletronicamente por ELISABETH GONCALVES DE SOUZA, Usuário Externo, em 19/12/2024, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#)



Documento assinado eletronicamente por Andrea Moreli M Gualberto, Usuário Externo, em 20/12/2024, às 08:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador 2098429 e o código CRC 8B236F0E.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, acima de tudo, pois tenho certeza de que Ele foi meu amparo nos momentos de angústia e de sofrimento vividos ao longo destes dois anos, em que me propus a cursar o mestrado, sabendo que momentos difíceis na vida pessoal teriam que ser superados para alcançar essa conquista.

Agradeço aos meus pais. À minha mãe, meu exemplo de mulher, que incansavelmente esteve e está ao meu lado, sempre pronta para tudo que for preciso, no seu incessante cuidar de todos que estão ao seu redor. Ao meu pai, que hoje está junto ao Pai Celestial, mas que sempre foi meu maior incentivador, que sempre vibrou e se orgulhou com cada conquista na minha trajetória. Obrigada por tudo! Amo vocês!

Aos meus filhos, Aruan e Anori, que são meus maiores motivos para nunca desistir. Filhos, desculpem-me pela ausência desses dois anos, pela privação de passeios e diversão, mas saibam: foi por vocês! Vocês são a razão da minha vida!

Aos meus irmãos, Anderson, Claudilaine, Jadna e Jadson, por serem sempre presentes em minha vida, cada um de uma forma, sempre me apoiando e incentivando para que eu consiga prosseguir e conquistar meus objetivos. Vocês são essenciais na minha vida!

Agradeço aos amigos que o mestrado me deu, Maíra, minha companheira inseparável, obrigada pela paciência, por me ouvir nos momentos difíceis em que eu precisava desabafar e principalmente pelas conversas, passeios, risadas e momentos de descontração. Marconi, Leo, Adriana e Val, obrigada pela companhia, trocas de experiências, almoços no Bigodeira! Vocês tornaram meus dias mais leves e divertidos.

À Diovana, que esteve comigo no processo de aprendizagem de escrita da dissertação. Sou imensamente grata por todos os ensinamentos e também pela empatia, por ter entendido os momentos de dificuldades que vivi nessa etapa.

A toda Equipe do PPGP, à minha Orientadora Cláudia e à banca examinadora pelas contribuições e conhecimentos compartilhados.

Ao Caian, meu primo querido, que foi tão solícito, ajudando na formatação dessa dissertação, abrindo mão de dias de férias e de descanso (de última hora, diga-se de passagem). Primo, você é 10!

Aos meus alunos, que foram o motivo dessa investigação. Agradeço por me motivarem a sempre querer ser melhor, para que eu possa contribuir significativamente com a formação de cada um de vocês.

Por fim, e não menos importante, às minhas amigas “Amigas somos NOZES”. Para vocês eu deveria criar uma parte para os “Atrapalhamentos” e não agradecimentos (kkkkk), pois nos fins de semana em que eu precisava me dedicar integralmente ao texto, vocês apareciam e diziam: “Bora fazer um churrasco?”, atrapalhando toda minha dedicação. Na verdade, sem vocês eu não teria vencido, pois no auge do meu cansaço, vocês conseguiram desviar meu foco e proporcionar momentos de muita alegria, para que eu recuperasse as energias e conseguisse escrever. Vocês são “ridículas”!

RESUMO

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão buscou evidenciar como tem se efetivado a participação estudantil no âmbito da escola analisada, com o objetivo de investigar as dificuldades na consolidação do protagonismo nas instâncias de participação da Escola Estadual Doutor João Pinto. Para isso apresentaremos a perspectiva do protagonismo juvenil, partindo de uma visão macro, fazendo a exploração das políticas nacionais que propõem o protagonismo juvenil na educação, enfatizando a BNCC e o Novo Ensino Médio e , posteriormente, será apresentado como tem acontecido o incentivo à participação estudantil no estado de Minas Gerais, dando maior destaque para as políticas atuais: Programa de Convivência Democrática e Programa Representantes de Turma / Conselho de Representantes de Turma. Em seguida, descreveremos a escola pesquisada e as evidências que caracterizam o caso de gestão observado na instituição. Para aprofundarmos no assunto, faremos o estudo teórico dividido em dois eixos: o primeiro, dedicar-se-á em fazer uma exposição teórica analisando os conceitos de Protagonismo Juvenil – Escola e Formação Social, o segundo eixo analisará a Gestão Democrática e a Participação Estudantil. Para essas análises nos embasaremos nos estudos de Dayrell (2007, 2016), Dayrell e Carrano (2014), Arroyo (2014), Corti (2014), Weller (2014) Dayrell, Gomes e Leão (2010), Martins (2010), Paro (2016), Vieira (2001), Lück (2009), Costa e Vieira (2000, 2006), Costa (2001) e Ferreti et al (2004). Dando continuidade, apresentamos a metodologia da pesquisa qualitativa, composta por dois grupos focais de líderes de turmas, por um grupo de alunos não representantes de turmas e pelas entrevistas individuais com o professor referência do Programa Líderes de Turma, com o supervisor pedagógico do ensino médio e com o gestor escolar. Em seguida, procederemos às análises dos dados da pesquisa e evidenciaremos o Plano de Ação Educacional, com vistas a fomentar o protagonismo na instituição. Por fim, faremos as considerações finais.

Palavras-chave: Protagonismo Juvenil, autonomia, gestão democrática, formação social

ABSTRACT

The present study was developed within the Professional Graduate Program in Education Management and Evaluation (PPGP) at the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). This management case aimed to highlight how student participation has been implemented within the analyzed school, with the objective of investigating the challenges in establishing student leadership within the participatory structures of Public School Dr. João Pinto. To this end, we will present the perspective of youth protagonism from a macro view, exploring national policies that promote youth protagonism in education, with an emphasis on the BNCC and the New High School model. Subsequently, we will examine how student participation is being encouraged in the state of Minas Gerais, with a focus on current policies: the Democratic Coexistence Program and the Class Representatives / Class Representatives Council Program.

Next, we will describe the school studied and the evidence characterizing the observed management case at this institution. To delve deeper into the topic, we will conduct a theoretical study divided into two main areas: the first will be dedicated to a theoretical analysis of the concepts of Youth Protagonism – School vs. Social Formation, while the second will examine Democratic Management and Student Participation. These analyses will be grounded in the studies of Dayrell (2007, 2016), Dayrell & Carrano (2014), Arroyo (2014), Corti (2014), Weller (2014), Dayrell, Gomes & Leão (2010), Martins (2010), Paro (2016), Vieira (2001), Lück (2009), Costa & Vieira (2000, 2006), Costa (2001), and Ferretti et al. (2004).

Finally, we present the qualitative research methodology used, which consisted of two focus groups of class leaders, one group of non-representative students, and individual interviews with the reference teacher of the Class Leaders Program, the high school educational supervisor, and the school administrator.

Keywords: Youth Protagonism, autonomy, democratic management, social formation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	-	Apresentação dos Eixos Componentes do Programa Convivência Democrática.....	34
Figura 2	-	Apresentação dos Eixos Estruturantes do Programa de Convivência Democrática no ambiente escolar.....	36
Figura 3	-	Apresentação das cinco etapas de ações do Programa de Convivência Democrática a serem realizadas no ano de 2023.....	41
Figura 4	-	Cronograma de ações a serem realizadas pelos Representantes de Turmas / Conselho de Turmas.....	42
Quadro 1	-	Descrição dos níveis de esforço docente.....	51
Quadro 2	-	Consolidado das Reuniões do Grêmio.....	53
Quadro 3	-	Consolidado Reuniões do Colegiado – Financeiro.....	56
Quadro 4	-	Consolidado Reuniões do Colegiado – Pedagógico.....	57
Quadro 5	-	Detalhamento Projetos do PPP.....	62
Quadro 6	-	Cronograma de Ações Representantes de Turmas.....	68
Quadro 7	-	Medalhas no JEMG no período de 2003 – 2022.....	73
Quadro 8	-	Eletivas escolhidas pelos alunos das turmas dos 1ºs e 2ºs anos Novo Ensino Médio.....	77
Gráfico 1	-	Eletivas 1ºano.....	78
Gráfico 2	-	Eletivas 2ºano.....	79
Quadro 9	-	Matriz Curricular Novo Ensino Médio Diurno.....	80
Gráfico 3	-	Percentual de votação Matrizes de Aprofundamentos.....	80
Quadro 10	-	Quadro de composição dos grupos focais.....	99
Quadro 11	-	Síntese dos sujeitos da pesquisa.....	105
Quadro 12	-	Dados da pesquisa e ações propostas por eixo temático.....	146
Quadro 13	-	Ações propostas para o eixo “Protagonismo – Escola e Formação Social – Apropriação e fomento do “Protagonismo Juvenil”.....	148
Quadro 14	-	Ações propositivas para o eixo “Gestão Democrática e Participação Estudantil” – Ressignificação do espaço Representantes de Turma.....	153

Quadro 15 -	Ações propositivas para o eixo de pesquisa “Gestão Democrática e Participação Estudantil” - Elaboração dos Projetos Pedagógicos.....	156
Quadro 16 -	Ações propositivas para o eixo de pesquisa “Gestão Democrática e Participação Estudantil” - Promoção da melhoria do diálogo entre gestão e alunos.....	159
Quadro 17 -	Ações propositivas para o eixo de pesquisa “Gestão Democrática e Participação Estudantil” – Criação do Grêmio Estudantil.....	162

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Número de alunos por ano de escolaridade.....	46
Tabela 2	- Servidores da Escola.....	47
Tabela 3	- Participação e desempenho dos alunos na disciplina de Língua Portuguesa referente ao 9º ano da E. E. Dr. João Pinto.....	48
Tabela 4	- Participação e desempenho dos alunos na disciplina de Língua Portuguesa referente ao 3º ano da E. E. Dr. João Pinto.....	48
Tabela 5	- Percentual de Reprovação, Abandono e Aprovação do Ensino Fundamental.....	49
Tabela 6	- Percentual de Reprovação, Abandono e Aprovação do Ensino Médio.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
ASB	Auxiliar de Serviços Básicos
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CEB	Câmara de Educação Básica
CEJUVE	Conselho Estadual da Juventude
CNB	Conselho Nacional de Educação
COVID	Doença do Coronavírus
DJUV	Diretoria de Juventude
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
E.E.D.J.P.	Escola Estadual Doutor João Pinto
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FEEMG	Federação de Esportes Estudantis de Minas Gerais
GF	Grupos Focais
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
JEMG	Jogos Escolares de Minas Gerais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
NEM	Novo Ensino Médio
ONG	Organização Não Governamental
PAE	Plano de Ação Educacional
PCD	Programa de Convivência Democrática
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PET	Plano de Estudos Tutorados
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEB	Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica

SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
Sedpac	Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania
SEDESE	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEE-MG	Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais
SIMA	Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação em Direitos Humanos
SIMAVE	Sistema de Avaliação e Equidade da Educação Pública
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
VEM	Virada da Educação de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A PERSPECTIVA DO PROTAGONISMO JUVENIL NA ESCOLA ESTADUAL DOUTOR JOÃO PINTO	20
2.1	O PROTAGONISMO JUVENIL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO NACIONAL - EXPLORAÇÃO DAS POLÍTICAS NACIONAIS QUE PROPÕEM O PROTAGONISMO JUVENIL NA EDUCAÇÃO.....	20
2.1.1	Protagonismo na BNCC e Novo Ensino Médio.....	25
2.2	O INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO ESTADO DE MINAS GERAIS	29
2.2.1	Programa de Convivência Democrática	33
2.2.2	Programa Representantes de Turma e Conselho de Representantes de Turma.....	38
2.3	PROTAGONISMO JUVENIL NA ESCOLA ESTADUAL DOUTOR JOÃO PINTO	44
2.3.1	Aspectos característicos e organizacionais da Instituição	45
2.3.2	Evidências relativas às instâncias de participação estudantil dos alunos da escola em análise	52
2.3.2.1	Grêmios estudantis – Palco para o protagonismo juvenil.....	52
2.3.2.2	Colegiado Escolar – espaço para a efetivação da participação estudantil e da gestão democrática.....	55
2.3.2.3	Projetos Pedagógicos – Alunos como centro do processo de ensino- aprendizagem.....	61
2.3.2.4	Representantes de Turma - Líderes de Turma e o Protagonismo Juvenil em Ação.....	67
2.3.2.5	Jogos Escolares (JEMG) como potencializador de liderança juvenil.....	72
2.3.2.6	Novo Ensino Médio e o jovem protagonista.....	75
3	ANALISANDO O PROTAGONISMO JUVENIL NO CONTEXTO ESCOLAR	84
3.1	REFERENCIAL TEÓRICO	84
3.1.1	Protagonismo Juvenil – Escola e Formação Social	85
3.1.2	Gestão Democrática e a Participação Estudantil	91
3.2	RECURSOS E METODOLOGIA DE PESQUISA	98
3.2.1	Análise de dados.....	102

3.2.2	Protagonismo Juvenil – Escola e Formação Social.....	107
3.2.3	Gestão Democrática e a Participação Estudantil.....	122
3.2.4	Síntese da Análise de Pesquisa.....	140
4	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL - "PROTAGONISMO EM AÇÃO: FORTALECENDO A VOZ E A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA ESCOLA DOUTOR JOÃO PINTO"	144
4.1	AÇÃO PROPOSITIVA PARA O EIXO PROTAGONISMO – ESCOLA E FORMAÇÃO SOCIAL.....	147
4.2	AÇÃO PROPOSITIVA PARA O EIXO GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL.....	150
4.2.1	Ressignificação do espaço Representantes de Turma.....	152
4.2.2	Elaboração de Projetos Pedagógicos.....	155
4.2.3	Promoção da melhoria do diálogo entre gestão e alunos.....	158
4.2.4	Criação do Grêmio Estudantil.....	160
4.3	AVALIAÇÃO E EXEQUIBILIDADE DO PROJETO PROTAGONISMO EM AÇÃO: FORTALECENDO A VOZ E A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA ESCOLA DOUTOR JOÃO PINTO.....	166
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
	REFERÊNCIAS	169
	APÊNDICE A – ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS, COMPOSTOS POR ESTUDANTES REPRESENTANTES DE TURMA	176
	APÊNDICE B - ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DO GRUPO FOCAL COM ALUNOS NÃO REPRESENTANTES DE TURMA	178
	APÊNDICE C - ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA COM O PROFESSOR REFERÊNCIA, COM A ESPECIALISTA DO ENSINO MÉDIO E COM O GESTOR ESCOLAR	180

1 INTRODUÇÃO

O protagonismo juvenil nos ambientes escolares tem sido um tema de bastante relevância para a educação do Brasil e cada vez mais incentivado como estratégia de se alcançar uma mudança significativa na educação pública. Essa é uma realidade principalmente para a etapa do Ensino Médio, que hoje é a modalidade de ensino com resultados mais baixos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população (INEP, 2022).

O protagonismo juvenil no ensino médio demanda a participação ativa dos estudantes no processo educativo, considerando que eles podem se tornar agentes de transformação em suas próprias vidas e na comunidade em que estão inseridos. Os jovens protagonistas assumem responsabilidade por sua aprendizagem, por seu desenvolvimento pessoal e pelo engajamento cívico. Dayrell (2016) afirma que considerar o jovem como protagonista implica reconhecê-lo como um ser capaz de entender o mundo e transformar sua realidade, considerando os conhecimentos e culturas que traz consigo. Portanto, deve-se construir ações com ele e não para ele, para que o jovem possa exercer sua autonomia no processo de criação das ações, desde sua formulação até a análise dos resultados finais.

Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo investigar as dificuldades na consolidação do protagonismo nas instâncias de participação da Escola Estadual Doutor João Pinto, com vistas a otimizar esses espaços para o exercício do protagonismo na instituição, a fim de que os discentes tenham uma participação mais autônoma.

Sou professora de Língua Portuguesa e atuo nessa instituição desde 2006. Atuei como gestora escolar por oito anos e atualmente estou como professora do ensino médio e vice-diretora do ensino fundamental no turno da tarde. Estudei nessa escola nos anos finais e no ensino médio e durante minha formação fui uma aluna muito atuante nos movimentos escolares, compondo o grêmio estudantil e participando sempre das atividades que eram propostas pela escola. Na comunidade, participei de grupos de adolescentes e de jovens ligados à igreja e também me envolvia em atividades culturais como gincanas, teatros, entre outras atividades.

Enfim, tive uma juventude engajada e percebo que foi, principalmente, através da participação estudantil que consegui alcançar meus objetivos.

Analisando o contexto no qual atuo, pude observar que, quando os educandos se envolvem ativamente nas atividades ou decisões tomadas no ambiente escolar, eles tendem a se interessar mais pelos assuntos relacionados à escola, desenvolvendo o sentimento de pertencimento, melhorando o relacionamento com professores, gestores e demais servidores. Porém, essa participação precisa ser fomentada, de forma que os alunos possam desenvolver maior autonomia em todos os espaços possíveis dentro da escola. Lima (2020, p.14) afirma que:

Adotar estratégias que promovam o protagonismo juvenil pode aproximar o estudante da escola, criar um sentimento de pertencimento e, assim, reduzir a evasão e contribuir para que a juventude possa reconhecer na escola um caminho para a construção de seu projeto de vida

Estudos sobre esse tema mapearam que as principais estratégias institucionais para a promoção do protagonismo na escola se concentram nos órgãos colegiados, como grêmios estudantis e conselho escolar (MARTINS; DAYRELL, 2010; PARO, 2016). Como entidade legal, o Grêmios Estudantis garante a livre participação dos educandos dentro do ambiente escolar, dando voz e vez aos educandos, que passam a ter maior autonomia e poder de decisão, principalmente pelo fato de participarem da construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição. O colegiado escolar, assim como o grêmios estudantis, é um órgão institucionalizado que garante a participação dos educandos nas tomadas de decisões dentro do ambiente escolar, promovendo a efetivação da gestão democrática.

Além dos órgãos colegiados, que garantem a legalidade da participação estudantil, existem outras instâncias de participação que acontecem formalmente e informalmente na rotina escolar e são fomentadas pela equipe pedagógica ou pelos próprios estudantes, nos momentos em que esses se engajam em projetos que são propostos no PPP ao longo do ano letivo. A implementação de Políticas Educacionais voltadas para a promoção da autonomia dos estudantes como forma de inseri-los como protagonistas do processo de aprendizagem em busca de sua formação integral também pode se consolidar como instância de fomento à participação estudantil, como é o caso da Lei nº 13.415/2017, que institui o Novo Ensino Médio (NEM), e da

Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que estabelece os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos da Educação Básica. Essas duas normativas dão destaque ao protagonismo juvenil como forma de se promover a construção do projeto de vida dos jovens matriculados no ensino médio.

Diante dessa perspectiva, surgiu o meu interesse em pesquisar a respeito das dificuldades de efetivação da participação dos estudantes no ambiente escolar. Dessa maneira, busco responder à seguinte questão de pesquisa: Como promover o fortalecimento do protagonismo dos educandos nos diversos espaços da E.E.Dr. João Pinto?

Como objetivo geral, buscamos investigar os desafios no fortalecimento do protagonismo dos educandos nos diversos espaços da E.E.Dr. João Pinto.

Para atingirmos o objetivo geral, estruturamos os seguintes objetivos específicos:

1. Descrever como ocorre a participação estudantil na E.E. Dr. João Pinto,
2. Analisar a percepção dos educandos sobre Protagonismo Juvenil e como ela é reconhecida e assumida pelo corpo docente, equipe pedagógica e gestão escolar,
3. Propor a implementação, pela equipe gestora e pela equipe pedagógica, de ações que favoreçam o protagonismo dos discentes dessa escola.

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos, sendo esta introdução o primeiro deles. O segundo capítulo tem o objetivo de apresentar a perspectiva do protagonismo juvenil na Escola Estadual Doutor João Pinto, partindo de uma visão mais ampla, no plano nacional e estadual, até chegar a uma visão mais local, abordando especificamente a escola em análise. Esse capítulo está dividido em três seções. Descreve-se, inicialmente, o protagonismo juvenil no âmbito da educação nacional, fazendo a exploração das políticas nacionais que propõem o protagonismo juvenil na educação, enfatizando a BNCC e o Novo Ensino Médio. Em seguida, é apresentado como tem ocorrido o incentivo à participação estudantil no estado de Minas Gerais, dando maior destaque para as políticas atuais: Programa de Convivência Democrática e Programa Representantes de Turma/Conselho de Representantes de Turma. Ao fim do capítulo, a Escola Estadual Doutor João Pinto é

apresentada, sendo descritas, também, as evidências que caracterizam o caso de gestão observado na instituição.

Para apresentar como o protagonismo se expressa na escola, serão elencadas as instâncias de participação identificadas e como ocorre a atuação dos alunos nesses contextos. O primeiro espaço de participação estudantil a ser apresentado será o Grêmio Estudantil, que é um espaço institucional de efetivação do protagonismo juvenil, no entanto, esse espaço está desativado na escola desde o ano de 2019. Portanto, demonstraremos como os alunos atuavam dentro dessa instância no período em que o Grêmio esteve em funcionamento. Também serão trazidos dados sobre participação estudantil no Colegiado Escolar. Mediante a análise dos registros de atas das reuniões deste órgão colegiado, buscamos observar de que maneira a participação dos estudantes tem se efetivado nesse contexto. Em seguida demonstraremos como tem se efetuado a atuação dos discentes nos Projetos Pedagógicos da escola, que são definidos no PPP da instituição.

Outra instância de participação relevante é a dos Representantes de Turma/Conselho de Representantes de Turma, estabelecida pela SEE/MG desde 2017. Através da análise dos dados disponíveis, destacaremos o papel desempenhado pelos estudantes dentro dessa estrutura participativa.

Os Jogos Escolares de Minas Gerais têm assumido um papel de proeminência na Escola Estadual Doutor João Pinto, configurando-se como um ambiente propício à manifestação da autonomia dos estudantes. A partir da análise dos dados submetidos à pesquisa, delinearemos de que forma os alunos têm conseguido concretizar o protagonismo juvenil nesse contexto específico.

Por fim, procederemos à descrição de como ocorre a participação dos estudantes no âmbito do Novo Ensino Médio. Segundo os documentos orientadores que o regem, o NEM foi implementado com a finalidade primordial de transformar o Ensino Médio em um espaço propício para a edificação da autonomia dos jovens, capacitando-os a construir seus próprios projetos de vida. A implantação do NEM está imersa num campo de tensão entre aqueles que são favoráveis à sua implantação e aqueles que discordam de suas finalidades, mas no contexto dessa pesquisa o NEM será descrito considerando a sua previsão de oportunizar, em alguma medida, a

promoção do protagonismo juvenil no ambiente escolar, descrevendo como ele se efetivou no contexto específico da escola pesquisada.

O terceiro capítulo tem o intuito de indicar os caminhos para o aprofundamento da pesquisa acerca do caso de gestão aqui apresentado, estruturado em três seções. A primeira, dedicar-se-á a fazer uma exposição teórica sobre o Protagonismo Juvenil – Escola e Formação Social e Gestão Democrática e a Participação Estudantil apoiados nos estudos de Dayrell (2007, 2016), Dayrell e Carrano (2014), Arroyo (2014), Corti (2014), Weller (2014) Dayrell, Gomes e Leão (2010), Martins (2010), Paro (2016), Vieira (2001), Lück (2009), Costa e Vieira (2000, 2006), Costa (2001) e Ferreti et al (2004). Na segunda seção, descrevemos a metodologia da pesquisa qualitativa que foi realizada, composta por dois grupos focais de líderes de turmas, por um grupo focal de alunos não representantes de turmas e pelas entrevistas individuais com o professor referência do Programa Líderes de Turma, com o gestor escolar e com o supervisor pedagógico. Na terceira seção, procederemos às análises dos dados obtidos.

O quarto capítulo é propositivo, no qual apresentaremos o Plano de Ação Educacional, com o intuito de propor ações para fomentar e consolidar o protagonismo juvenil na escola pesquisada. Por fim, no quinto capítulo, faremos nossas considerações finais.

2 A PERSPECTIVA DO PROTAGONISMO JUVENIL NA ESCOLA ESTADUAL DOUTOR JOÃO PINTO

Neste capítulo temos o objetivo de descrever como ocorre a participação estudantil na E.E. Dr. João Pinto. Para tanto, apresentamos como têm se desenvolvido as ações de protagonismo nos diversos espaços da instituição em estudo e quais as dificuldades encontradas para sua consolidação.

Para descrever a maneira como o protagonismo juvenil acontece na escola em análise, esse capítulo está organizado em três seções. Na primeira, apresentaremos o protagonismo no âmbito nacional, trazendo quando esse tema passou a ser pauta importante no processo educacional. Para isso, utilizaremos as legislações norteadoras: Lei nº 7.398/1985, que garante a organização do Grêmio Estudantil, Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases - Lei nº 9.394/1996, Lei nº 12.852, que estabelece o Estatuto da Juventude, Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio de 2018, Lei nº 13.415/2017, que regulamenta o Novo Ensino Médio (NEM), mostrando como o Protagonismo Juvenil ganha centralidade na BNCC e no Novo Ensino Médio.

Na segunda seção, será apresentado o panorama da educação mineira e como tem sido o incentivo à participação estudantil através de políticas de fomento ao protagonismo juvenil. Em especial, será apresentado o Programa Convivência Democrática e Programa Representantes de Turma / Conselho de Representantes de Turma. Na última seção, apresentaremos, de forma mais aprofundada, a Escola Estadual Doutor João Pinto e como o protagonismo juvenil vem acontecendo nos diversos espaços possíveis para sua efetivação.

2.1 O PROTAGONISMO JUVENIL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO NACIONAL - EXPLORAÇÃO DAS POLÍTICAS NACIONAIS QUE PROPÕEM O PROTAGONISMO JUVENIL NA EDUCAÇÃO

O termo protagonismo foi introduzido no campo da educação com vistas a promover uma mudança de paradigma em relação ao modelo tradicional de ensino, no qual os professores eram os principais transmissores de conhecimento e os alunos

eram receptores passivos. Em vez disso, o protagonismo promove a ideia de que os estudantes devem desempenhar um papel ativo na definição de seus objetivos de aprendizado, na escolha de métodos de estudo que se adequem a eles, na resolução de problemas e na busca de oportunidades de aprendizado além da sala de aula (DAYRELL; CARRANO, 2014). Com o intuito de fomentar essa autonomia, diversos documentos legais e políticas públicas têm norteado a participação estudantil na educação básica.

Os movimentos estudantis no Brasil têm uma longa história de engajamento político e social, datando desde o período colonial até os dias atuais (Gonçalves JUNIOR, 2023). Esses movimentos geralmente surgem em resposta a questões educacionais, políticas e sociais e têm desempenhado um papel importante na defesa dos direitos dos estudantes e na luta por mudanças nas políticas educacionais. No entanto, somente com a publicação da Lei nº 7.398, de 04 de novembro de 1985, o movimento estudantil, no âmbito das escolas de 1º e 2º grau, foi realmente regulamentado. Em seu Art. 1º, ficou assegurado aos estudantes a organização de grêmios estudantis “como atividades autônomas representativas dos interesses dos estudantes com finalidades culturais, cívicas, desportistas e sociais (BRASIL, 1985). Posteriormente outras legislações foram publicadas com o intuito de regulamentar e assegurar os Grêmios Estudantis, como as Leis Estaduais nº 12.084/1996 (MINAS GERAIS, 1996), e a nº 13.410/1999 (MINAS GERAIS, 1999).

O Grêmio Estudantil é uma entidade legal, que garante a autonomia juvenil no ambiente escolar, entretanto, sua viabilidade nem sempre é facilitada, pois muitos são os entraves que podem dificultar seu funcionamento e inibir a participação autônoma dos estudantes, como as dificuldades em realizar atividades sem interferência da direção da escola, uma vez que a hierarquia de poder dentro da instituição tende a direcionar as ações do Grêmio, como forma de gerenciar o que os alunos podem ou não interferir nas decisões escolares. Outro aspecto muito comum é a dificuldade de entendimento entre os próprios membros do Grêmio, pois lidar com opiniões divergentes, principalmente na juventude, é um importante desafio. Mesmo diante desses obstáculos, o Grêmio se consolidou como um caminho para que os jovens possam dar início ao processo de formação cidadã consciente e desenvolverem habilidades de resoluções de problemas e conflitos.

Martins e Dayrell (2013), ao observarem a atuação do Grêmio Estudantil em uma escola, chegaram à seguinte conclusão:

Em relação à forma de organização do grêmio, percebe-se que essa é singular, que responde às necessidades dos jovens. O que parece uma desorganização para o adulto, pode ser uma estratégia de participação para o jovem que divide seu tempo com a escola, o trabalho e o lazer. A organização desorganizada foi uma das saídas para jovens que vivem a condição juvenil em múltiplos papéis, inclusive como militante estudantil. Tais situações nos levam a pensar sobre o interesse dos jovens pelas questões participativas. O ato de participar não se dá facilmente, eles têm de se esforçar, se adaptar, de abrir mão de espaços e de tempos. Eles optam por participar e isso envolve perdas e ganhos. Essa é uma oportunidade de escolha, e mais do que isso, de se responsabilizar pelas escolhas (MARTINS; DAYRELL, 2013, p.14)

A participação dos alunos nos grêmios e em instâncias colegiadas da escola está prevista inclusive na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, inciso VI, o qual estabelece a gestão democrática do ensino como um princípio que deve reger a educação no Brasil. Esse princípio visa garantir a participação ativa e democrática de diversos atores no processo decisório das escolas, incluindo estudantes, pais, professores e funcionários (BRASIL, 1988). O princípio da gestão democrática na educação também é reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), conhecida como LDB. O artigo 14 dessa lei estabelece a participação dos docentes na elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas e da comunidade escolar em conselhos escolares e instâncias similares (BRASIL, 1996). Outras legislações a nível nacional foram publicadas depois da Constituição Federal e da LDB, como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - 1990), Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCN – 2000), Estatuto da Juventude (2013), Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2012). Todos esses documentos versam sobre a garantia de direitos da formação integral dos jovens, o que concebe uma educação que promova a sua autonomia enquanto cidadão.

No contexto da promoção da gestão democrática, o atual Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), já previsto na LDB, no parágrafo 1º do artigo 87, estabelece, na meta 19, prazo para efetivação da gestão democrática, sendo a estratégia 19.4 com o intuito de estimular a constituição e o fortalecimento de grêmios

estudantis nos ambientes escolares, assegurando a oferta de espaços e condições adequados para o seu funcionamento (BRASIL, 2014). Sobre a importância do funcionamento dos Grêmios Estudantis, Martins (2010, p.61) afirma que “o grêmio estudantil pode se tornar um lugar concreto de prática social, e a escola, como arena relacional, pode se tornar lugar profícuo para o exercício de experiências sociais de participação.”

Diante do exposto, fica evidente a importância dos grêmios estudantis como espaço de formação política dos jovens, onde eles podem atuar de forma autônoma e democrática nos processos de participação não só no âmbito escolar como na comunidade em que estão inseridos.

A proposta de reformulação da etapa do Ensino Médio feita pela Lei 13415/2017, que institui o Novo Ensino Médio, foi propagada como uma política que visa à promoção do protagonismo juvenil, uma vez que além de trazer mudanças significativas na matriz curricular, com ampliação da carga horária anual, busca implementar práticas pedagógicas com grande foco na participação ativa dos jovens. O Novo Ensino Médio apresenta como principal premissa, em seus documentos, a possibilidade de os alunos escolherem suas trajetórias curriculares conforme seus interesses e objetivos. Além de incentivá-los a se envolver em atividades extracurriculares, projetos de pesquisa e ações comunitárias que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para sua vida pessoal e profissional (BRASIL, 2017a).

No entanto, essa reforma surge num processo político no Brasil bastante conturbado, após o impeachment da então presidente Dilma Rousseff e a posse do presidente Michel Temer. Embora a discussão sobre a necessidade de uma reforma educacional no âmbito do ensino médio tenha sido amplamente debatida anteriormente, com a publicação dos resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) referentes ao ano de 2015, a pressão por novas propostas e melhoria dos resultados foi aumentando. Assim, sendo justificada pelos dados estagnados do IDEB, a reforma ocorreu através de uma Medida Provisória MP 746/2016 e foi sancionada pela Lei nº 13.415/2017.

Apesar de propor uma educação integral para os educandos, baseada na construção de um currículo mais flexível e propagar a liberdade de escolha por parte dos alunos, enfatizando que eles seriam atores dentro do processo educacional, o que aconteceu com a implementação do NEM foi o silenciamento dos seus principais atores: alunos e professores, uma vez que essa implementação ocorreu à revelia de seus interessados, sem diálogo, sem debates, através de uma Medida Provisória. A Anfope pontua em seu Manifesto contra a Medida Provisória que:

a pretexto de instituir uma política de fomento à implementação de escolas de Ensino Médio em tempo integral, desorganiza esse nível de ensino, ignorando as discussões anteriores e aquelas em andamento no Brasil sobre os rumos da educação, constituindo grave ameaça à qualidade do Ensino Médio e à formação da juventude brasileira' (ANFOPE, 2016)

Podemos observar que, na verdade, a implementação do Novo Ensino Médio perpassa pela falta de diálogo e pelo cerceamento dos principais atores envolvidos. Esse modelo educacional, concebido para oferecer uma formação mais flexível e alinhada às demandas contemporâneas, frequentemente esbarra na ausência de espaços significativos de participação e debate para aqueles que estão na linha de frente do processo educativo. Alunos e professores, fundamentais na construção e execução de práticas pedagógicas eficazes, muitas vezes se veem marginalizados em decisões que impactam diretamente em seu cotidiano escolar. A falta de canais efetivos de comunicação e a subestimação de suas experiências e conhecimentos contribuem para uma implementação fragmentada e desarticulada do Novo Ensino Médio.

Embora encontremos diversos pontos de conflito no processo de implementação do NEM, essa pesquisa se voltará para a oportunidade de, para além do cerceamento, a escola atuar como instituição que visa fomentar o protagonismo que os Documentos Orientadores propõem, mesmo diante de um cenário tão adverso.

Paralelamente ao momento de implementação da Lei 13.415/2017, a BNCC estava sendo formulada em um processo que envolveu vários anos de estudos, debates, consultas públicas e colaboração entre diversos atores da educação no Brasil, sendo publicada em 2018, trazendo considerações importantes sobre a questão do protagonismo. A BNCC é um importante documento orientador da

educação no Brasil, que define os conteúdos e competências essenciais, que todos os estudantes da Educação Básica, incluindo o Ensino Médio, devem desenvolver ao longo de sua formação. Além de estabelecer uma base comum de conhecimentos e habilidades, a BNCC também enfatiza a importância do protagonismo juvenil e da flexibilidade curricular. A BNCC reconhece a importância da educação integral, que vai além do desenvolvimento de habilidades acadêmicas e busca promover o desenvolvimento integral dos estudantes, incluindo aspectos sociais, emocionais e culturais (BRASIL, 2017b). Isso se alinha com a ideia de que os jovens são agentes ativos na construção de seu próprio projeto de vida.

O reconhecimento dos jovens como interlocutores legítimos e a promoção de arranjos curriculares que favoreçam a construção de projetos de vida são focos privilegiados pela referida política. Para tanto, a proposta curricular está centrada na organização por itinerários formativos, derivados das áreas do conhecimento, a serem escolhidos individualmente pelos estudantes. Associam-se a esse arranjo curricular os dois pressupostos teóricos que alicerçam a BNCC: o desenvolvimento de competências e o foco na Educação integral (SILVA, 2023, p.5)

O Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular são normativas fundamentais que moldam o cenário educacional do Ensino Médio no Brasil. O NEM, implementado a partir da Lei 13.415/2017, promove uma reestruturação profunda no currículo do Ensino Médio, enfatizando a flexibilidade curricular e permitindo que os estudantes escolham itinerários formativos alinhados a seus interesses e vocações. A BNCC, por sua vez, estabelece as diretrizes nacionais para a Educação Básica e define as competências e habilidades que os estudantes devem adquirir ao longo de sua formação. A seção a seguir detalhará como o protagonismo juvenil está previsto e disposto no NEM e na BNCC, considerando que essas normativas desempenham um papel central na condução do contexto e das práticas educacionais do Ensino Médio no Brasil.

2.1.1 Protagonismo na BNCC e Novo Ensino Médio

O NEM e a BNCC apontam a importância do protagonismo juvenil como forma de promover a educação integral dos jovens e para isso propõem a reestruturação do

currículo, como forma de deliberar maior autonomia aos educandos, promovendo uma educação reflexiva, em que os alunos não sejam apenas receptores de conhecimento, mas que desenvolvam habilidades de analisar os problemas apresentados e consigam formular propostas de intervenções para conseguirem transformar sua realidade com atitudes e valores positivos.

O Novo Ensino Médio é implementado no cenário da educação brasileira como uma tentativa de ressignificar essa etapa da educação, tendo como base um cenário marcado por altos índices de evasão e repetência, além dos baixos resultados nas avaliações externas (SAEB) e internacionais (PISA). A reforma educacional foi proposta pela Lei nº 13.415/2017 e teve como principal objetivo tornar o Ensino Médio mais flexível, significativo e em consonância com as necessidades dos estudantes e do mercado de trabalho (BRASIL, 2017a).

A Lei 13.415/2017, também conhecida como Lei do Novo Ensino Médio, promoveu três mudanças fundamentais nessa etapa de ensino, a partir da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação: (i) introduziu a oferta de itinerários formativos, permitindo que os estudantes escolham áreas de conhecimento específicas de acordo com seus interesses, aptidões e projetos de vida, o que ampliou a flexibilidade curricular, (ii) buscou alinhar os objetivos de aprendizagem do Ensino Médio com a BNCC, que ainda não havia sido publicada na época, garantindo que as competências e habilidades estivessem em conformidade com as diretrizes nacionais, (iii) estabeleceu o objetivo de expandir a carga horária do Ensino Médio para três mil horas até 2022, visando oferecer uma formação mais ampla e aprofundada aos estudantes, de acordo com as demandas contemporâneas e com as necessidades do mercado de trabalho.

Com o objetivo de atualizar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, foi publicada a Resolução CNE/CEB nº 03/2018, que estabeleceu as diretrizes para a implementação do Novo Ensino Médio nos estados brasileiros. Entre os pontos abordados por essa resolução, destacam-se as diretrizes relacionadas ao protagonismo estudantil. Ela dispõe que o currículo do Ensino Médio deve incentivar a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem, promovendo a autonomia, a reflexão crítica e a construção de projetos de vida. Além disso, a resolução enfatiza a importância de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade

e a interdisciplinaridade, permitindo aos estudantes a oportunidade de desenvolver competências essenciais para sua formação integral. Em seu artigo 5º, inciso VIII, estabelece a “indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos protagonistas do processo educativo” (BRASIL, 2018).

Alinhada à necessidade de adequação do ensino médio, a Base Nacional Comum Curricular, publicada em 2018, organizada em duas grandes partes, define uma "parte comum" do currículo, que consiste em conteúdos e competências que todos os estudantes devem cursar, independentemente da região do país em que vivem, e prevê, também, uma "parte diversificada" do currículo, que pode ser adaptada pelas redes de ensino de acordo com as características locais e os interesses dos estudantes, definida como *itinerários formativos*. Ou seja, a BNCC fornece as diretrizes gerais com o que todos os estudantes devem aprender, enquanto o Novo Ensino Médio se baseia na BNCC, mas introduz flexibilidade para que os estudantes possam escolher itinerários que atendam melhor às suas aspirações e interesses. Isso é visto como uma maneira de tornar o ensino médio mais relevante e significativo para os estudantes, dando papel de protagonismo para os jovens. Segundo Silva (2023, p.5) “O reconhecimento dos jovens como interlocutores legítimos e a promoção de arranjos curriculares que favoreçam a construção de projetos de vida são focos privilegiados pela referida política.”

O protagonismo juvenil adquire um papel relevante na BNCC, pois reconhece a importância de se envolver os estudantes no processo educacional, estimulando sua participação ativa na escola e na sociedade. De acordo com o documento:

Considerar que há muitas juventudes implica organizar uma escola que acolha as diversidades, promovendo, de modo intencional e permanente, o respeito à pessoa humana e aos seus direitos. E mais, que garanta aos estudantes ser protagonistas de seu próprio processo de escolarização, reconhecendo-os como interlocutores legítimos sobre currículo, ensino e aprendizagem. Significa, nesse sentido, assegurar-lhes uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, permita-lhes definir seu projeto de vida, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos. (BRASIL, 2017b, p.463)

Podemos observar, em diversos trechos, a presença do protagonismo, da capacidade de intervir nas questões sociais, a preocupação com o projeto de vida e com o respeito às diversidades que são pontos essenciais para a formação integral do jovem como cidadão.

A BNCC reconhece que a escola não deve ser apenas um local de transmissão de conhecimentos, mas também um espaço onde os estudantes são incentivados a refletir sobre seus interesses, talentos, valores e objetivos de vida. A ideia é que, ao longo de sua formação, os estudantes possam adquirir as competências necessárias para tomar decisões embasadas e conscientes sobre seu futuro, levando em consideração suas aptidões, aspirações e as oportunidades disponíveis. O conceito e a abordagem relacionados ao "projeto de vida" estão incorporados em diversos trechos da BNCC, especialmente nas competências gerais e nas habilidades socioemocionais que enfatizam o desenvolvimento de habilidades e atitudes que capacitem os estudantes a definir metas pessoais e a desenvolver um senso de propósito em relação ao seu futuro.

A promoção do protagonismo juvenil no NEM, com base nas diretrizes da BNCC traz a importância do papel da escola para orientar os jovens na construção dessa autonomia para que sejam capazes de traçar seus projetos de vida. Sobre isso, a BNCC explica que:

Logo, é papel da escola auxiliar os estudantes a aprender a se reconhecer como sujeitos, considerando suas potencialidades e a relevância dos modos de participação e intervenção social na concretização de seu projeto de vida. É, também, no ambiente escolar que os jovens podem experimentar, de forma mediada e intencional, as interações com o outro, com o mundo, e vislumbrar, na valorização da diversidade, oportunidades de crescimento para seu presente e futuro (BRASIL, 2018, p.473)

A partir da publicação da Lei nº13.415/2017, que estabelece o Novo Ensino Médio e, posteriormente, com a implementação da Base Nacional Comum Curricular, o estado de Minas Gerais empreendeu esforços significativos para adaptar e implementar essas mudanças no currículo das escolas da rede estadual. Isso incluiu não apenas a reestruturação curricular para oferecer itinerários formativos mais flexíveis, mas também o incentivo ao protagonismo estudantil, que se tornou uma parte integral da abordagem educacional em Minas Gerais. A seção a seguir detalha

a história e as iniciativas concretas que visam promover e fortalecer a participação dos estudantes no contexto educacional do estado.

2.2 O INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

A participação estudantil desempenha um papel crucial na efetivação da gestão democrática nas instituições de ensino. Ela não é apenas uma questão de dar voz aos estudantes, mas também de promover um ambiente educacional mais inclusivo, justo e enriquecedor e sua promoção contribui para a formação de cidadãos ativos e conscientes de seus direitos e deveres. Ao envolver os estudantes nas decisões que afetam seu cotidiano acadêmico, as instituições de ensino os preparam para participar ativamente na sociedade, fortalecendo assim a democracia como um todo.

Martins (2010) afirma que a participação dos jovens na escola oferece uma ampla gama de oportunidades para enriquecer seu processo de formação. Vai além do aprendizado conceitual e estrutural, envolvendo a prática e a construção do conhecimento através da expressão de opiniões, da defesa de pontos de vista e da contribuição ativa para sua própria educação. Permitir que os jovens participem ativamente é fundamental para ajudá-los a se desenvolver como indivíduos e isso pode ser uma abordagem valiosa para aprimorar a educação.

Nesse sentido, ao longo das últimas décadas, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais vem promovendo iniciativas que fomentam esse protagonismo juvenil e a publicação da Lei nº 12.084, datada de 1996 e promulgada sob a gestão do então Governador Eduardo Azeredo, foi uma dessas iniciativas. A Lei aborda questões adicionais à Lei Federal nº 7.398/1985 ao tratar dos grêmios estudantis. Ela reconhece os grêmios como representantes dos interesses e demandas dos alunos, enfatizando que é uma atribuição exclusiva dos estudantes a criação, estruturação normativa e organização dessas entidades (MINAS GERAIS, 1996). Além disso, a legislação proíbe qualquer intervenção externa nos grêmios, assegurando-lhes um local para realização de reuniões, bem como a livre circulação e expressão de seus líderes, garantindo também espaço nas instalações escolares para a divulgação das atividades e eventos promovidos pelos grêmios.

Alguns programas educacionais promovidos pela SEE/MG merecem destaque no que tange ao incentivo à autonomia da participação estudantil como o Programa Educacional de Atenção ao Jovem (PEAS Juventude), que teve seu início em 1994, em parceria com a Fundação Odebrecht e o Sistema Salesiano de Vídeo, com o objetivo de promover ações de caráter educativo e participativo, focalizadas nas questões relacionadas à afetividade e sexualidade, tendo como um dos “marcos de referências” o protagonismo juvenil (TELES, 2013).

De acordo com a autora, o Programa de Educação Afetivo-Sexual (PEAS) conseguiu manter-se como uma política pública de educação, mesmo durante a transição de governo em 2003. Nesse período, o PEAS foi incorporado aos projetos estruturantes do novo governo, especificamente o "Escola Viva" e o "Comunidade Ativa", além de ser integrado às "Escolas Referência".

Em 2008, com nova gestão de governo, o programa foi novamente reestruturado e passou a ser conhecido como "PEAS Juventude". Além de continuar abordando a temática da afetividade e sexualidade, o programa expandiu seus horizontes para incluir duas outras vertentes importantes: juventude e formação cidadã e o mundo do trabalho e perspectivas de vida.

Em 2015, os resultados do Censo Escolar 2010/2014 evidenciavam uma redução de cerca de 115 mil matrículas no Ensino Médio no estado de Minas Gerais e mostraram também que cerca de 14% dos jovens mineiros de 15 a 17 anos estavam fora da escola. Com base nos dados apresentados, o Governo precisou redimensionar as ações efetivadas até então pelo estado no que concerne à evasão escolar.

Diante desse contexto, a SEE/MG lançou o projeto “Virada da Educação Minas Gerais” (VEM) com o objetivo de promover ações para combater a evasão escolar, estabelecendo entre suas propostas, a promoção da participação estudantil no ambiente escolar, tornando-o mais atrativo e interessante para a juventude, com o intuito de promover o regresso de estudantes evadidos (MINAS GERAIS, Recurso Online).

Uma das propostas da VEM era promover a análise dos resultados dos processos avaliativos internos e externos, para que toda comunidade escolar pudesse entender que os resultados não são apenas números, mas sim compreender todos os

fatores que podem interferir nesses resultados e elaborar propostas de melhorias. A esse respeito, o documento orientador traz a seguinte colocação:

A avaliação externa, por sua vez, também não pode ser lida de maneira isolada, uma vez que o contexto local também interfere nos seus resultados. Por isso, propomos às escolas o desafio de analisar e refletir sobre os seus resultados e processos de avaliação, incorporando elementos que permitam ler a realidade do seu território. E, por outro lado, propondo-lhes a tarefa de construir coletivamente ações que possam melhorar e consolidar o processo de aprendizagem de seus educandos (MINAS GERAIS, 2016, p. 3 - 4)

Em 2017, por meio de uma proposta da Diretoria de Juventude, Superintendência de Juventude, Ensino Médio e Educação Profissional e da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica, a SEE/MG, realizou, na Virada da Educação, rodas de conversa em conformidade com os 17 territórios de desenvolvimento previamente definidos pelo Governo Estadual. Cada território tinha a responsabilidade de promover oficinas destinadas a jovens entre 15 e 17 anos, com o objetivo de incentivar a elaboração de propostas voltadas para a melhoria da educação. Segundo Araújo (2022, p.150) “esse movimento evidenciou a demanda dos estudantes por uma escola mais dinâmica, plural, participativa – com criação de espaços de organização e participação – e próxima às realidades das juventudes”.

O projeto foi desenvolvido no período de 2015 a 2018, durante a gestão do Governador Fernando Pimentel com o intuito principal de resgatar os jovens de 15 a 17 anos que estavam fora da escola, e segundo Araújo (2022. P.167):

Este incentivo para que os jovens retomem seus estudos se constitui em um processo de reinserção e reparação social – ao considerar-se o problema educacional por outras vias que não exclusivamente aquelas que tratam da gestão. A resposta positiva a esse chamamento parece indicar o empoderamento do jovem enquanto sujeito por meio da participação.

De acordo com dados da SEE, a partir das iniciativas desenvolvidas pelas escolas na Virada da Educação visando alcançar os jovens que estavam fora da escola, no ano de 2016, foram efetuadas mais de 114 mil novas matrículas no Ensino Médio Regular e na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (MINAS GERAIS, 2016).

Mais ações com vistas à promoção do protagonismo vieram através da publicação de duas leis relevantes relacionadas às políticas para a juventude no Governo de Fernando Pimentel. A Lei nº 22.413/2016, que estabeleceu a instituição da Semana Estadual das Juventudes, a ser celebrada anualmente de 12 a 18 de agosto e a Lei nº 22.414/2016, que criou o Conselho Estadual da Juventude (Cejuve), um órgão colegiado com atribuições deliberativas, consultivas e propositivas, vinculado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac).

A Semana Estadual das Juventudes visa promover discussões sobre políticas públicas para a juventude, incluindo temas como educação, cultura, esporte, sexualidade, drogas, trabalho e igualdade de gênero. A semana busca também estimular a participação dos jovens na política, discutir a proteção de segmentos específicos de jovens e abordar questões de igualdade e direitos para a população LGBT. As atividades planejadas para agosto têm o propósito adicional de fomentar a cultura da paz, direitos humanos, igualdades fundamentais e abordar questões relevantes, como a precarização do trabalho juvenil e a violência contra jovens negros e pobres no Brasil. Além disso, a lei prevê a participação de representantes de organizações e movimentos estudantis e juvenis na avaliação da Política Estadual da Juventude realizada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Desde a publicação dessa lei, a Semana Estadual das Juventudes ou Agosto das Juventudes foi incorporado ao calendário letivo das escolas estaduais (MINAS GERAIS, 2016b).

Outras ações de fomento ao protagonismo juvenil foram implementadas pela SEE/ MG: a escolha de Representantes de Turmas (2017) e o Programa de Convivência Democrática (2018), os quais ainda permanecem ativos na Secretaria de Educação e oportunizam aos jovens momentos de reflexão e autonomia na resolução de problemas e proposições de melhoria para o ambiente escolar. Nas subseções a seguir, apresentaremos de forma mais detalhada essas ações, com o intuito de entender como elas podem ser instrumentos de promoção da participação estudantil.

2.2.1 Programa de Convivência Democrática

Em 2015, a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE/MG) empreendeu um conjunto de iniciativas com a finalidade de transformar a escola em um espaço caracterizado pela democracia e diversidade. O intuito era fomentar debates e esforços em prol de uma educação de excelência, pautando-se igualmente pelo respeito e pela valorização das distintas individualidades presentes na comunidade escolar.

Nessa ótica, a SEE/MG, através da publicação da Resolução SEE/MG n. 3.685 de 29 de janeiro de 2018, institui o Programa de Convivência Democrática no Ambiente Escolar (PCD) com ênfase na formação integral dos indivíduos em suas múltiplas dimensões - humanas, sociais, culturais, políticas, comunitárias e sistêmicas. Esse programa foi implementado de maneira interdisciplinar e transversal, fundamentando-se também em um arcabouço jurídico que serviu de alicerce para as discussões sobre a proteção de direitos. Dentre essas referências legais destacam-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica de 2013, o Plano Nacional de Educação de Direitos Humanos de 2007, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), as leis que determinam o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08), bem como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) (MINAS GERAIS, 2018).

O objetivo fundamental do Programa de Convivência Democrática é fomentar, proteger e assegurar os Direitos Humanos, bem como reconhecer e valorizar a multiplicidade de diferenças e diversidades que coexistem no ambiente escolar. Adicionalmente, busca estabelecer conexões entre iniciativas e estratégias educacionais destinadas a promover e salvaguardar direitos, compreender e combater situações de violência no contexto escolar, estimular a participação política da comunidade escolar e fortalecer a implementação da política de educação integral nas comunidades onde as escolas estão localizadas. A figura abaixo retirada do

Documento Orientador do Programa, representa os três eixos estruturantes que compunham o PCD.

Figura 01 - Apresentação dos Eixos componentes do Programa Convivência Democrática



Fonte: Minas Gerais (2017a).

A partir da análise da figura 01, em especial do Eixo 01, Gestão Democrática e Participação Social, evidencia-se que o PCD envolve a integração da escola com as redes locais de grupos e instituições em suas áreas de atuação educativa. O objetivo era colaborar conjuntamente na criação de estratégias e ações destinadas à promoção da convivência democrática, à prevenção e à redução da violência no ambiente escolar. Nesse eixo, podemos observar que o Programa de Convivência Democrática coloca o educando como sujeito de destaque na identificação dos conflitos existentes no ambiente escolar e na proposição de possíveis soluções, propondo ações que propiciem a construção de um ambiente mais harmônico, em que as diferenças sejam respeitadas. De acordo com o Anexo 4 do Ofício Circular Nº37 SB/ SEM/ DJUV/2017:

O Programa de Convivência Democrática no Ambiente Escolar – a ser implementado este ano - que terá como eixos: Gestão Democrática e Participação Social; Ações Educativas e Formação Continuada; e a Virada da Educação (VEM), que seguirá promovendo atividades focadas na participação estudantil e no combate à evasão escolar, especialmente entre os jovens (MINAS GERAIS, 2017b, p.7)

Em 2020, o programa passou por uma revisão e atualização com o objetivo de fortalecer de maneira eficaz a defesa e a garantia dos Direitos Humanos, com ênfase no reconhecimento e valorização das diversidades dentro do ambiente escolar. Além disso, buscou promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes entre os estudantes e profissionais da educação, que permitam criar condições para a prevenção da violência e a resolução de conflitos por meio do diálogo.

Com a publicação da Resolução SEE 4.662 de 24 de novembro de 2021, que revogou o disposto na Resolução SEE Nº 3.685, de 29 de janeiro de 2018, o Programa Convivência Democrática passa a apresentar um conjunto de ações organizadas em três novos eixos de atuação: Educação em Direitos Humanos, Prevenção e Encaminhamento das Violências nas Escolas e Resolução Dialogada de Conflitos.

Segundo o Documento Orientador do Programa, seus objetivos específicos são:

- Difundir a defesa e a garantia dos Direitos Humanos nas escolas;
- Fomentar o reconhecimento e o respeito às identidades e à diversidade no ambiente escolar;
- Promover uma Escola Acolhedora, por meio de uma convivência democrática no ambiente escolar;
- Contribuir para a prevenção e a redução da violência no contexto escolar;
- Promover a formação continuada de gestoras/es e educadoras/es;
- Consolidar espaços de construção coletiva dentro do ambiente escolar promovendo o uso das práticas de Resolução Dialogada de Conflitos;
- Incentivar as parcerias com as Redes de Proteção Social no território educativo (MINAS GERAIS, 2021)

A partir da figura 02, a seguir, podemos observar que os objetivos específicos serão alcançados através de ações contempladas nos três eixos de atuação do Programa.

Figura 02 - Apresentação dos Eixos estruturantes do Programa de Convivência Democrática no ambiente escolar



Fonte: Minas Gerais (2021).

Esses eixos incorporam as diretrizes e iniciativas que, embasadas nos princípios da Intersetorialidade e da Escola Acolhedora, desempenham um papel fundamental na efetivação da promoção da convivência democrática, na proteção e assecuração de direitos, no combate à violência no âmbito escolar e no reconhecimento e respeito às diferenças e diversidade nas escolas estaduais de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2021).

No contexto da promoção dos direitos humanos, de acordo com o documento orientador, é crucial abrir um diálogo abrangente sobre diversas questões, como diversidade de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, raça, etnia, religião, povos tradicionais, pessoas com deficiências e todas as formas de discriminação e violações de direitos no ambiente escolar. Para isso, é essencial capacitar os educadores na perspectiva dos Direitos Humanos, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que enfatiza a importância do ensino e da educação para promover o respeito aos direitos humanos (MINAS GERAIS, 2021).

Em relação à prevenção e encaminhamento das violências, o PCD aponta a importância de se estabelecer uma distinção clara entre indisciplina e violência ao lidar com conflitos no ambiente escolar. Essa diferenciação é fundamental, pois a falta de

compreensão desses conceitos pode levar à criminalização de comportamentos e ações comuns de menor gravidade. Isso, por sua vez, resultaria no uso inadequado de recursos da segurança pública para resolver conflitos escolares, em detrimento da aplicação de abordagens pedagógicas adequadas na resolução desses conflitos. Com o objetivo de ajudar nessa distinção, a SEE/MG elaborou o documento “Indisciplinas, Violências e Atos Infracionais: do que estamos falando?”. Além disso, partir de 2020, a Secretaria de Educação de Minas Gerais passou a adotar o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação em Direitos Humanos (SIMA Educação) para registrar e acompanhar casos de violação de direitos humanos ocorridos nas escolas estaduais. Esse sistema, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), tem como objetivo facilitar a integração das redes de políticas públicas voltadas para a proteção, promoção e reparação dos direitos humanos.

A partir do eixo Resolução Dialogada de Conflitos o Programa de Convivência Democrática expõe que:

Frente à realidade da violência escolar faz-se necessário que a Escola ressignifique suas concepções acerca dos atritos existentes, sendo indispensável a aceitação do conflito como conjuntura natural em um ambiente democrático. A Escola como instituição formadora deve ser um ambiente de respeito e diálogo no qual conflitos não são suprimidos e sim aceitos como parte inerente da democracia escolar. A partir do pressuposto de que o conflito não é negativo em si, deve-se construir a noção de que o mesmo pode ser construtivo e, para isso, são necessárias ferramentas que possibilitem essa construção (MINAS GERAIS, 2021, P.25)

No primeiro Documento Orientador (2017) no eixo estruturante 1, fica evidente o destaque ao protagonismo juvenil, principalmente quando se considera o Grêmios Estudantil e os Conselhos de Representantes de Turmas como espaços importantes para a resolução de conflitos no ambiente escolar, pontuando a importância de se dar voz e de ouvir os educandos nas identificações e proposição de um Plano de Convivência Democrática.

Embora o segundo Documento Orientador (2021) não aborde explicitamente essas áreas de envolvimento dos estudantes, ele enfatiza a importância do diálogo como elemento essencial na mediação de conflitos e na formulação de estratégias de convivência que valorizem e respeitem as diversas perspectivas, mostrando que todos

os sujeitos devem ser ouvidos, ressaltando a importância da democracia para a proposição de resoluções de conflitos.

Na próxima subseção, será apresentada a ação de escolha de Representantes de Turmas / Conselho de Representantes de Turmas, instituído em 2017 pela SEE/MG, pontuado dentro do Programa de Convivência Democrática como espaço para que os jovens exerçam seu protagonismo no ambiente escolar.

2.2.2 Representantes de Turma e Conselho de Representantes de Turma

Com o intuito de aprimorar as ações desenvolvidas pela SEE/MG com a Virada da Educação implementada em 2015, voltadas ao fomento da participação estudantil e ao fortalecimento da gestão democrática, também alinhada ao Programa de Convivência Democrática, foi instituída em 2017, a ação de escolha de Representantes de Turma; Conselhos de Representantes de Turma; Redes de Representantes Estudantis das Escolas da Regional; Rede de Representantes Estudantis das Regionais de Ensino de Minas Gerais através do Ofício Circular Nº37 SB/ SEM/ DJUV/2017.

O Documento Orientador, Anexo 2 - Ofício Circular Nº37 SB/ SEM/ DJUV/2017, trazia um cronograma de ações que deveriam ser desenvolvidas na escola, como a eleição democrática de Representantes de Turmas, que posteriormente formariam o Conselho de Representantes de Turmas da escola. Dentre os Representantes, dois deveriam ser escolhidos de forma democrática para representar a escola junto à Superintendência Regional de Ensino e dentre os Representantes junto à Regional, dois seriam escolhidos para compor a Rede de Representantes Estudantis das Escolas Estaduais da Regional, que estariam em contato mais direto com SEE/MG. Segundo o Documento, o Representante de Turma representa os interesses da sua turma junto aos outros segmentos da Comunidade Escolar, sendo suas atribuições:

- Escutar todos/as os/as colegas da classe em relação às questões de interesse coletivo que emergirem;
- Compartilhar com a turma as informações repassadas por professores, coordenação e direção da escola;
- Compartilhar com os demais colegas da turma as decisões e ações definidas pelo Conselho de Representantes de Turma;

Levar aos/às professores/as, coordenadores/as e à direção da escola as demandas da sua turma;
Representar os/as colegas no Conselho de Representantes de Turma, em reuniões e em outros espaços junto aos demais segmentos da Comunidade Escolar;
Propor e ajudar a organizar momentos coletivos de discussão da turma e da escola;
Manter o diálogo permanente com o Grêmio Estudantil e/ou outros Coletivos Estudantis (se houver) e o Colegiado Escolar, podendo também ser integrante desses espaços (MINAS GERAIS, 2017b,p.3)

Em relação ao Conselho de Representantes de Turmas, o Documento Orientador também apresentava as atribuições já definidas:

Representar os interesses dos estudantes de cada turma;
Discutir, deliberar e propor ações referentes às demandas apresentadas pelos representantes de turma e demais estudantes;
Convocar reuniões, constituir comissões de trabalho e convocar Assembleias Estudantis, sempre que julgar necessário e/ou quando provocados pelos demais estudantes;
Manter diálogo e articulação permanentes com o Colegiado Escolar, Grêmio Estudantil outros Coletivos Estudantis da escola e demais estudantes;
Apresentar as demandas ao corpo docente e à direção da escola;
Definir em acordo com a direção e o corpo docente da escola a organização do trabalho dos Representantes de Turma;
Definir junto aos Representantes da Escola as demandas a serem levadas à Superintendência Regional de Ensino (SRE);
Conhecer e divulgar as ações e projetos da escola e propor outras;
Manter todos os estudantes informados sobre as decisões e ações do Conselho;
Contribuir na mediação de conflitos e problemas que surgirem entre os estudantes;
Conduzir junto ao Grêmio e/ou outros Coletivos Juvenis a construção do Plano de Convivência Democrática da escola, no que tange às questões relacionadas aos estudantes, com o apoio e orientação da equipe pedagógica da escola e em articulação com o restante da Comunidade Escolar;
Eleger os Representantes da Escola (MINAS GERAIS, 2017b, p.4)

Com base nas atribuições apresentadas no Documento, percebe-se a importância da escuta e de realização de reuniões entre os estudantes para que possam analisar a realidade escolar e propor ações referentes às demandas levantadas, mantendo estreito diálogo com os pares, com os Grêmios Estudantis e outros órgãos Colegiados existentes na instituição, promovendo assim o fomento da autonomia dos educandos.

O documento trouxe, entre as etapas de ações, uma etapa preparatória, que consistia na eleição de um ou mais “Professor Referência”, que deveria acompanhar e ajudar os alunos em todo processo de preparação para escolha dos Representantes de Turmas e deveria atuar também como intermediador das pautas entre estudantes, especialistas, demais professores e direção da escola (MINAS GERAIS, 2017b).

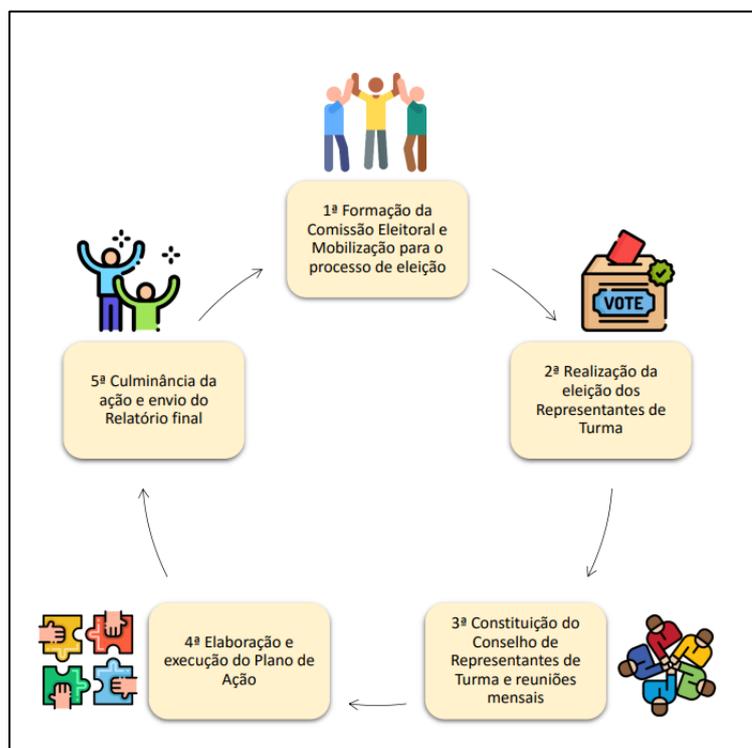
Após concluir o processo de eleição dos Representantes de Turmas, os alunos eleitos deveriam ter uma rotina de escuta dos colegas de turma e realizar reuniões mensais com a presença do Professor Referência para propor um Plano de Ação, contendo ações de melhoria para o ambiente escolar. Esse Plano de Ação deve ser acompanhado e monitorado pelo Professor Referência.

O Documento Orientador 2017 trouxe uma consideração importante a respeito dos Representantes de Turmas e dos Conselhos de Representantes de Turmas ao expor que, embora seja um espaço importante para a promoção do protagonismo juvenil, esse espaço se difere do Grêmio Estudantil e outros Coletivos Estudantis, uma vez que o alcance de suas ações se limita ao âmbito escolar.

Fundamentais para melhorar a convivência entre estudantes, professores, especialistas e gestores e ajudar na construção das ações pedagógicas da escola são os Representantes de Turma e os Conselhos de Representantes de Turma, pois possibilitam um canal de diálogo permanente entre esses atores. Embora tenham um formato essencialmente institucional (como é o caso dos Colegiados Escolares), diferentemente do Grêmio Estudantil e de outros Coletivos Estudantis – cuja criação e condução são de inteira responsabilidade dos estudantes -, essas instâncias de participação também constituem uma das formas de representação dos interesses estudantis, porém mais focados em questões relacionadas estritamente ao âmbito da vida escolar dos estudantes (MINAS GERAIS, 2017b, p.2)

Desde sua implementação em 2017, todos os anos a SEE/MG publica as orientações para que a escola proceda à eleição, à elaboração do Plano de Ação e ao Monitoramento das ações propostas, junto à SRE e à SEE/MG. A figura abaixo mostra a sequência de ações que deveriam ser realizadas, conforme o Documento Orientador/ 2023.

Figura 03 - Apresentação das cinco etapas de ações a serem realizadas no ano de 2023



Fonte: Minas Gerais (2023).

A figura 03 demonstra a sequência de ações a serem realizadas para o processo de eleição dos Representantes de Turmas, Composição do Conselho de representantes de Turmas, elaboração do Plano de Ação e Culminância das ações propostas com o envio do Relatório Final.

O Documento Orientador trouxe ainda o Cronograma de Ações a serem desenvolvidas em cada etapa, já com período de tempo (data) estipulado, conforme demonstra a figura abaixo:

Figura 04 - Cronograma de Ações a serem realizadas para os Representantes de Turmas / Conselhos de Turmas



CRONOGRAMA 2023

DATA	ATIVIDADE
13/03 a 20/03	1ª Etapa: Formação da Comissão Eleitoral e Mobilização para o processo de eleição.
21/03 a 28/03	2ª Etapa: Realização da eleição dos Representantes de Turma.
29/03 a 06/04	3ª Etapa: Constituição do Conselho de Representantes de Turma Realização da 1ª Reunião do Conselho de Representantes de Turma. (*As reuniões deverão ser mensais).
Até 17/04	Envio dos dados dos Representantes de Turma para a SEEMG, via formulário <i>online</i> .
ABRIL	4ª Etapa: Elaboração do Plano de Ação. Realização da 2ª reunião: Elaboração do Plano de Ação.
MAIO	4ª Etapa: Elaboração do Plano de Ação. Realização das reuniões mensais.
JUNHO	4ª Etapa: Elaboração do Plano de Ação. Realização das reuniões mensais.
JULHO	4ª Etapa: Execução do Plano de Ação. Realização das reuniões mensais.
30/06 A 30/07	Envio do formulário de monitoramento da ação, via formulário <i>online</i> .
AGOSTO	4ª Etapa: Execução do Plano de Ação. Realização das reuniões mensais.
SETEMBRO	4ª Etapa: Execução do Plano de Ação. Realização das reuniões mensais.
OUTUBRO	4ª Etapa: Execução do Plano de Ação. Realização das reuniões mensais. Organização para a realização das atividades de culminância.
20 a 24/11	5ª Etapa: Culminância da ação. Culminância do Plano de Ação do Conselho durante a "Semana de Educação para a Vida".
25/11 a 06/12	5ª Etapa: Realização da Reunião de Avaliação do Plano de Ação.
Até 10/12	5ª Etapa: Envio do Relatório Final, via formulário <i>online</i> .

Fonte: Minas Gerais (2023).

O Cronograma acima apresenta cada etapa a ser desenvolvida, desde a Formação da Comissão Eleitoral, Mobilização dos Estudantes, Eleição dos Representantes de Turmas, Constituição do Conselho de Representantes de Turmas, Envio dos dados dos Representantes de Turmas, Elaboração do Plano de Ação, Reuniões Mensais para Elaboração e Execução do Plano de Ação, Culminância do Plano de Ação na Semana de Educação para a Vida, prevista no Calendário Escolar, e Envio do Relatório Final.

O papel do Professor Referência, de acordo com o Documento Orientador 2023, continua sendo o de acompanhar e auxiliar os Representantes de Turma em

todo o processo, desde a preparação da eleição até o envio do relatório final das ações desenvolvidas no Plano de Ação (MINAS GERAIS, 2023).

Através da implementação da iniciativa de eleger Representantes de Turmas e de Conselhos de Representantes de Turmas nas escolas estaduais de Minas Gerais, a SEE/MG demonstra seu compromisso em promover o protagonismo juvenil e incentivar a participação ativa dos estudantes. Isso visa a estimular a reflexão e a formulação de propostas para aprimorar o ambiente escolar. Essa abordagem se concentra especialmente na compreensão das diversas realidades presentes nesse contexto educacional e na promoção do respeito às diferenças existentes.

Promover ações de fomento ao protagonismo juvenil nas escolas é de suma importância, uma vez que os jovens representam o futuro do país, e ao capacitá-los para participar ativamente na escola e na comunidade, estamos investindo no desenvolvimento de cidadãos conscientes, engajados e preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Essas ações não apenas capacitam os jovens a expressarem suas vozes, ideias e preocupações, mas também os incentivam a assumir responsabilidades, desenvolver habilidades de liderança e aprender a tomar decisões informadas. Além disso, ao promover o protagonismo juvenil, o governo contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde a diversidade é respeitada, e as vozes de todos são ouvidas e valorizadas. Portanto, investir nesse aspecto é fundamental para fortalecer a democracia e garantir um futuro mais promissor para o país. Segundo Dayrell (2003, p.41) é de suma importância promover a interação dos jovens dentro dos seus ambientes de convivência ao afirmar que “podemos concluir que o pleno desenvolvimento ou não das potencialidades que caracterizam o ser humano vai depender da qualidade das relações sociais desse meio no qual se insere.”

Podemos concluir que o estado vem se empenhando na implementação de programas e projetos que visam ao fomento do protagonismo juvenil como forma de tornar a escola um lugar mais atrativo e capaz de promover a formação integral do educando, no entanto, de acordo com os dados do INEP em relação ao Ensino Médio, a taxa de evasão de Minas Gerais ainda é considerada muito alta, 15,3% (INEP, 2022). Isso demonstra que essas ações não têm alcançado um dos seus principais objetivos, que é a permanência dos jovens na escola. Portanto, cada escola deve

analisar e considerar a realidade local, para propor aos alunos uma educação que contemple a sua realidade, pois se a escola não fizer sentido para eles, o caminho continuará sendo a evasão.

Na próxima seção, faremos a apresentação da Escola Estadual Doutor João Pinto para compreender seu contexto, quais as instâncias de participação estudantil nela identificadas e como essa participação tem ou não se efetuada.

2.3 PROTAGONISMO JUVENIL NA ESCOLA ESTADUAL DOUTOR JOÃO PINTO

Nesta seção apresentaremos a escola na qual será realizada a pesquisa de campo, E.E.Dr. João Pinto, onde atuo como professora de Língua Portuguesa e como vice-diretora escolar. A escola está localizada no município de Tocantins – MG e atende alunos do Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, totalizando 717 alunos, distribuídos em três turnos de funcionamento, sendo que a maior parte deles está no Ensino Médio. O caso de gestão escolhido para ser analisado é a forma como tem ocorrido o protagonismo juvenil no ambiente dessa instituição. Para evidenciar essa participação estudantil, foram levantados quais são os espaços de participação existentes na escola e com o intuito de comprovar como tem, ou não, se efetuada esse protagonismo, foram realizadas pesquisas essencialmente documentais em atas pedagógicas, atas do Grêmio Estudantil, do Colegiado Escolar, análise do PPP da instituição para levantamento de dados que serão analisados a fim de verificar se há participação e se ela é efetiva. A pesquisa tem o recorte temporal amplo, pois algumas instâncias de participação encontradas foram analisadas desde sua implementação, como é o caso dos Jogos escolares de Minas Gerais, ou não existem mais, como é o caso do Grêmio Estudantil. Portanto o período observado foi de 2003 a 2023.

No processo de pesquisa, foram encontradas algumas dificuldades para comprovação das evidências, uma vez que a escrituração analisada é falha, com poucas informações, muitas vezes relatos superficiais, simplesmente para constar que houve a reunião, em outras situações, nem registros foram encontrados. Em relação ao grêmio estudantil, que é um espaço amplo para a participação estudantil, só

encontramos o livro de atas do período de 2012 a 2019, pois, no momento, a escola não possui esse espaço de protagonismo.

Após finalizada a pesquisa documental, os espaços de participação previstos na instituição foram: (i) Grêmio Estudantil, (ii) Colegiado Escolar, (iii) Projetos Pedagógicos da escola, (iv) Representante de Turma / Conselho de Representante de Turma, (v) Jogos Escolares de Minas Gerais, (vi) Novo Ensino Médio.

Esses espaços serão apresentados com base nas evidências de participação estudantil identificadas, para que possamos analisar como ela tem se efetivado, com a finalidade de traçarmos o perfil da participação dos alunos da E.E.Dr. João Pinto.

2.3.1 Aspectos característicos e organizacionais da Instituição

A E.E. Doutor João Pinto está localizada no município de Tocantins, situado na zona da mata mineira. Com uma extensão territorial de 173,866 km², a cidade possui 16.185 habitantes de acordo com o censo de 2022. O salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 1,6 salários mínimos e o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo é de 32,5%. A cidade possui poucas opções de lazer, sendo o esporte, principalmente futebol, o principal entretenimento para os jovens.

O bairro onde a escola está situada, bairro Boa Vista, possui 03 escolas, sendo 01 municipal, que atende alunos do Ensino Fundamental I, 01 particular, que atende desde a Educação infantil ao Ensino Médio e a escola observada, que é estadual e atende alunos do Ensino Fundamental II, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos. O bairro possui 01 posto de saúde e como opção de lazer tem 01 clube particular, 01 ginásio esportivo e 01 pracinha. Em relação às opções de emprego, há 05 confecções, 01 fábrica de fumo, 01 distribuidora de embalagens plásticas, 01 distribuidora de produtos para petshop e agropecuária, 01 supermercado e outros pequenos comércios como pequenas lojas e bares.

A E. E. Doutor João Pinto localizada na Rua Nicolau Roberti, nº 180, bairro Boa Vista, Tocantins-MG, foi criada pela Lei 5.633 de 07/12/70 e Lei 7.648 de 21/12/79 Port. 245/81 de 11/06/81 S.E.E. Oferece as modalidades de Ensino Fundamental (6^a ao 9^a ano), Ensino Médio (1^o ao 3^o ano) e Educação de Jovens e Adultos (EJA) Médio.

No turno da manhã oferece ensino fundamental (9º ano) e ensino médio (1º, 2º e 3º ano), no turno da tarde oferece ensino fundamental (6º ao 9º ano) e no turno da noite oferece EJA médio. De acordo com o PPP, a escola está inserida na zona urbana, num bairro de classe média baixa e tem como clientela alunos de baixa renda, oriundos de todo o município e das zonas rurais. De acordo com o site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2022, a maior parte dos estudantes estava enquadrada no nível V dos indicadores socioeconômicos:

Nível V: Neste nível, os estudantes estão até meio desvio-padrão acima da média nacional do Inse. A maioria dos estudantes respondeu ter em sua casa uma geladeira, dois ou mais celulares com internet, um carro, mesa para estudar, wi-fi, TV por internet, garagem, forno de micro-ondas, máquina de lavar roupa e freezer. Algumas respostas não obtiveram maioria, mas indicam que parte dos estudantes afirmou possuir um ou dois banheiros, uma ou duas televisões, dois ou mais quartos para dormir, aspirador de pó, um computador e escolaridade da mãe (ou responsável) variando entre ensino médio e ensino superior completo e do pai (ou responsável) entre ensino fundamental completo e ensino médio completo (INEP, 2022)

A escola atende 01 turma de Ensino Fundamental (9º ano) no turno da manhã e 08 turmas no turno da tarde do 6º ao 9º ano. Em relação ao Ensino Médio Regular, são 13 turmas no turno da manhã. No turno da noite, funcionam 02 turmas de EJA Ensino Médio. A tabela a seguir apresenta essa estrutura:

Tabela 01 - Número de alunos por ano de escolaridade

Modalidade de ensino	Ano de escolaridade	Número de turmas	Turno	Número de alunos
Fundamental II	6º	03	Tarde	86
Fundamental II	7º	02	Tarde	72
Fundamental II	8º	02	Tarde	78
Fundamental II	9º	02	Manhã/Tarde	70
Ensino médio	1º	05	Manhã	173
Ensino médio	2º	04	Manhã	116
Ensino médio	3º	03	Manhã	92
EJA – ensino médio	1º	01	Noite	15
EJA – ensino médio	3º	01	Noite	15
Total				717

Fonte: Simade (2023).

A escola apresenta uma área física ampla, bem planejada, com 13 salas de aula, refeitório, cozinha, banheiro para alunos, banheiros para alunos deficientes e para funcionários, biblioteca, sala de professores, laboratório de informática, laboratório de ciências, sala de recursos, secretaria, almoxarifado, quadra coberta, quadra descoberta, salão de jogos e uma enorme área externa com dois campos gramados. A biblioteca da escola fica em uma sala ampla, com mesas e cadeiras para 35 alunos e possui um variado acervo de livros literários. Em relação aos materiais pedagógicos, a escola também é considerada bem equipada, possui 04 Datashows, 02 Televisores, 05 notebooks, mapas atualizados, além de outros recursos pedagógicos disponíveis tanto para professores quanto para alunos.

O quadro de funcionários da escola é composto, por 77 funcionários, sendo 42 efetivos. Em relação aos professores, segundo os indicadores do INEP (2022), 100% possuem habilitação específica para a disciplina em que lecionam. Analisando o grau de escolaridade dos 29 professores efetivos, 04 possuem licenciatura plena, 24 possuem pós-graduação, 02 já concluíram o mestrado e 03 estão cursando esse nível de ensino.

Tabela 02 - Servidores da Escola

Função	Número de funcionários	Efetivo	Designado
Diretor	01	01	-
Vice-diretor	03	03	-
Secretário	01	01	-
Professor	47	29	18
Bibliotecário	02	02	-
Especialista de Educação Básica	03	03	-
Assistente Técnico Educação Básica	06	03	03
Auxiliar Serviços Gerais (ASB)	14	-	14
Total	77	42	35

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Com base nos dados apresentados acima, pode-se observar que o quadro de servidores da escola apresenta mais de 50% de servidores efetivos. Somente a categoria de ASB's é 100% designada. Em relação aos professores, dos 29

professores efetivos, 24 residem no município e tem uma relação mais afetiva com a escola, uma vez que todos já passaram por ela quando eram estudantes.

Analisando o panorama da escola, os alunos são frequentes, a grande maioria acompanha o padrão série/idade e os casos de indisciplina não são considerados graves. Porém, os índices das avaliações externas, principalmente do PROEB, têm sido de baixo desempenho, haja vista o baixo percentual de alunos que se encontram no padrão de desempenho recomendado.

A seguir, temos uma tabela com as informações do PROEB de português referente ao 9º ano nos últimos cinco anos, de acordo com informações disponíveis retiradas do portal do SIMAVE.

Tabela 03 - Participação e desempenho dos alunos na disciplina de Língua Portuguesa referente ao 9º ano da E. E. Dr. João Pinto

Ano	Participação	Proficiência média	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
2014	92,1%	254,3	8,6%	57,0%	31,2%	3,2%
2016	92,8%	240,1	18,2%	64,9%	14,3%	2,6%
2018	83,9%	255,5	14,9%	46,8%	29,8%	8,5%
2019	87,5%	257,9	9,5%	54,0%	28,6%	7,9%

Fonte: SIMAVE (2022).

Os dados acima mostram que o desempenho dos alunos no nível avançado teve um pequeno aumento percentual, porém o número de alunos no baixo desempenho e no intermediário juntos ultrapassam 60%, ou seja, esse resultado precisa ser melhorado para que o número de alunos no recomendado aumente.

A seguir, temos o resultado dos alunos do Ensino médio no PROEB nos últimos 5 anos.

Tabela 4 - Participação e desempenho dos alunos na disciplina de Língua Portuguesa referente ao 3º ano da E. E. Dr. João Pinto

Ano	Participação	Proficiência média	Baixo	Intermediário	Recomendado	Avançado
2014	78%	286,1	25,1%	37,6%	35,9%	1,4%
2016	96,4%	254,5	44,3%	36,8%	17,9%	0,9%
2018	81,6%	270,2	36,3%	31,3%	25,0%	7,5%
2019	81,4%	271,8	27,8%	44,3%	24,1%	3,8%

Fonte: SIMAVE (2022).

Os dados acima demonstram que os resultados dos alunos do 3º ano do Ensino Médio são piores do que dos alunos dos 9ºs anos, se considerarmos o número de alunos no baixo desempenho e no intermediário, que em todos os anos ultrapassam 60%, sendo que em 2019, chegou a 72,1%. Embora esses resultados sejam baixos, ainda são maiores que o resultado alcançado pela rede estadual, que teve em 2019 265.2 de proficiência média e 37,1% de seus alunos no baixo desempenho.

Em relação às taxas de rendimento dos alunos matriculados nos últimos três anos no Ensino fundamental, o quadro abaixo mostra o percentual de reprovação, abandono e aprovação.

Tabela 05 - Percentual de Reprovação, Abandono e Aprovação do Ensino Fundamental

Ano	Reprovação	Abandono	Aprovação
2019	12,9%	0,6%	86,5%
2020	0,1%	5,9%	94%
2021	3,1%	0,3%	96,6%

Fonte: QEDU (2022).

Nos anos de 2020 e 2021, os índices de reprovação foram menores que em 2019, pois foi o período da pandemia do COVID-2019, em que os alunos ficaram em estudos remotos e a aprovação foi automática para os que entregaram as atividades dos Planos de Estudos Tutorados (PET). Analisando o ano de 2019, percebe-se que o índice de reprovação é bem relevante (12,9%), já o índice e abandono é relativamente baixo.

A seguir, serão apresentados os mesmos dados referentes ao Ensino Médio, para que possamos observar esses índices.

Tabela 06 - Percentual de Reprovação, Abandono e Aprovação do Ensino Médio

Ano	Reprovação	Abandono	Aprovação
2019	26,3%	2,0%	71,7%
2020	1,8%	8,0%	90,3%
2021	8,4%	3,9%	87,7%

Fonte: QEDU (2022).

Com base no quadro acima, os dados de 2019 revelam um alto índice de reprovação (26,3%) no Ensino Médio. Em relação aos anos de 2020 e 2021, mesmo sendo aprovação automática, devido à pandemia, percebemos que ainda teve um número significativo de reprovações (8,4% em 2021) e de abandono (8,0% em 2020), se compararmos com os dados relativos ao Ensino Fundamental. Esses dados demonstram que o Ensino Médio é a etapa escolar que tem menos significação para os jovens e para torná-la significativa o aluno precisa reconhecer qual a importância dessa escolaridade para sua vida. Ao promover o protagonismo juvenil, o educando passa a opinar sobre as ações desenvolvidas pela escola, pode colocar seus anseios e assim relacionar a educação com sua formação enquanto pessoa, o que contribuirá para sua permanência na escola (DAYRELL; CARRANO, 2014).

Com relação aos órgãos que representam a comunidade escolar, a única representação legal presente na escola analisada é o Colegiado Escolar. A Legislação atual que ampara esse órgão no Estado de Minas Gerais é a Resolução SEE Nº 4764, de 23 de agosto de 2022, que determina como deve ser a composição, especificando o quantitativo de membros para representar cada segmento:

Art. 13 - Cada categoria da comunidade escolar é representada no Colegiado Escolar da seguinte forma: I - 50% de representantes da categoria Profissional em Exercício na Escola; II - 50% de representantes da categoria Comunidade Atendida pela Escola. §1º - Para definir a composição do Colegiado Escolar deve ser respeitada a representatividade de cada segmento definido no artigo 11 desta Resolução, garantindo-se, sempre que possível, a proporcionalidade entre os respectivos segmentos. §2º - Pelo menos uma das vagas da categoria Profissional em Exercício na Escola, destinadas ao segmento magistério, deve ser ocupada por Professor de Educação Básica, em exercício na regência de turma ou de aulas (MINAS GERAIS, 2022a, p.4).

O Colegiado da E.E. Doutor João Pinto se reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que a diretora sentir a necessidade e fizer a convocação, com antecedência de 12 horas. As reuniões possuem pautas relacionadas à administração financeira e pedagógica.

A E.E. Doutor João Pinto é a única escola do município que atende alunos do Ensino Médio, sendo esse seu maior público alvo, totalizando 381 alunos nessa modalidade. Os demais alunos são adolescentes, que estão no ensino fundamental,

306 alunos, e 30 são adultos que estão na Educação de Jovens e Adultos. De acordo com os indicadores educacionais do IBEB (2022), a escola tem grau de dificuldade de gestão nível VI, que é o maior grau de dificuldade, por ser considerada escola de grande porte, pois atende mais de 500 alunos, funciona em três turnos e atende a mais de 03 modalidades de ensino. Em relação ao esforço docente no ensino fundamental II (jornada de trabalho, número de alunos atendidos e número de escolas em que o professor atua), 4,6% dos professores se enquadram no nível III, 50% no nível IV, 31,8% no nível V e 13,6% no nível IV. No ensino médio, o esforço docente também é alto, 3,1% se enquadram no nível II, 6,3% no nível III, 50% no nível IV, 28,1 no nível V e 12,5 no nível IV.

Quadro 1 - Descrição dos níveis de esforço docente

Níveis	Descrição
Nível I	Docente que tem até 25 alunos e atua em um único turno, escola e etapa.
Nível II	Docente que tem entre 25 e 150 alunos e atua em um único turno, escola e etapa.
Nível III	Docente que tem entre 25 e 300 alunos e atua em um ou dois turnos em uma única escola e etapa.
Nível IV	Docentes que tem entre 50 e 400 alunos e atua em dois turnos, em uma ou duas escolas e em duas etapas.
Nível V	Docente que tem mais de 300 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.
Nível VI	Docente que tem mais de 400 alunos e atua nos três turnos, em duas ou três escolas e em duas etapas ou três etapas.

Fonte: INEP (2022).

O quadro acima apresenta a descrição dos níveis de esforço docente considerado para os indicadores do INEP. Podemos observar que quanto maior o número de docentes atendidos e o número de escolas e turnos em que o professor atua, maior será seu esforço, o que significa que o esforço docente em análise é considerado bem elevado, uma vez que a maioria dos docentes encontra-se no nível IV em diante, demonstrando uma sobrecarga de serviço dos professores que atuam na escola. O INEP analisou também a média de regularidade docente, estabelecendo níveis de 1 (maior rotatividade) a 5 (menor rotatividade), de acordo com o tempo de permanência do professor na instituição, considerando os últimos 5 anos. A média de regularidade da E.E. Dr. João Pinto foi de 3,5, o que indica que a rotatividade dos professores não é muito elevada, eles têm um tempo de permanência maior na

instituição e isso colabora para a criação de vínculo com o local de trabalho e com os docentes.

Na próxima seção, apresentaremos as evidências que demonstram os espaços de participação estudantil na escola e como essa participação tem se efetivado.

2.3.2 Evidências relativas às instâncias de participação estudantil dos alunos da escola em análise

O protagonismo juvenil no ambiente escolar refere-se à capacidade dos estudantes de desempenhar papéis ativos, participativos e de liderança em sua própria educação e na comunidade escolar. Essa atuação protagonista dos jovens, não se limita aos espaços institucionais, ela pode acontecer em diversos espaços e é essa abordagem que será evidenciada. Para caracterizar o caso de gestão, realizei uma pesquisa de quais são, atualmente, os espaços de participação estudantil na E.E. Doutor João Pinto. Esses espaços serão apresentados para que possamos analisar como tem acontecido, ou não tem acontecido, a participação efetiva dos educandos na escola em questão, pois esse será o objeto da pesquisa. Entre os diversos espaços de atuação dos discentes da E.E. Doutor João Pinto, apresentarei como o protagonismo se expressa nos seguintes espaços identificados: (i) Grêmios Estudantis, (ii) Colegiado Escolar, (iii) Projetos Pedagógicos da escola, (iv) Representante de Turma/Conselho de Representante de Turma, (v) Jogos Escolares de Minas Gerais, (vi) Novo Ensino Médio.

2.3.2.1 Grêmios estudantis – Palco para o protagonismo juvenil

Em relação ao Grêmios Estudantis, a partir da Lei Federal nº 7.398/1985, que em seu Art. 1º define que “fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais” (BRASIL, Recurso Online), o Grêmios torna-se uma entidade que permite aos alunos a livre organização e participação autônoma dentro das instituições escolares, tendo direito

a voz inclusive na construção das normas da própria instituição, exercendo assim seu direito à cidadania.

A E.E. Dr. João Pinto já possuiu grêmios, no entanto, desde 2019 não existe esse órgão estudantil. O único livro de atas encontrado foi o do último grêmio que esteve atuante, com registro de criação no ano de 2012. A partir da análise dessas atas, foi verificada a fundação no ano de 2012 e a permanência de atividade até o ano de 2019, conforme demonstra o quadro abaixo com o quantitativo de reuniões e os assuntos tratados.

Quadro 02 - Consolidado das Reuniões do Grêmio

Ano	Nº Reuniões	Média alunos por reunião	Assuntos
2012	07	12	Formação do Grêmio, Gincana Cidadã, Jogos Internos, Projeto de Inglês, Projeto de Teatro, Palestras Motivacionais para os alunos, Criação de rede social, Sugestão de aplicação de simulados para os Terceiros anos, Projeto de Reforço Escolar, Prestação de Contas.
2013	15	15	Formação do Grêmio, Preparação de Datas Comemorativas para desenvolvimento ao longo do ano, Projeto de Saúde, Projeto Meio Ambiente, Continuidade do Reforço Escolar, Aprovação do Calendário Escolar, Gincana Estudantil, Organização da Festa Junina, Projeto Combate aos Vícios, Projeto de aulas com participação mais ativa dos alunos, Projeto Feira de Ciências, Projeto Correio Estudantil, Prestação de Contas.
2014	06	10	Formação do Grêmio, Campeonato de Dança, Jogos Escolares, Feira Cultural, Aprovação do Calendário, Reformulação do PPP, Pintura do muro da escola para a Copa do Mundo, Organização do Baile de Primavera, Jogos Escolares Interclasse, Prestação de Contas.
2015	0	0	-----
2016	05	06	Composição da diretoria, Aprovação do Calendário escolar, Propostas de melhorias para a escola, Organização da Festa Junina, Prestação de Contas.
2017	04	07	Composição da diretoria, Organização da Festa Junina, Prestação de Contas.
2018	02	06	Composição da diretoria, Prestação de Contas.
2019	01	04	Prestação de Contas.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Como se observa no quadro, embora poucos alunos participassem das reuniões, elas aconteciam com maior frequência no período de 2012 a 2014 e os

assuntos tratados eram de bastante relevância para a escola e para a comunidade do município, pois visavam à melhoria do desempenho escolar, à gestão democrática e participativa e também à participação ativa dos jovens em ações sociais. Porém, como é possível perceber, nos últimos anos de funcionamento do Grêmio, as pautas das reuniões abordaram temas mais superficiais, limitando-se a constituir nova formação de diretoria e prestação de contas e o número de alunos nas reuniões foi bem menor.

O grêmio estudantil permite que os alunos assumam seu lugar de protagonismo no ambiente escolar e construam sua formação como cidadão para além dos muros da escola. Dayrell (2016) afirma, sobre o protagonismo juvenil, que:

[...] uma concepção e uma postura advindas do reconhecimento do jovem como sujeito, que interpreta seu mundo, age sobre ele e dá um sentido à sua vida. Implica reconhecê-lo como detentor de saberes, de formas de sociabilidade e de práticas culturais. Dessa forma, considerar o jovem como protagonista significa construir as ações em conjunto com ele não tanto para ele, o que leva a estabelecer uma relação dialógica baseada na sua autonomia. Na prática, é aparentemente simples: abrir espaços e tempos e fornecer recursos para que o jovem experimente todas as fases de uma ação social qualquer, desde o seu planejamento até a sua avaliação (DAYRELL, 2016, p. 87).

Com base nos dados disponibilizados, durante o período em que o Grêmio Estudantil esteve ativo na escola, os alunos desempenhavam o protagonismo juvenil, uma vez que eles tinham a liberdade de programar ações a serem realizadas no ambiente escolar ou mesmo fora dele, de acordo com as demandas levantadas por eles mesmos e atuavam ativamente nas decisões escolares, como, por exemplo, na elaboração do Projeto Político Pedagógico e nas proposições de projetos a serem implementados ao longo do ano letivo. A ausência do grêmio estudantil na instituição é um ponto a ser considerado, uma vez que essa ausência pode reduzir os espaços de protagonismo juvenil, limitando as oportunidades de participação ativa e o envolvimento dos estudantes na sua própria educação e na melhoria do ambiente escolar.

2.3.2.2 Colegiado Escolar– espaço para a efetivação da participação estudantil e da gestão democrática

O Colegiado é também um órgão regulamentado para que integrantes de todos os segmentos possam ser atuantes no processo de gestão democrática, garantindo que os membros representem os seus pares, transmitindo seus anseios para que escola seja mais próxima de sua clientela e tenha uma gestão participativa.

De acordo com a Resolução SEE 4.764 de 2022, são atribuições do Colegiado:

Art. 17 - Compete ao Colegiado Escolar: I - convocar e realizar assembleias com a comunidade escolar; II - aprovar o Projeto Político Pedagógico da Escola e o Regimento Escolar, ad referendum da Assembleia Escolar, e acompanhar a sua execução; III - discutir, aprovar e acompanhar o Calendário Escolar e devidas alterações; IV - aprovar e acompanhar a execução do Plano de Gestão do Diretor; V - Acompanhar o registro tempestivo e fidedigno dos dados educacionais da unidade escolar utilizando informações emitidas pelo Sistema Mineiro de Administração Escolar (SIMADE), Diário Escolar Digital (DED) e Educacenso; VI - aprovar os critérios complementares para atribuição de turmas, aulas, funções e turnos aos servidores efetivos e estabilizados do Quadro de Pessoal da escola, observadas as normas legais pertinentes; VII - acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (avaliações externa e interna, matrícula e evasão escolar) e propor, quando necessário, intervenções pedagógicas e medidas educativas, visando à melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem e alcance das metas estabelecidas; VIII - indicar, nos termos da legislação vigente, servidor para o provimento do cargo de diretor e para o exercício da função de vice-diretor, nos casos de vacância e de afastamentos temporários; IX - atuar como agente de apoio ao diretor na transição entre uma gestão escolar e outra; X - apresentar e avaliar propostas de parcerias entre escola, pais, comunidade, instituições públicas e organizações não governamentais (ONG), nos termos da legislação; XI - propor e acompanhar a adoção de medidas que visem à promoção de uma cultura de paz e à convivência democrática no ambiente da escola; XII - propor adoção de medida administrativa ou disciplinar em caso de violência física ou moral envolvendo profissionais de educação e estudantes, no âmbito da escola, respeitadas as normas legais pertinentes; XIII - propor a utilização dos recursos orçamentários e financeiros da Caixa Escolar, observadas as normas vigentes, e acompanhar sua execução; XIV - referendar ou não a prestação de contas aprovada pelo Conselho Fiscal; XV - manter diálogo permanente com os pares de cada segmento sobre as decisões do Colegiado Escolar; XVI - manter atualizado o cadastro dos membros do Colegiado Escolar no Sistema de Colegiado Escolar (SCL); XVII - incentivar a criação e garantir a efetiva participação do Grêmio

Estudantil nas escolas que ofertam ensino médio (MINAS GERAIS, 2022a, p.5).

Ao consultar as 34 atas das reuniões do Colegiado no ano de 2022, separadas em assuntos financeiros e pedagógicos, constatou-se que havia presença de representantes de todos os segmentos. Para melhor entendimento de como o Colegiado atua na escola, foram levantados o número de reuniões mensais, qual membro tinha predominância de voz durante a reunião e quantas vezes o aluno presente pedia a palavra para participar de forma ativa, propondo ou questionando algo. Essas informações foram sistematizadas no quadro abaixo:

Quadro 03 - Consolidado Reuniões do Colegiado - Financeiro

Mês / Ano	Nº de reuniões Financeiro	Voz predominante	Partic. ativa de aluno	Assuntos
01/2022	02	Diretor	-	1. Prestação de Contas
02/2022	02	Diretor	01	1. Prestação de Contas 2. Planejamento de Compras
03/2022	02	Diretor	-	1. Prestação de Contas 2. Apresentação de propostas de compra e ratificação de processos de Dispensa e Licitação
04/2022	01	Diretor	-	1. Apresentação de propostas de compra 2. Ratificação de processos de Dispensa e Licitação
05/2022	02	Diretor	01	1. Planejamento de gastos PDDE 2. Ratificação de processos de Dispensa e Licitação
06/2022	01	Diretor	-	1. Ratificação de processos Dispensa e Licitação
07/2022	02	Diretor	-	1. Planejamento de Compras 2. Ratificação de Dispensa e Licitação
08/2022	02	Diretor	01	1. Apresentação da Resolução de Eleição do Colegiado, 2. Composição da Comissão Organizadora do Processo de Eleição 3. Planejamento de Compras 4. Ratificação de Dispensa e Licitação
09/2022	02	Diretor	02	1. Ratificação de Dispensa e Licitação, 2. Posse dos novos membros do Colegiado
10/2022	02	Diretor	-	1. Planejamento de Compras 2. Ratificação de Dispensa e Licitação
11/2022	02	Diretor	-	1. Ratificação de Dispensa e Licitação

Mês / Ano	Nº de reuniões Financeiro	Voz predominante	Partic. ativa de aluno	Assuntos
12/2022	02	Diretor	-	1. Ratificação de Dispensa e Licitação 2. Apresentação dos saldos de todos os recursos ao fim do ano letivo

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

As reuniões do Colegiado acontecem pelo menos uma vez por mês, porém, quando há necessidade, a diretora convoca os membros para reuniões extraordinárias, a fim de se resolver assuntos que demandam maior urgência. As pautas têm assuntos relacionados à área financeira e à pedagógica, no entanto as atas são separadas, a pedido da Superintendência de Ensino, uma vez que as atas do financeiro devem ser anexadas às prestações de contas.

A seguir, será apresentado o quadro com o consolidado das atas de assuntos pedagógicos, para que se possa observar a atuação do representante dos alunos.

Quadro 04 - Consolidado Reuniões Colegiado - Pedagógico

Mês/ Ano	Nº reuniões Pedagógicas	Voz predominante	Partic. ativa de aluno	Assuntos
01/2022	01	Diretor	01	1. Aprovação do calendário escolar 2. Escolha do Coordenador do Ensino Médio 3. Apresentação de Documentos normativos da SEE/MG
02/2022	01	Diretor	01	1. Aprovação do Cronograma de testes 2. Apresentação de Documentos normativos da SEE/MG
03/2022	01	Diretor	-	1. Greve dos Professores 2. Apresentação de Documentos normativos da SEE/MG – 3. 17ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas OBMEP. 4. Aplicação Avaliação Diagnóstica 2022.
04/2022	01	Diretor	01	1. Retomada das aulas após o período de greve 2. Calendário de Reposição 3. Indicação de Coordenador para o Ensino Médio Noturno 4. Orientação sobre escolha dos Representantes de Turma

Mês/ Ano	Nº reuniões Pedagógicas	Voz predominante	Partic. ativa de aluno	Assuntos
05/2022	01	Diretor	01	1. Indicação de Coordenador para a EJA e suas atribuições
06/2022	01	Diretor	01	1. Reestruturação do Projeto Político-Pedagógico - PPP e do Regimento Escolar 2. Apresentação Plano de Atendimento para 2023 3. Apresentação do cronograma das atividades pedagógicas do 2º bimestre para aprovação
07/2022	01	Diretor	-	1. Edital SEE Nº 05, DE 29 de junho de 2022, sobre a Certificação Ocupacional de Diretor de Escola Estadual 2. Encerramento do 2º bimestre, 3. Calendário de reposição com algumas adequações necessárias
08/2022	01	Diretor	-	1. Apresentação do cronograma de avaliações do 3º Bimestre para análise e sugestões 2. Organização do Agosto das Juventudes.
09/2022	01	Diretor	01	1. Apresentação do Cronograma da Avaliação Trimestral 2. Posse dos novos membros do Colegiado
10/2022	01	Diretor	01	1. Apresentação de Documentos normativos da SEE/MG 2. Fechamento do 3º bimestre / Intervenção Pedagógica
11/2022	01	Diretor	01	1. Apresentação de Documentos normativos da SEE/MG 2. Intensificação das ações de Intervenção Pedagógica durante o 4º bimestre-2022, com a elaboração de um Plano de Ação para recuperar os alunos em baixo desempenho 3. Recomposição calendário devido à Copa do Mundo
12/2022	01	Diretor	01	1 Análise das ações realizadas ao longo do ano letivo 2 Critérios Complementares para Distribuição de aulas 3 Ações para o encerramento do ano letivo 4 Cronograma de recuperação bimestral e recuperação final

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Pelo que se observa nos quadros acima, o número de reuniões do conselho escolar voltadas para questões financeiras registradas em atas é superior ao número de reuniões voltadas para questões pedagógicas. No ano de 2021, pelo levantamento realizado, também houve maior número de reuniões direcionadas aos assuntos financeiros, 18 no total, sendo que para assuntos relacionados ao pedagógico, foram 12. As datas das reuniões de cunho financeiro e pedagógico são as mesmas, o que se percebe é que muitas reuniões são marcadas para ratificação de processos de compra e nelas são discutidos somente assuntos relacionados às compras que estão sendo realizadas. Nos registros das atas de assuntos financeiros, sempre são levantadas as necessidades de compra, são apresentadas as propostas dos fornecedores e as prestações de contas. Nas atas de cunho pedagógico, são discutidos assuntos referentes à construção do calendário, à indicação dos coordenadores do Novo Ensino Médio, à formulação de cronogramas de avaliações, ações de intervenção, entre outros assuntos citados no quadro. Porém mesmo havendo discussões e levantamentos de opiniões de todos os presentes, em todos os registros fica evidente que o diretor escolar (presidente da reunião) é aquele que detém maior tempo de discurso, o que evidencia que a atuação dos demais membros ainda não é tão relevante.

Em relação à participação ativa do representante dos alunos, foi verificado que dentre as 34 reuniões realizadas, ele pediu a palavra 14 vezes. Esse pequeno número de vezes em que ele participa demonstra que seu envolvimento é restrito, pois, de acordo com os registros, o representante dos discentes, em muitas reuniões, apenas ouve as informações repassadas pelo gestor e aprova o que é proposto, sem questionamentos, debates ou proposições, mesmo que a diretora pergunte ou peça sugestões ao longo das reuniões, poucas vezes ele se manifesta.

Outro ponto observado sobre a atuação do educando é que há maior número de participação nas reuniões cujos assuntos são referentes ao pedagógico, considerando que, nos registros das reuniões de 2022, ele se manifestou 05 vezes nas reuniões de assuntos financeiros e 09 nas reuniões com pauta pedagógica. A partir dos trechos a seguir podemos analisar a participação mais efetiva do representante dos discentes:

O aluno Gustavo manifestou sua angústia, pois já ficou tanto tempo sem aula e esse ano é o ano do ENEM. Em seguida, questionou à diretora se não é possível conversar com os professores para que eles deem aula pelo menos para os terceiros anos (Ata 03/2022, E.E.D. J.P. 2022b)

O aluno Gustavo pediu a palavra e questionou a diretora sobre a pontuação estabelecida no Cronograma de Avaliações Bimestrais, pois segundo o aluno, os colegas sempre reclamam que a prova tem um valor muito alto e que poderia ser dividido de outra forma, diminuindo o valor da prova e aumentando nos trabalhos, pois os alunos conseguem melhor desempenho em atividades de pesquisa. (Ata 06/2022, E.E.D.J. P.2022b)

Com base nos excertos acima, fica evidente que a participação do representante dos alunos é mais constante nos momentos em que se discute assuntos pedagógicos, pelo fato de que esses temas pertencem à sua realidade escolar. Contudo é nítido que essa participação é muito restrita, pois acontece em poucas reuniões e precisa ser potencializada, uma vez que o aluno, como maior público alvo da escola e por estar representando seus pares, sabe mensurar exatamente quais são seus anseios e expectativas em relação ao que esperam da educação ofertada pela instituição.

O Colegiado Escolar é um órgão que permite a participação de todos os segmentos da comunidade escolar e que busca promover a gestão democrática. Abrucio (2010) demonstra que as escolas que apresentam maior qualidade possuem a gestão descentralizada, com maior participação da comunidade escolar. O autor afirma que:

O ponto de partida é o envolvimento de toda a comunidade interna com a escola em suas principais decisões. Isto só é possível se a proposta participativa não significar processos meramente formais, e caso ela tenha clareza quanto ao comando organizacional e a responsabilização dos agentes. Cabe reforçar que isto terá mais chances de ser atingido se o trabalho em equipe for ativado constantemente, de forma a fazer com que todos se sintam motivados a perseguir os objetivos organizacionais (ABRUCIO, 2010, p. 257).

As reuniões do Colegiado precisam ser momentos não apenas de se ratificar processos de compras ou de se aprovar cronogramas e calendários, como se observa na maior parte dos dados analisados, mas uma oportunidade de se planejar e traçar metas e objetivos para a melhoria da educação ofertada na escola. Embora fique

evidente que a diretora questiona e dá abertura para a participação de todos os membros, fica claro que a participação não é efetiva.

Analisando especificamente a questão do protagonismo juvenil, percebemos que poucas vezes o aluno desenvolve uma participação autônoma e ativa durante as reuniões. Essa é uma questão importante para ser refletida no ambiente escolar, uma vez que o Colegiado, como órgão institucional, pode ser um espaço privilegiado para que os educandos exerçam seu protagonismo, uma vez que o aluno que ali está como membro, não fala só por ele mesmo, mas representa a voz de todos os discentes, tendo, portanto, a oportunidade de realizar a escuta, de participar de reuniões com os pares para que possam demandar suas expectativas e de apresentar propostas para a gestão escolar nos momentos de reuniões do Colegiado, fazendo desse espaço um lugar para que a participação estudantil seja forte.

Ao transformar as reuniões do Colegiado Escolar em momentos estratégicos de planejamento e melhoria educacional, a escola pode se beneficiar do conhecimento coletivo de seus membros e trabalhar de forma mais eficaz. Isso não apenas enriquece a experiência educacional, mas também prepara os alunos de forma concreta para o desenvolvimento de sua autonomia, contribuindo para sua formação integral enquanto cidadão.

2.3.2.3 Projetos Pedagógicos – Alunos como centro do processo de ensino-aprendizagem

Além do Colegiado, outro espaço importante para viabilizar a promoção do protagonismo juvenil no ambiente escolar são os projetos desenvolvidos ao longo do ano letivo. Os projetos propostos para serem realizados durante o ano são elaborados pela equipe pedagógica e estão detalhados no Projeto Político Pedagógico da escola. Em relação ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem através desses projetos, o PPP traz a seguinte afirmação:

Para que o trabalho se desenvolva com qualidade será necessária a intensa participação de todos os setores da Escola no processo educativo, numa perspectiva de Educação através do saber reflexão-ação. O trabalho pedagógico será desenvolvido com foco no processo de aprender do educando, para que o mesmo possa construir seu

conhecimento através de inúmeras possibilidades, envolvendo a pesquisa, o estudo prático, o trabalho em equipe, dentre outras. O aluno terá a oportunidade de desenvolver, através do trabalho realizado na escola, o espírito crítico, tornando-se mais responsável e consciente, transformando-se em cidadão autônomo e com perspectivas para um futuro promissor (E.E.D.J.P.2022a, p.4)

De acordo com o PPP da instituição, são desenvolvidos os seguintes projetos ao longo do ano letivo: Projeto de Leitura (bibliotecárias); Projeto Feira de Cultura; Projeto Reforço Escolar (bibliotecárias); Projeto Discriminação Racial; Projeto Meio Ambiente: eu cuido, você cuida e nós sobrevivemos.; Gincana do Conhecimento; Projeto Khan Academy (E.E.D.J.P. 2022). O quadro abaixo irá detalhar três desses projetos para que se possa observar como eles são desenvolvidos.

Quadro 05 - Detalhamento Projetos do PPP

Nome do projeto	Séries contempladas	Disciplinas envolvidas	Responsáveis pela execução	Objetivos do projeto	Resultados esperados	Período de realização
Ler é um prazer	6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, 1º ao 3º ano Ensino Médio e Ensino Médio Educação de Jovens e Adultos	Língua Portuguesa	Professores de Língua Portuguesa – Trabalhar em sala e na biblioteca escolar os diversos gêneros textuais. Aluno – A partir dos gêneros textuais apresentados, ler e produzir textos, conforme orientações do professor Bibliotecários – Promover na biblioteca um ambiente propício ao desenvolvimento do projeto	Despertar e incentivar o interesse pela leitura; Desenvolver as habilidades linguísticas: ouvir, falar, ler e escrever; Trabalhar a leitura com diferentes objetivos, Auxiliar o aluno no processo de construção de sua identidade e de seus valores, Contribuir para a formação de leitores autônomos e competentes	Espera-se que os alunos ao final do ano letivo tenham desenvolvido o gosto pela leitura, conheçam diversos gêneros textuais e dominem habilidades de leitura, interpretação e escrita.	Durante todo o ano letivo.
Projeto Feira de Cultura	6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, 1º ao 3º ano Ensino Médio e Ensino Médio Educação de Jovens e Adultos	Todas as disciplinas (Projeto Interdisciplinar)	Professores: Em cada disciplina os professores irão focar em um tema gerador para desenvolver o seu trabalho com os alunos, tema este relacionado com a cultura local de nossa cidade (saúde, arte, esporte, culinária, agricultura, etc). Alunos: Os alunos irão pesquisar sobre o assunto e desenvolver as atividades propostas pelo professor. Dentro dessas atividades poderão constar a produção de poesia, música, textos	Integrar a família e a comunidade no contexto escolar; Oportunizar aos alunos a possibilidade de apresentar coletivamente suas habilidades e competências nos conteúdos procedimentais; realização de projetos de reutilização de materiais e historicidade na escola; Favorecer a conscientização sobre a conservação do ambiente físico da escola; Valorizar a utilização de produtos típicos da nossa	Promover o conhecimento unindo o lazer, entretenimento e experiências ao aprender, desenvolvendo a capacidade de questionamento e de investigação, fazendo-os interessar-se pelas realidades da nossa região e do mundo, enfrentando com	08/11/22 a 18/11/22

Nome do projeto	Séries contempladas	Disciplinas envolvidas	Responsáveis pela execução	Objetivos do projeto	Resultados esperados	Período de realização
			jornalísticos, receitas culinárias da região, teatro, dança, confecção de mural, confecção de trabalhos artísticos relacionados à cultura local.	cultura: naturais, artesanais e fabricados; Estimular a harmonia nas relações interpessoais; Resgatar valores culturais do nosso povo, através da valorização da vida simples, da inocência, pureza e sabedoria popular; Desenvolver o processo de leitura e escrita através de atividades contextualizadas; Favorecer a integração social do grupo; Desenvolver a expressão artística e corporal; Contextualizar os estudos dos conteúdos programáticos dentro de um tema central gerador.	confiança situações novas.	
Discriminação Racial	6º ao 9º ano do Ensino Fundamental; 1º ao 3º ano do Ensino Médio e 1º ao 3º ano do EJA Médio	História, Geografia, Arte, Filosofia, Sociologia	Professores: Os professores irão realizar uma conversa informal para inserir o tema e em seguida irão desenvolver uma prática pedagógica através do diálogo, aula expositiva, pesquisa, produção de textos dos variados gêneros textuais, dentre outras atividades.	Conhecer um pouco sobre a realidade dos Negro no Brasil, como vivem e convivem em sociedade; Conscientizar os alunos sobre o respeito às diferenças individuais; Despertar e sensibilizar o corpo discente para os malefícios do racismo	Através do trabalho espera-se que os alunos evidenciem a importância da valorização da história e da cultura afro-brasileira para os alunos, famílias e comunidade	22/03/2022 a 02/04/2022

Nome do projeto	Séries contempladas	Disciplinas envolvidas	Responsáveis pela execução	Objetivos do projeto	Resultados esperados	Período de realização
			Alunos: os alunos serão orientados para a culminância do projeto que acontecerá com debates e roda de conversa envolvendo todas as turmas, manhã, tarde e noite.	estrutural de nossa sociedade. Desenvolver a linguagem oral e escrita dos alunos; - Oportunizar momentos para reflexão de valores pré-construídos e mudar de postura diante de temas relevantes como o racismo;	escolar para a redução da prática do racismo e do preconceito na escola e promover o respeito às diferenças.	

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A partir da análise dos projetos detalhados no PPP, pode-se perceber que dentro dos objetivos gerais e específicos o foco é o desenvolvimento do protagonismo dos educandos, para que eles atuem de forma dinâmica nas atividades propostas no plano de ação, porém não se percebe a autonomia dos discentes. No projeto de leitura, por exemplo, os professores de língua portuguesa selecionam os livros que serão utilizados e quais atividades serão realizadas com base na leitura. Na Feira Cultural, os alunos decidem qual o tipo de trabalho que pretendem realizar, porém devem seguir a temática proposta pela equipe pedagógica. Ou seja, os projetos despertam a participação ativa dos educandos no processo de aprendizagem, eles pesquisam, debatem e produzem, contudo ainda não conseguem exercer efetivamente o seu protagonismo, uma vez que não são ouvidos no processo de construção dos projetos.

Os demais projetos constantes no PPP não foram desenvolvidos no ano de 2022, pois foi o momento da retomada presencial, depois de dois anos com ensino remoto, por causa da pandemia do COVID -19, o que acarretou muitas defasagens curriculares nos educandos. Por isso, a escola fez um trabalho de recomposição do currículo, de acordo com as dificuldades identificadas nas Avaliações Diagnósticas aplicadas ao longo do ano de 2022.

O trabalho com projetos interdisciplinares é apontado por Zibas, Ferretti e Tartuce (2006) como forma de se desenvolver a pedagogia ativa e de fomentar o protagonismo:

[...] quando se fala em protagonismo de jovens como um dos objetivos dos processos de aprendizagem, evoca-se quase sempre, nas escolas, a necessidade da formulação de “projetos”. Tal associação direta e simplificadora não deixa de ter uma certa racionalidade, uma vez que a ênfase oficial na pedagogia ativa no ensino médio tem, entre outros, o seguinte pressuposto: a abertura do espaço pedagógico para as iniciativas e participação dos jovens, por meio de uma pedagogia ativa (e, portanto, de “projetos”), é um recurso importante para o desenvolvimento do protagonismo (ZIBAS; FERRETTI; TARTUCE, 2006, p. 56).

Como afirmam Zibas, Ferretti e Tartuce (2006), os projetos desenvolvidos na escola são formas eficazes de se desenvolver o protagonismo juvenil e promover uma aprendizagem mais concreta. Ao se considerar os projetos da E.E.Dr. João Pinto,

percebe-se que, entre seus objetivos, o protagonismo é colocado em evidência, no entanto não se consegue alcançá-lo efetivamente, uma vez que os alunos não participam de forma autônoma. Portanto a elaboração de projetos no ambiente escolar é uma estratégia que oportuniza a promoção da participação estudantil, a partir do momento em que os educandos são considerados e ouvidos, para que os projetos sejam elaborados com foco nos seus anseios, a fim de que os discentes se interessem pelos projetos e participem de forma ativa das atividades estabelecidas ao longo do ano letivo.

2.3.2.4 Representantes de turma /Líderes de Turma - Protagonismo Juvenil em Ação

Além dos projetos realizados ao longo do ano letivo, outra instância de mobilização dos alunos prevista institucionalmente como estratégia de fomento à participação estudantil nas escolas estaduais de Minas Gerais é o Projeto Representantes de Turma/Conselho de Representantes de Turma que vem sendo desenvolvido desde 2017.

A SEE/MG instituiu, no ano de 2017, a ação de Conselhos de Representantes de Turmas articulada ao Programa Convivência Democrática no Ambiente Escolar, que visa à promoção da Educação em Direitos Humanos com foco na prevenção e no enfrentamento de casos de violência dentro do ambiente escolar (MINAS GERAIS, 2017a.)

Nos anos de 2017, 2018 e 2019, foram realizadas na EEDJP as eleições de líderes de turmas e construídos planos de ação para desenvolvimento de projetos pelos educandos. Entretanto, não há registros em livros de atas sobre as ações desenvolvidas. Nos anos de 2020 e 2021, devido ao ensino remoto, mesmo tendo a eleição dos Representantes de Turmas, não foi possível a construção e o desenvolvimento do plano de ação. A eleição dos representantes foi feita através dos grupos de WhatsApp das turmas, com participação bem limitada de alunos e, embora tenha sido solicitado, eles não propuseram nenhuma atividade durante o período em que as aulas foram à distância.

Em 2022, a Secretaria de Estado de Educação publicou o Documento Orientador do Programa Conselho de Representantes de Turma, que estabeleceu as orientações a serem seguidas para a escolha de líderes, eleitos de forma democrática

para representar os demais discentes e traçar o Plano de Ação para ser realizado ao longo do ano letivo, a fim de retomar as ações que ficaram paradas nos anos de 2020 e 2021, devido à pandemia (MINAS GERAIS, 2022b)

Alinhados a esse Programa, seguindo o Documento Orientador para o Conselho de Representantes de Turma enviado pela SEE em fevereiro de 2022, o PPP e o Regimento Escolar detalharam a função dos Representantes de Turmas. De acordo com o PPP:

O Conselho de Representante de Turma, desenvolvido desde 2017 pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, tem o intuito de promover a participação estudantil nas escolas e estimular o protagonismo dos estudantes. A ação consiste no processo de escolha de representantes estudantis, por meio da eleição nas turmas e na escola, na composição dos Conselhos de Representantes de Turma e na elaboração e execução de Planos de Ação proposto pelos membros (E.E.D.J.P. 2022a, p.21).

A partir do cronograma abaixo, podemos visualizar as ações programadas conforme o Documento Orientador do Conselho de Turma da SEE-MG /2022:

Quadro 06 - Cronograma de Ações Representantes de Turmas

DATA	ATIVIDADE
07 a 11/03	1ª Etapa: Formação da Comissão Eleitoral e Mobilização para o processo de eleição
14 a 21/03	2ª Etapa: Realização da eleição dos Representantes de Turma.
21/03 a 1/04	3ª Etapa: Constituição do Conselho de Representantes de Turma Realização da 1ª Reunião do Conselho de Representantes de Turma (*As reuniões deverão ser mensais).
Até 01/04	Envio dos dados dos Representantes de Turma para a SEE/MG, via formulário online
ABRIL	4ª Etapa: Elaboração do Plano de Ação. Realização da 2ª reunião: Elaboração do Plano de Ação
MAIO	4ª Etapa: Elaboração do Plano de Ação. Realização das reuniões mensais.
JUNHO	4ª Etapa: Elaboração do Plano de Ação. Realização das reuniões mensais.
JULHO	4ª Etapa: Elaboração do Plano de Ação. Realização das reuniões mensais. 25/07 a 12/08 Envio do formulário de monitoramento da ação, via formulário online.
AGOSTO	4ª Etapa: Execução do Plano de Ação. Realização das reuniões mensais.
SETEMBRO	4ª Etapa: Execução do Plano de Ação. Realização das reuniões mensais.
OUTUBRO	4ª Etapa: Execução do Plano de Ação. Realização das reuniões mensais.

	Organização para a realização das atividades de culminância
16 a 19/11	5ª Etapa: Culminância da ação. Culminância do Plano de Ação do Conselho durante a “Semana de Educação para a Vida”.
Até 06/12	Etapa: Envio do Relatório Final, via formulário online.

Fonte: Minas Gerais (2022b, p.14).

Seguindo esse cronograma, a escola se organizou para a realização da eleição dos líderes de turma. O primeiro momento foi desenvolvido pelas especialistas, que informaram os alunos sobre as funções do Representante de Turma, para então formar a equipe responsável pelo processo de eleição. Em seguida, os alunos escolheram o professor referência para dar início à construção do Plano de Ação.

Na elaboração do Plano de Ação, os alunos puderam propor e colocar em prática os projetos que eles acharam mais pertinentes e interessantes, de acordo com os anseios dos seus pares. Embora tenham contado com o apoio do professor referência, foram eles que definiram os objetivos e o modo de executar as ações, como indica o excerto da ata de preparação do Plano de Ação:

Após ouvir todos os Representantes presentes, ficou decidido quais os projetos serão desenvolvidos: a Gincana do Conhecimento e os Jogos Interclasse. Na próxima reunião definiremos as atividades da gincana e criaremos o regulamento. Quanto ao Interclasse, vamos procurar os professores de Educação Física e ver se eles poderão nos ajudar, pois a escola já realiza os jogos, só que acrescentaremos modalidades, depois de passar nas salas fazendo o levantamento com os alunos, para saber o que eles praticam.” (E.E.D.J.P. Ata nº2, 2022c)

Um ponto importante para se destacar em relação ao Representante de Turma é que, embora seja um espaço de protagonismo para os educandos, como foi apresentado anteriormente, esse espaço é mais tutelado e institucional, pois todas as ações previstas já estão estabelecidas em um Documento Orientador, vindo da SEE/MG e todo processo deve ser acompanhado pelo gestor escolar, pela supervisão e por um professor referência, conforme definido no Documento Orientador:

Direção - A direção deverá garantir a execução do cronograma de reuniões do Conselho de Representante de Turma e apoiar o/a Educador (a) Referências das ações. Sempre que possível, a direção também deverá participar das reuniões (MINAS GERAIS, 2022b, p. 9).
Especialista - Mobilizar a equipe docente e demais servidores e dar suporte aos estudantes (MINAS GERAIS, 2022b, p.11).

Educador Referência: Poderá ser um(a) professor(a) ou Especialista da escola, indicado pelo Conselho de Representantes de Turma, cabendo ao mesmo aceitar ou não a incumbência de coordenar as ações da juventude nas escolas, considerando sua disponibilidade e a anuência da gestão da escola. Deverá apoiar o diálogo entre o Conselho de Representantes de Turma, o corpo docente, a direção da escola e a Referência da Juventude na SRE. Participará ativamente das reuniões, zelando pelo cumprimento dos prazos, o registro e a progressão das discussões. Também será responsável por gerenciar o fluxo de informações e comunicação (MINAS GERAIS, 2022b, p.9).

O professor referência, conforme o excerto acima, tem um papel fundamental no acompanhamento de todas as ações desenvolvidas, devendo participar ativamente das reuniões, ou seja, deverá direcionar os alunos, que, portanto, não terão total autonomia ou liberdade para tomar as decisões, uma vez que serão monitorados durante todo processo. Sobre esse aspecto, é importante considerar que o protagonismo juvenil não combina com tais pressupostos, pois requer autonomia para desenvolver ações de acordo com sua cultura. Dayrell e Carrano (2014) afirmam que:

Em um sentido mais estrito, a noção de participação nos remete à PRESENÇA ATIVA dos cidadãos nos processos decisórios das sociedades. E essa noção tem a ver com a participação política ou com a participação cidadã. Os espaços e tempos da participação podem promover a educação para a vida pública, o aprendizado da cidadania e dos valores democráticos. Dito isso, afirmamos que a EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA é, por sua própria natureza, uma experiência educativa e formativa (DAYRELL; CARRANO, 2014, p.121).

Além de acompanhar as reuniões, o professor referência tem que preencher planilhas solicitadas pelo Órgão Central, como forma de comprovar que as ações estão sendo realizadas, dentro do cronograma estabelecido. Através do cronograma de ações apresentado acima, é possível verificar a necessidade de se preencher formulário até 01/04/2022 com o resultado do processo de eleição, com a finalidade de informar os nomes, e-mails e telefones dos líderes eleitos. Em julho é preenchido outro formulário para que a SEE-MG possa acompanhar o andamento das ações que estão sendo desenvolvidas e ao final do ano, até 06/12/2022, deve-se preencher o relatório final, segundo as orientações estabelecidas no documento orientador: “Após a Culminância, o Conselho de Representantes de Turma deverá encaminhar o

Relatório Final, via formulário eletrônico, a ser disponibilizado pelo Órgão Central da SEE-MG (MINAS GERAIS, 2022b, p.11).

Ainda sobre as ações do Representante de Turma, O Documento Orientador prevê que os alunos têm autonomia para identificar situações problemas dentro do ambiente escolar e propor atividades que ajudem a resolver ou minimizar esses problemas (MINAS GERAIS, 2022b). Entretanto, essas ações não ultrapassam os muros da escola, como ocorre no Grêmio Estudantil, em que as ações propostas são identificadas considerando a escola e também toda a comunidade escolar, e principalmente, as reuniões não são supervisionadas pela equipe escolar, já que o Grêmio é uma entidade autônoma.

Aproveitar o espaço dos Representantes de Turmas para incentivar a participação dos educandos pode ser uma oportunidade importante para que a escola consiga cumprir seu papel de ajudar na construção cidadã, respeitando as opiniões de seus alunos e toda diversidade cultural advinda deles. Dayrell e Carrano (2014) trazem essa análise:

Antes mesmo de se pensar quais atividades educativas deveriam ser oferecidas para os jovens, deveríamos nos colocar a questão de como contribuir para que esses sejam diretores de suas próprias vidas. O desafio para eles e elas é que se constituam como sujeitos éticos e autônomos em seus múltiplos territórios existenciais. Nesse processo há o reconhecimento do Outro também como indivíduo de existência legítima e necessária para o equilíbrio pessoal e coletivo que pode surgir da coexistência democrática nos múltiplos territórios de cidades e escolas (DAYRELL; CARRANO, 2014, p.128).

O Programa de Representante de Turmas é uma oportunidade de se promover o protagonismo dos alunos e envolvê-los ativamente na gestão e melhoria do ambiente escolar e incentivar o protagonismo estudantil, oferecendo oportunidades para que os alunos desempenhem papéis ativos na comunidade escolar. No entanto, ao se analisar os Documentos Orientadores, nota-se que as decisões dos educandos ainda ficam muito direcionadas pelo Professor Referência e, de acordo com as atas analisadas, foram poucos os momentos de reuniões e esses foram somente com o intuito de planejar ações culturais, não tendo momentos de análises do contexto escolar para identificar problemas, a fim de formularem propostas de melhorias para a convivência dentro desse ambiente.

É necessário entender que, apesar dos limites impostos, uma vez que o programa segue diretrizes estabelecidas pela SEE, a ação Representantes de Turmas / Conselho de Representantes de Turmas pode ser um excelente espaço para que aconteça o protagonismo juvenil, pois ao se fomentar essa ação dentro da instituição, os educandos poderão se reunir e pontuar suas percepções, seus anseios e elaborar sugestões e projetos a serem levados à direção, em busca de uma escola que seja mais voltada para sua realidade, tornando-a mais significativa.

2.3.2.5 Jogos Escolares (JEMG) como potencializador de liderança juvenil

Para construção da identidade dos jovens e fomentar o protagonismo dentro do ambiente escolar, a prática esportiva tem se mostrado muito efetiva e os Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG) permitem uma participação ativa por parte dos educandos. Os Jogos Escolares de Minas Gerais também podem ser espaço para que os jovens consigam exercer o protagonismo na prática esportiva e na construção de uma cidadania plena. O JEMG é a maior competição esportiva realizada em Minas Gerais desde 2003. É uma ação realizada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), por meio da Subsecretaria de Esportes, e pela Secretaria de Estado de Educação (SEE). A execução é de responsabilidade da Federação de Esportes Estudantis de Minas Gerais – FEEMG. A competição é dividida em 04 etapas (municipal, microrregional, regional e estadual). Podem participar escolas públicas e privadas de todos os municípios mineiros. Os alunos devem ter de 12 a 14 anos para disputar o módulo I e de 15 a 17 anos para o módulo II (MINAS GERAIS, 2023b).

Para o ano de 2023, serão ofertadas as seguintes modalidades: atletismo, atletismo PCD, badminton, basquetebol, bocha, ciclismo, futsal, futebol de 05, futebol de 07 PCD, ginástica artística, ginástica rítmica (feminino), goalball, handebol, judô, judô PCD, natação, natação PCD, parabadminton, taekwondo, tênis de mesa, tênis de mesa PCD, tênis em cadeira de rodas, voleibol, vôlei de praia, voleibol sentado e xadrez, nos naipes masculino e feminino (MINAS GERAIS, 2023b).

A E.E. Dr. João Pinto tem um histórico bom de participação desde a criação do JEMG. Esteve presente em todos os anos e conquistou muitas vitórias, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 07 - Medalhas no JEMG no período de 2003 - 2022

Modalidade	Módulo	Etapa	Medalha Ouro	Medalha Prata	Medalha Bronze
Futsal Masc	I	Microrregional	01	-	01
Futsal Masc	I	Regional	-	01	-
Futsal Masc	II	Microrregional	02	01	02
Futsal Fem	II	Microrregional	01	01	-
Futsal Masc	II	Regional	-	01	-
Futsal Fem	II	Regional	-	-	01
Vôlei Masc	II	Microrregional	01	01	01
Vôlei Masc	II	Regional	-	-	01
Vôlei Fem	II	Microrregional	01	01	01
Handebol Masc	II	Microrregional	01	01	02
Handebol Fem	II	Microrregional	02	02	01
Handebol Fem	II	Regional	-	01	-
Xadrez Masc	I	Microrregional	-	-	01
Xadrez Masc	II	Microrregional	01	01	03
Xadrez Fem	II	Microrregional	-	-	01
Atletismo	II	Estadual	-	01	01
Natação Masc	II	Estadual	-	-	01

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Para participar do JEMG, os alunos da E.E.Dr. João Pinto se mobilizam todos os anos em busca de lugares, além da escola, para treinarem, conseguem patrocínios nos comércios locais para confecção de uniformes e para compra de materiais de primeiros-socorros para serem levados para a equipe esportiva. Toda essa mobilização ocorre por iniciativa deles. Porém a participação nos jogos tem diminuído ano a ano. Nos dois últimos anos de participação presencial, 2019 e 2022, a escola só levou Futsal Masculino, módulos I e II, Handebol masculino, módulo II e Handebol Feminino, módulo II. Para este ano, 2023, a escola terá a participação somente do Futsal Masculino módulo II e do Handebol Feminino módulo II, o que demonstra que, mesmo no esporte, nossos jovens não estão tendo o protagonismo que outrora os

alunos já tiveram. A escola em 2009, 2010 e 2011 levou para o JEMG uma delegação de mais de 70 atletas e este ano levará somente 24.

A partir do exposto acima, podemos levantar algumas questões importantes: será que a redução no número de participantes nos jogos demonstra que os alunos de hoje não estão sendo “protagonistas” como os alunos dos anos anteriores ou será que, na realidade, o que acontecia não era somente “protagonismo”, mas sim necessidade de se buscar meios para que eles pudessem participar, uma vez que o Estado não oferecia o suporte adequado para a realização do evento? Pode ser que a diminuição de atletas esteja ocorrendo exatamente pelas dificuldades em se conseguir toda a estrutura necessária para a participação nos jogos.

Mesmo diante dos impasses levantados, ressalta-se que estimular a prática esportiva no ambiente escolar e incentivar a participação no JEMG pode ajudar a promover a formação integral dos educandos, pois como afirmam Brenner, Dayrell e Carrano (2008, p.30):

É principalmente nos tempos livres e nos momentos de lazer que os jovens constroem suas próprias normas e expressões culturais, seus ritos, suas simbologias e seus modos de ser, que os diferenciam do denominado mundo adulto. No contexto de menor controle das gerações adultas, os jovens elaboram subjetividades coletivas em torno de culturas juvenis.

O esporte não é apenas uma atividade física, mas também uma poderosa ferramenta de desenvolvimento pessoal e social para os jovens. Ele pode promover valores positivos, habilidades essenciais e um senso de responsabilidade que são fundamentais para o protagonismo juvenil, capacitando os jovens a desempenharem papéis ativos e positivos em suas vidas e comunidades. Os jogos Escolares de Minas Gerais permitem que os educandos desenvolvam sua autonomia e contribuem para a formação integral dos jovens, podendo se tornar um excelente espaço para a promoção da participação estudantil.

Com base nos dados apresentados, constata-se que os Jogos Escolares podem ser espaço de protagonismo juvenil dentro da E.E.Dr. João Pinto e que fomentar essa participação dos discentes nos jogos não está relacionado somente à importância da prática esportiva, mas também à formação integral dos educandos.

2.3.2.6 Novo Ensino Médio – autonomia e protagonismo

São muitos os espaços que permitem o desenvolvimento do protagonismo juvenil dentro da escola e para ampliar esses espaços, em 2022, começou a ser implementado nas escolas do Brasil o Novo Ensino Médio (NEM), que visa fomentar o protagonismo como forma de se consolidar a aprendizagem, tornando-a mais significativa e plena na construção e formação dos educandos como cidadãos capazes de mudar a sociedade.

Aprovado pela lei nº 13.415/2017, o NEM propôs mudanças relevantes para essa modalidade de ensino, como foco na aprendizagem significativa para o educando visando seu desenvolvimento integral e a ampliação da carga horária do aluno de 800h para 1000h anual, garantindo, ao longo dos três anos, 1800 horas da matriz curricular para cumprir as disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as 1200 horas restantes seguem uma matriz curricular flexível, na qual é prevista mais autonomia na escolha de itinerários formativos, que são disciplinas diferenciadas ofertadas através de projetos, buscando adequar os conteúdos à realidade dos educandos (BRASIL, 2017b).

Em consonância com as mudanças propostas na BNCC, a SEE/MG, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME/MG, buscou a participação de professores, especialistas, pais e alunos para a construção do Currículo Referência de Minas Gerais, buscando levar em conta realidades sociais, culturais, históricas e econômicas distintas, a fim de orientar os educadores na elaboração de planos de ações para a realização de uma educação mais igualitária e democrática (MINAS GERAIS, 2022c, p.7).

A Base Nacional Comum Curricular juntamente com os currículos construídos a partir dela se complementam, pois visam garantir o direito à aprendizagem efetiva para que os educandos desenvolvam as habilidades, competências, valores e atitudes que os tornem capazes de resolver problemas do cotidiano, exercendo o direito à cidadania e estejam aptos ao mundo do trabalho (BRASIL, 2018).

As mudanças propostas na matriz curricular, com a ampliação da carga horária para a inserção de itinerários formativos, preveem permitir maior flexibilidade para os estudantes escolherem se aprofundar em uma ou mais Áreas do Conhecimento e/ou

Formação Técnica e Profissional que forem de seu interesse “estimulando o exercício do protagonismo juvenil e fortalecendo o desenvolvimento de seus projetos de vida” (BRASIL, 2018, p.468).

O projeto de vida proposto na BNCC é um dos caminhos para o protagonismo do educando, uma vez que ele irá, desde o 1º ano do ensino médio até o 3º ano, aprender a refletir sobre seus anseios e sonhos e a partir deles pensar os caminhos para alcançá-los, enfrentando os desafios que surgirem no percurso e procurando soluções ou mesmo replanejando suas metas. A escola deverá orientar seus alunos para a sua construção integral, ajudando na formação de valores que incidirão sobre suas tomadas de decisões (BRASIL, 2018). Ainda de acordo com a BNCC, em sua competência 6, o Projeto de Vida deve desenvolver no estudante a capacidade de:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BRASIL, 2018, p. 9).

Em análise à implementação dessa disciplina na escola, não foram encontrados registros oficiais de como ela vem sendo desenvolvida. Os professores receberam da SEE o planejamento de todas as aulas, organizadas por bimestre, já com todo direcionamento: textos, vídeos, atividades propostas para serem desenvolvidas com os alunos, com a finalidade de despertar neles a autorreflexão de sua vida, para que possam construir seu projeto de vida. No entanto, através da observação das aulas, foi constatado que os alunos não se mostram interessados, não participam ativamente das atividades propostas. Esse pode ser um ponto a ser analisado, pois como todo material vem proposto pela SEE, talvez ele não esteja atendendo aos anseios dos educandos, mostrando a importância de se ouvir os alunos no momento de elaboração do currículo, principalmente quando o objetivo é ajudá-los na construção de seu projeto de vida. Para que possamos realmente concluir se o Projeto de Vida está sendo lugar de protagonismo para os discentes da escola, será necessário realizar pesquisa de campo para coletas de dados concretos.

No que diz respeito à gestão das eletivas no Novo Ensino Médio na E.E. Dr. João Pinto no ano de 2022, essa não aconteceu da forma prevista, uma vez que os

alunos não participaram da escolha das matérias eletivas, constantes nos Itinerários Formativos, devido ao fato de, no ano de 2021, os alunos terem permanecido no estudo remoto até o início de novembro. As dificuldades de comunicação com os alunos, que estudavam no 9º ano da outra escola do município e também com os próprios alunos, fizeram com que a direção definisse, em reunião com toda equipe pedagógica, quais seriam as eletivas ofertadas em 2022.

No ano de 2023, dando continuidade à implementação do NEM, agora com turmas de 1ºs e 2ºs anos, a escola conseguiu maior diálogo com os alunos para o processo de escolha das eletivas e dos aprofundamentos.

O quadro a seguir apresentará quais as opções de Eletivas foram ofertadas, quais foram as selecionadas e quem participou do processo de escolha.

Quadro 08 - Eletivas Escolhidas pelos alunos das turmas dos 1ºs e 2ºs anos Novo Ensino Médio.

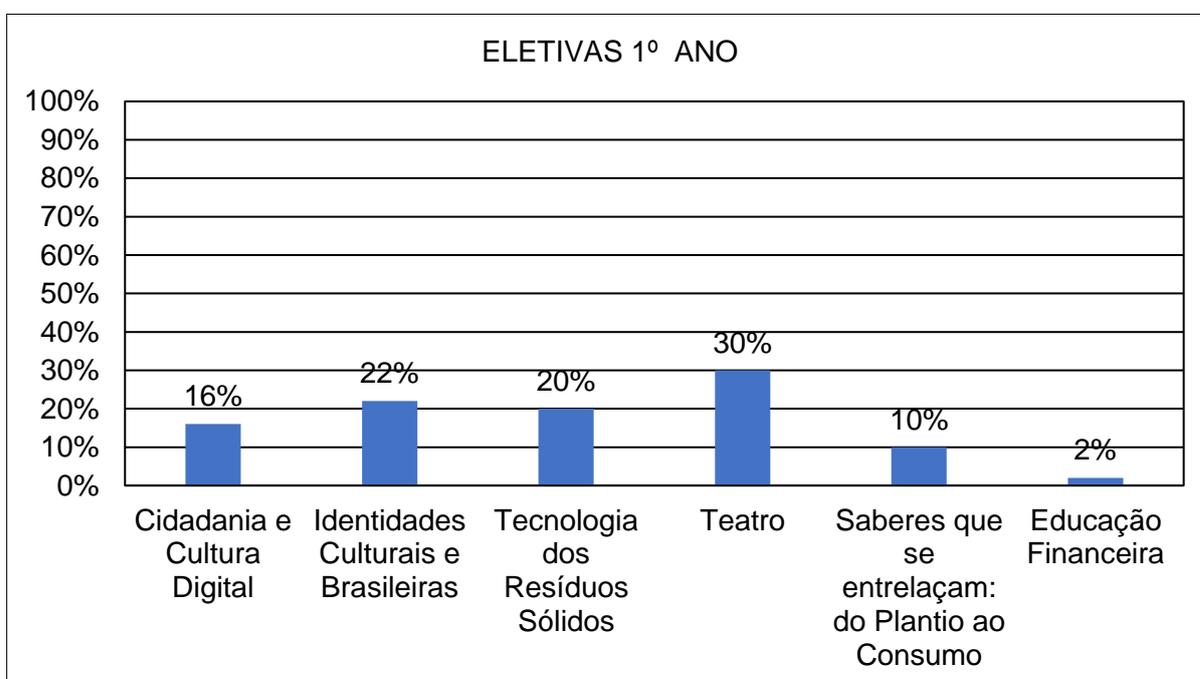
Ano	Opções disponibilizadas	Eletiva 01 escolhida	Eletiva 02 escolhida	Quem participou da escolha
1º ano (2022)	1. Pegadas Hídricas 2. Preparação para o ENEM	Pegadas Hídricas	Preparação para o ENEM	Professores, especialista e diretor.
1º ano (2023)	1. Cidadania e Cultura Digital 2. Educação Financeira 3. Identidades Culturais Brasileiras 4. Saberes que se entrelaçam: do plantio ao consumo 5. Tecnologia dos Resíduos Sólidos 6. Teatro	Teatro	Identidades Culturais Brasileiras	Alunos, professores, diretor e especialista.
2º ano (2023)	1. Agriculturas com bases Ecológicas 2. Educação Financeira 3. Cidadania e Cultura Digital 4. Cultura de paz e convivência democrática 5. Literatura e Criação Literária 6. Preparação para o ENEM: Ciências Humanas	Educação Financeira	Agriculturas com bases Ecológicas	Alunos, professores, diretor e especialista.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em relação às escolhas, os alunos deveriam ter liberdade para fazê-las, para que fossem os protagonistas nesse processo, no entanto elas são direcionadas, uma

vez que passam primeiro pelo crivo da equipe pedagógica da escola, levando em consideração as decisões dos professores, principalmente observando quais os conteúdos terão maior redução de número de aulas, para que nenhum professor efetivo fique em excedência, para depois os alunos decidirem quais eletivas eles gostariam de cursar, dentre as que já foram pré-selecionadas. Em reunião pedagógica, foram pré-selecionadas 06 possibilidades de Eletivas, para então criar um formulário que foi disponibilizado aos alunos. São ofertadas duas eletivas obrigatórias para cada ano do ensino médio. As duas Eletivas mais votadas estão sendo ofertadas este ano, 2023, conforme demonstram os gráficos 01 e 02 abaixo:

Gráfico 01 - Eletivas 1ºano

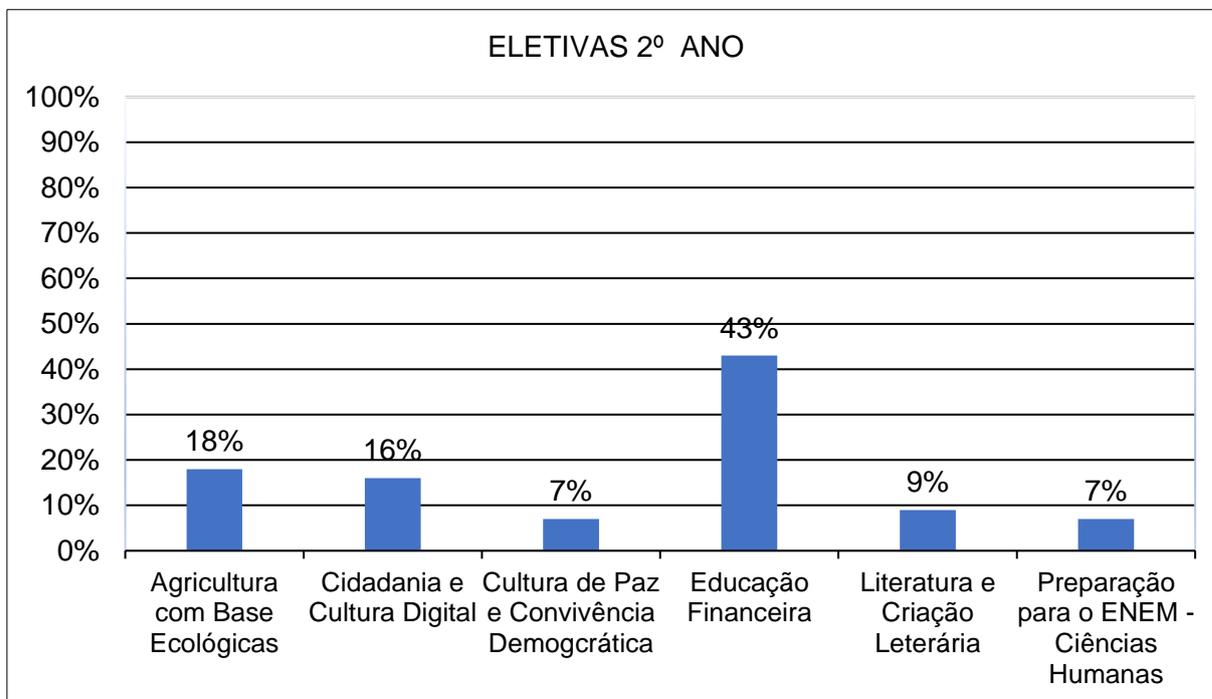


Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O gráfico acima demonstra a porcentagem de votos dos alunos para a escolha das eletivas nas turmas de 1º ano, sendo que as duas mais votadas foram teatro (30%) e Identidades Culturais Brasileiras (22%), porém percebemos que o somatório das demais Eletivas representa um número alto de alunos que não tiveram suas opções acolhidas, demonstrando que houve uma votação democrática, no entanto, não podemos afirmar que cada estudante está, de fato, definindo seu percurso escolar.

A seguir, temos a representação da escolha das turmas dos 2º anos.

Gráfico 2 - Eletivas 2º ano



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O gráfico acima representa os percentuais de votação dos alunos dos 2º anos para escolha das Eletivas que seriam ofertadas para 2023, tendo maior aprovação as disciplinas de Educação Financeira (43%) e Agriculturas com Bases Ecológicas (18%), ficando 39% dos educandos tendo que cursar as Eletivas mais votadas.

Analisando os dois gráficos acima, fica evidente que, embora haja a votação e o respeito ao resultado na oferta das eletivas com maior percentual de votação, a escolha não atende realmente a todos os alunos, pois as eletivas que tiveram o segundo maior percentual de votação, 22% (Identidades Culturais Brasileiras) e 18% (Agriculturas com Bases Ecológicas), foram resultados efetivamente baixos, não representando a vontade da maioria dos educandos, comprovando que o direito à escolha não é uma realidade.

Em relação aos aprofundamentos de estudos, a Resolução SEE Nº 4.777, de 13 de setembro de 2022 traz no Anexo I, nove arranjos de matrizes curriculares para o Ensino Médio Regular Diurno, de acordo com a área de aprofundamento, como demonstra a quadro abaixo:

Quadro 09 - Matriz Curricular Novo Ensino Médio Diurno (MINAS GERAIS, 2022d)

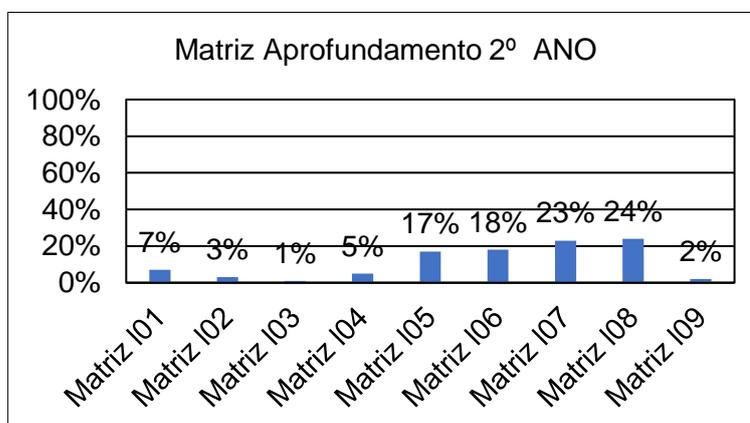
Matriz Curricular Ensino Médio Diurno	Área de Aprofundamento
Matriz I.1	Ciências da Natureza
Matriz I.2	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Matriz I.3	Linguagens e suas Tecnologias
Matriz I.4	Matemática e suas Tecnologias
Matriz I.5	Linguagens e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias
Matriz I.6	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Natureza e suas Tecnologias
Matriz I.7	Linguagens e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias
Matriz I.8	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Matemática e suas Tecnologias
Matriz I.9	Aprofundamento nas 4 áreas do Conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Natureza e suas Tecnologias)

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A partir da publicação da Resolução SEE 4.777/2022, foi elaborado um formulário no Google, disponibilizando aos alunos as Matrizes Curriculares a fim de que pudessem analisar e escolher em qual área de aprofundamento teriam maior interesse para o ano de 2023.

O gráfico abaixo demonstra qual foi o percentual de votação por parte dos alunos para a escolha da área de aprofundamento. Participaram do processo de escolha todos os alunos matriculados e frequentes nas turmas de 1ºs anos de 2022, no total de 149 alunos.

Gráfico 03 - Percentual de Votação Matrizes de Aprofundamento



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Com base no gráfico acima, as 04 Matrizes Curriculares mais votadas e, portanto, selecionadas para o ano de 2023 foram: Matriz I5- Linguagens e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias (17%), Matriz I6 - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Natureza e suas Tecnologias (18%), Matriz I7- Linguagens e suas Tecnologias e Ciências da Natureza e suas Tecnologias (23%), Matriz I8- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Matemática e suas Tecnologias (24%), sendo que as demais juntas somaram 18% dos votos. Isso significa que 26 alunos não foram atendidos em sua escolha, tendo que ser direcionados para as demais turmas, completando o número de alunos em cada turma.

A partir dessa análise pode-se concluir que o NEM coloca o protagonismo dos educandos como foco para que eles se tornem capazes de se serem mais autônomos, porém na prática não é o que está acontecendo. Muitas das escolhas acabam sendo direcionadas, como citado na escolha das Eletivas e até mesmo nos Aprofundamentos, pois quando o percentual de votos é baixo, aqueles alunos não têm seu direito de escolha atendido, tendo que cursar um dos aprofundamentos mais votados.

O Novo Ensino Médio é colocado como grande espaço para que os jovens possam atuar de forma mais ativa, porém sua implementação tem se mostrado falha para que os educandos tenham uma formação baseada na construção de sua autonomia e de sua formação como cidadãos imbuídos de valores que os tornem capazes de promover uma transformação social.

Apesar de identificar diversos espaços de protagonismo juvenil na escola em questão, podemos observar que essa participação nem sempre ocorre efetivamente, pois, em muitos casos, falta consciência sobre como exercer esse protagonismo por parte dos estudantes ou, em algumas vezes, há o direcionamento para decisões, ou seja, os educandos tomam decisões, porém não de maneira crítica e autônoma, mas conduzidos pelo professor ou pela gestão escolar. Sobre essa ausência de consciência a respeito da importância de agir em seu meio ou mesmo sobre a restrição de possibilidades Dayrell, Gomes e Leão (2010) expõem que:

(...) os jovens, de uma maneira geral, não se percebem como atores, sujeitos de uma ação que interferir na sua realidade e nas instituições. Isso parece demonstrar certa descrença nas formas de engajamentos políticos mais tradicionais, falta de um conhecimento mais amplo

sobre a vida política e a pouca experiência dos jovens em ações como essas. Mas também nos alerta para uma visão muito restrita das possibilidades de intervenção na sua realidade como atores, sujeitos e cidadãos (DAYRELL; GOMES; LEÃO, 2010, P.243).

Nesse sentido, nota-se a importância de a escola assumir o papel de promover a formação integral do educando, orientando-o sobre a relevância de assumir o papel de protagonista da sua vida, abrindo caminhos e possibilidades para que essa autonomia possa ser exercida dentro do ambiente escolar, para que os jovens entendam como suas ações são capazes de transformar sua realidade.

Desse modo, identificar os espaços de participação estudantil e como ela tem se efetivado no ambiente escolar é fundamental para que a escola possa promover ações de fomento ao protagonismo juvenil, como é o caso do Grêmio Estudantil ou mesmo em instâncias não institucionalizadas, como, por exemplo, a participação ativa em projetos desenvolvidos ao longo do ano letivo. Sobre a participação estudantil, Dayrell e Carrano (2014) explicam que:

“Falar em participação implica levar em conta dois princípios complementares. Ela envolve o que se pode denominar de formação teórica para a vida cidadã – aprendizagem de valores, conteúdos cívicos e históricos da democracia, regras institucionais etc. – e, também, a criação de espaços e tempos para a experimentação cotidiana do exercício da participação democrática na própria instituição escolar e em outros espaços públicos.” (DAYRELL; CARRANO, 2014, P.120)

Pode-se concluir a partir do excerto acima que fomentar o protagonismo juvenil no ambiente escolar é uma ação crucial para o desenvolvimento pleno dos jovens e para o fortalecimento da educação como um todo. Ao incentivar os estudantes a assumirem papéis ativos em suas próprias jornadas de aprendizado, estamos capacitando-os não apenas para adquirir conhecimento, mas também para desenvolver habilidades de liderança, autonomia, empatia e responsabilidade. Isso não apenas prepara os jovens para um futuro de cidadania ativa e participativa, mas também enriquece o ambiente escolar, estimulando a inovação e a diversidade de perspectivas.

A seguir será apresentado, no terceiro capítulo, o referencial teórico que analisará a relevância do protagonismo juvenil no âmbito escolar abordando sua importância para a formação social dos jovens e para a gestão democrática.

3 ANALISANDO O PROTAGONISMO JUVENIL NO CONTEXTO ESCOLAR

O capítulo 3 dessa dissertação tem o objetivo de investigar, à luz das análises conceitual e empírica, as dificuldades na consolidação do protagonismo nas instâncias de participação da E.E.Dr. João Pinto, para isso apresentaremos o referencial teórico, que demonstra a importância e as dificuldades de se promover o protagonismo juvenil. Posteriormente, desenvolveremos o referencial metodológico, que será o caminho de pesquisa a ser seguido para aprofundar o olhar sobre o caso de gestão proposto, para enfim procedermos às análises dos dados obtidos na pesquisa.

Dessa forma o capítulo será constituído de três frentes: na primeira, apresentaremos o referencial conceitual da pesquisa, seção em que aprofundaremos o olhar sobre o protagonismo juvenil com o intuito de entender a importância da escola na formação social do aluno e como esse protagonismo possibilita a construção da cidadania do jovem. Ainda nessa seção será analisado como o protagonismo juvenil pode ser instrumento para a efetivação da gestão democrática.

Na segunda frente do capítulo apresentaremos a proposta metodológica de pesquisa, ou seja, os instrumentos que serão utilizados para a realização da pesquisa de campo, que são o grupo focal e a entrevista. Dessa maneira, vislumbramos compreender em profundidade o caso de gestão proposto para a pesquisa.

Na última seção, com base nos dados levantados na pesquisa de campo, procederemos às análises alinhadas ao referencial teórico utilizado para fundamentar o estudo, buscando estabelecer conexões entre os resultados obtidos e as hipóteses inicialmente levantadas.

3.1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico está organizado em dois eixos que nos ajudarão a compreender a importância do protagonismo juvenil para a formação integral do aluno enquanto cidadão dotado de valores que contribuirão para mudança em sua realidade.

O primeiro eixo “Protagonismo Juvenil - Escola e Formação Social” buscará uma reflexão sobre o papel da escola na formação integral do educando e como o protagonismo juvenil fomentado pela instituição pode contribuir para que os jovens se tornem mais autônomos, participativos e críticos, para que sejam cidadãos atuantes na sociedade. Para essa abordagem teórica apoiaremos nossa reflexão nos seguintes

autores: Dayrell (2007), Dayrell e Carrano (2014), Dayrell (2016), Arroyo (2014), Corti (2014) e Weller (2014).

O segundo eixo “Gestão Democrática e Participação Estudantil” trará a análise da importância de se promover a gestão democrática no ambiente escolar a fim de promover a melhoria da qualidade educacional e tornar a escola um ambiente mais próximo da realidade dos alunos e como a direção escolar pode fomentar a participação estudantil para que esse tipo de gestão seja efetivo na instituição. Com o intuito de compreendermos essa temática, embasar-nos-emos no referencial teórico dos seguintes autores: Paro (2016), Vieira (2001), Costa e Vieira (2006), Costa e Vieira (2000), Costa (2001), Lück (2009), Dayrell e Carrano (2014), Dayrell, Gomes e Leão (2010), Martins (2010) e Ferreti et al (2004).

3.1.1 Protagonismo Juvenil – Escola e Formação Social

A escola desempenha um papel central na sociedade contemporânea, desafiada por uma crescente complexidade e mudança social, pois possui múltiplas funções no mundo atual, destacando a função de formação de cidadãos, promoção da igualdade e preparação para um mercado de trabalho em constante evolução. A escola é um pilar da nossa sociedade e uma instituição vital para o desenvolvimento individual e coletivo. No entanto, atualmente a qualidade dessa instituição tem sido veementemente questionada, tanto pelos professores quanto pela comunidade por ela atendida. Segundo Dayrell:

Para a escola e seus profissionais, o problema situa-se na juventude, no seu pretense individualismo de caráter hedonista e irresponsável, dentre outros adjetivos, que estaria gerando um desinteresse pela educação escolar. Para os jovens, a escola se mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com professores que pouco acrescentam à sua formação, tornando-se cada vez mais uma “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas. Parece que assistimos a uma crise da escola na sua relação com a juventude, com professores e jovens se perguntando a que ela se propõe (DAYRELL, 2007, p.2)

Para se pensar na função da escola contemporânea é fundamental que se tenha em mente que o papel dessa instituição tem se modificado constantemente. Num passado não muito distante, a escola não era para todos. Seu acesso era restrito a uma minoria da população, não pertencendo a essa minoria negros, pobres,

mulheres e indígenas. A escola era local para se transmitir “conhecimentos” com foco principal na alfabetização, o que fazia aumentar ainda mais a distância entre as classes sociais. A relação professor x aluno era de autoritarismo, pois o professor era o detentor do “saber” e o aluno era o receptor, estava numa posição inferior e devia total “respeito” ao seu mestre, não tendo liberdade de questionar ou discordar de algum posicionamento.

Com as reformas educacionais no Brasil, a partir da década de 70, as classes sociais mais pobres começaram a ter acesso à escola, porém foi na década de 90 que se universalizou a educação brasileira, garantindo assim o direito à educação a todas as pessoas. Com a massificação do acesso à escola pública, muitos desafios foram impostos à escola, uma vez que o perfil de alunos se diversificou, deixou de ser somente a elite brasileira. Portanto, a partir desse momento, a função da escola deixou de ser somente transmitir conteúdos e passou também a ter a função de formar o educando enquanto cidadão, preocupando-se com a formação social do indivíduo.

No entanto, alcançar o objetivo de oferecer educação de qualidade e preparar o jovem na sua formação integral enquanto cidadão não tem sido tarefa fácil. Os resultados educacionais da educação brasileira estão muito aquém do esperado, principalmente no ensino médio, que hoje tem o pior resultado do IBEB na educação básica, mostrando o baixo desempenho dos estudantes e também o alto índice de evasão escolar, provando que a escola não tem atingido suas metas.

E qual seria, então, o problema? Por que a escola não tem conseguido desempenhar bem sua função de promover educação de qualidade e de contribuir para a formação integral de seus alunos? É fundamental compreender o que se passa na e com a escola, a fim de se fazer com que ela cumpra sua função social. Para isso Dayrell e Carrano expõe que:

Um primeiro passo é constatar que a relação da juventude com a escola não se explica em si mesma: o “problema” não se reduz nem apenas aos jovens nem apenas à escola e aos seus professores. É fundamental superar nossa tendência em achar “o culpado” de um relacionamento problemático. Seria ilusório acreditar que assim estaríamos enfrentando a complexidade dos desafios cotidianos. Não podemos esquecer que a instituição escolar e os atores que lhe dão vida, professores, alunos, gestores, funcionários, familiares, dentre outros, são parte integrante da sociedade e expressam, de alguma forma, os problemas e desafios sociais mais amplos (DAYRELL; CARRANO, 2014, p.101).

A escola não é uma instituição isolada, ela está inserida na sociedade e, portanto, como afirmam os autores, reflete o que nela se passa. Cada indivíduo que compõe a escola, aluno, professor, gestor e demais funcionários, traz para dentro dela suas individualidades e saber lidar com tantas diversidades, realidades e culturas é o maior desafio encontrado. Segundo Dayrell (2002, apud DAYRELL, 2016, p.94), “a instituição escolar é pouco eficaz no seu aparelhamento para enfrentar as condições adversas de vida com as quais os jovens vieram se defrontando, não constituindo referência de valores no seu processo de construção como sujeitos.”

Dayrell e Carrano (2014) nos sugerem que um caminho para enfrentar os problemas vivenciados pela escola é o olhar atento às recentes Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que destacam a importância dos estudantes jovens como “Sujeitos” no cenário educacional. Segundo eles,

Um bom ponto de partida é nos remetermos às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio que apontam para a centralidade dos jovens estudantes como S U J E I T O S do processo educativo. No parecer do Conselho Nacional de Educação que a fundamenta, fica explícita a necessidade de uma “reinvenção” da escola de tal forma a garantir o que propõem os artigos III e VII. O primeiro trata do “aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. O segundo discorre sobre “o reconhecimento e aceitação da D I V E R S I D A D E e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes” (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 103).

Atribuir ao jovem o papel de sujeito do processo educacional é promover o protagonismo juvenil, despertar nele a capacidade de refletir e desenvolver a criticidade, para que a escola não ofereça apenas a formação curricular, acadêmica do estudante, mas também coloque centralidade na formação humana, potencializando os valores éticos e desenvolvendo a habilidade de se conviver com as diversidades, respeitando-as. Para que isso ocorra, os autores afirmam que “se queremos compreender, é necessário conhecer” (DAYRELL; CARRANO, 2014, p.103). Conhecer os alunos, as suas origens, os seus gostos, a sua cultura são fundamentais para que a escola construa um currículo que atenda às necessidades e aos anseios dos jovens, para que a aprendizagem desenvolvida na escola faça sentido em suas vidas, assegurando sua formação social de forma efetiva. Arroyo (2014) afirma que, para a construção de um novo currículo, o jovem deve ser

considerado como sujeito agente de transformação social, na luta por direitos, envolvendo-se em movimentos sociais, desenvolvendo sua consciência política, buscando melhoria de vida.

Arroyo (2014) nos aponta também que ao se pensar em reformular o currículo do Ensino Médio, etapa em que os jovens estão inseridos, é necessário primeiro que se desconstrua padrões estabelecidos historicamente, para que os alunos que antes não tinham acesso a esse nível de ensino tenham o direito de ter um currículo pensado também para eles, para que sua realidade seja valorizada e reconhecida a fim de que sua aprendizagem seja concreta e efetiva. Segundo o autor, o currículo só será inovador se os educandos tiverem o direito de se conhecerem, de conhecerem seu tempo e sua história. Eles devem entender seus tempos e seus direitos e isso deve ser incluído no currículo, para que nas diversas áreas do conhecimento, formem-se integralmente como jovens que transformam a realidade.

Ao se pensar um currículo que dê essa centralidade ao jovem, colocando-o com protagonista do processo educacional é que a escola conseguirá cumprir sua função social. É isso que Dayrell e Carrano (2014) expõem ao se colocar a necessidade de se “reinventar” a escola, uma vez que sua função na sociedade não é mais a mesma, pois os alunos não são mais os mesmos, o tempo não é mais o mesmo. Se a sociedade muda, evolui e passa a ter novos desafios, tudo isso se aplica à escola. Por isso os jovens que nela estão inseridos devem ser preparados para serem protagonistas, para construir, juntamente com os educadores, aprendizagens significativas, que possibilitem que os educandos sejam transformadores do ambiente escolar e conseqüentemente da realidade que os cerca. Sobre essa participação, Dayrell e Carrano (2014) apontam que:

Falar em participação implica levar em conta dois princípios complementares. Ela envolve o que se pode denominar de formação teórica para a vida cidadã – aprendizagem de valores, conteúdos cívicos e históricos da democracia, regras institucionais etc. – e, também, a criação de espaços e tempos para a experimentação cotidiana do exercício da participação democrática na própria instituição escolar e em outros espaços públicos (DAYRELL; CARRANO, 2014, p.120).

A escola deve considerar esses princípios colocados pelos autores para levar o jovem a essa consciência sobre seu poder de transformação social, por isso o currículo precisa estar em consonância com a realidade do educando, para que ele

entenda a necessidade dos conteúdos escolares para a construção de novas possibilidades de mudança em sua vida, promovendo a participação autônoma, construindo aprendizagens eficazes. Dayrell e Carrano afirmam que:

O ENGAJAMENTO PARTICIPATIVO pode aumentar seu estímulo para novas aprendizagens, melhorar a escrita e provocar o desenvolvimento da capacidade de argumentação para a defesa de pontos de vista. Nesse sentido, a participação pode ser entendida como um processo educativo que potencializa os processos de aprendizagem no interior da escola. E, da mesma forma, pode contribuir para a constituição de amplos processos formativos (DAYRELL; CARRANO, 2014, p.122).

Conforme Corti (2014) a escola ocupa uma posição estratégica na estrutura da vida social, uma vez que desempenha um papel fundamental na formação das novas gerações para a convivência na sociedade. No contexto atual, grande parte do processo de socialização e educação dos jovens ocorre dentro de uma instituição denominada escola. Segundo ela,

O MUNDO JUVENIL (relação entre pares, estilos, formas de se vestir, temas de interesse) que se desenrola no interior da escola vai conformando apropriações que extravasam o papel formal de aluno. A escola passa a ser local de sociabilidade, de encontro, de construção de identidades e imagens de si, de aprender a burlar regras, de escapar ao controle adulto, de criar um espaço de autonomia e construção próprios (CORTI, 2014, p.323).

A autora nos coloca que assumir o papel de aluno é uma construção social que se desenrola em um contexto particular, a escola. Não somos inerentemente alunos, mas desenvolvemos essa identidade ao longo do tempo. Da mesma forma que ninguém se integra à sociedade de forma isolada, o processo de se tornar um aluno também envolve interações contínuas com os outros. Por isso a escola exerce papel fundamental na formação integral do jovem, sendo capaz de despertar nele o protagonismo juvenil, colocando-o como sujeito do seu processo educacional, construindo valores sociais para que ele aprenda a conviver com o outro, respeitando as diversidades e despertando a criticidade do jovem diante dos problemas sociais, para que ele aja sobre eles com autonomia (CORTI, 2014).

Falamos sobre a necessidade de se conhecer o jovem, sua cultura, seus anseios para a construção de um currículo que o coloque como protagonista e para

isso é necessário que se desenvolva o processo de escutar e dar voz ao jovem que está inserido no ambiente escolar. Segundo Dayrell e Carrano, nem sempre a escola considera as opiniões dos educandos nas tomadas de decisões.

É UMA TENDÊNCIA DA ESCOLA NÃO CONSIDERAR O JOVEM COMO UM INTERLOCUTOR VÁLIDO NA HORA DE TOMADA DE DECISÕES IMPORTANTES PARA A INSTITUIÇÃO. Muitas vezes, ele não é chamado para emitir opiniões e interferir até mesmo nas questões que dizem respeito a ele, diretamente. E isso, sem dúvida, pode ser considerado como um desestímulo à participação e ao protagonismo (DAYRELL; CARRANO, 2014, p.106)

Envolver o jovem nos momentos decisórios, considerar sua opinião quando se vai elaborar projetos ou propor alguma atividade é primordial para que ele possa despertar o protagonismo. Para Dayrell e Carrano, as atividades elaboradas pela escola já devem ser pensadas de forma que possibilitem ao jovem que ele seja condutor de sua vida, promovendo a autonomia e a formação de valores sociais.

...antes mesmo de se pensar quais atividades educativas deveriam ser oferecidas para os jovens, deveríamos nos colocar a questão de como contribuir para que esses sejam diretores de suas próprias vidas. O desafio para eles e elas é que se constituam como sujeitos éticos e autônomos em seus múltiplos territórios existenciais (DAYRELL E CARRANO, 2014, p. 127).

Essa perspectiva de contribuir para que o jovem seja direcionado a conduzir sua vida de forma autônoma trazida por Dayrell e Carrano (2014) está em consonância com o que vem proposto na BNCC e que leva o jovem à construção de seu projeto de vida. É o protagonismo juvenil que permite a esse jovem, através da construção de valores e desenvolvimento da autonomia e criticidade, construir seu projeto de vida. Nesse sentido, Weller (2014) aponta que

Não existem receitas prontas para a atuação da escola junto aos jovens para a construção de projetos de longo prazo. Mas um olhar mais atento às biografias desses jovens e às demandas que são trazidas para a escola permitirá que cada instituição de ensino possa incluir ações que contribuam no sentido de ampliar as possibilidades, não só de construção, mas também de viabilização de projetos de vida (WELLER, 2014, p.141).

Ainda que não existam receitas prontas, reconhecer o jovem em suas individualidades, considerar seus anseios, sua cultura, dar voz e centralidade a ele no

processo de construção da sua formação é um passo que a escola deve dar em busca de promover a formação integral do jovem, para que ele seja capaz de vislumbrar um futuro promissor. Weller (2014) ressalta que professores comprometidos não só com a transmissão de conteúdos, mas também com a formação cidadã de seus alunos, são capazes de ajudar na construção de seu projeto de vida, pois eles acreditam na capacidade de seus educandos e transmitem a eles a confiança de que podem mudar sua realidade.

Em síntese, a promoção do protagonismo juvenil na escola emerge como um pilar fundamental na formação social do aluno, contribuindo não apenas para o desenvolvimento de habilidades individuais, mas também para o fortalecimento de uma sociedade mais inclusiva, participativa e democrática. Ao encorajar os jovens a assumirem papéis ativos em sua própria educação e na comunidade escolar, a instituição prepara cidadãos mais críticos e engajados, além de criar as bases para um futuro no qual os valores de autonomia, responsabilidade e empatia são cultivados e perpetuados. Portanto, investir no incentivo ao protagonismo juvenil é um investimento na construção de um mundo mais igualitário e colaborativo, onde o jovem se torna um agente de transformação social.

3.1.2 Gestão Democrática e a Participação Estudantil

A gestão democrática da educação é um princípio fundamental na legislação educacional brasileira, e a Constituição Federal de 1988 estabelece as bases para a organização e administração do sistema educacional no país. Em seu artigo 206, a Constituição trata dos princípios que devem nortear o ensino no Brasil, e o inciso VI destaca a gestão democrática do ensino público como um desses princípios (BRASIL, 1988).

Em consonância com a Constituição Federal, a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevê a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar na gestão das instituições de ensino e estabelece a participação da comunidade na gestão escolar como um dos princípios do ensino. Para consolidar essa participação, a LDB estabelece a criação de conselhos escolares como órgãos colegiados com a participação de representantes de pais, alunos, professores e funcionários e da comunidade escolar (BRASIL, 1996). O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 tem como base diversos princípios e

diretrizes que orientam as políticas educacionais no Brasil, e, em seu Art. 2º, corrobora o princípio da gestão democrática da educação, trazendo metas e estratégias específicas para que ela seja efetivada nas escolas públicas.

Isso posto, devemos entender o conceito de gestão democrática, que, segundo Paro (2016), infere a participação essencial de todos os membros da comunidade escolar, incluindo direção, professores, funcionários, estudantes e pais, em uma prática social fundamentada em relações não autoritárias. Dessa forma, ele ressalta que a democracia se manifesta por meio de ações e interações, ocorrendo no contexto da realidade concreta.

Vieira (2001) ressalta que a democracia não é apenas uma fase, mas sim um processo contínuo que envolve a progressiva ampliação dos direitos e deveres pela soberania popular ao longo de um período, representando um significativo avanço na sociedade. Segundo o autor, quanto mais coletiva é a tomada de decisão, mais democrática ela se torna.

Lück (2009) corrobora o exposto por Vieira (2001) ao afirmar que:

No contexto das sociedades e organizações democráticas, dado o seu caráter dinâmico e participativo, direito e dever são conceitos que se desdobram e se transformam de forma contínua e recíproca pela própria prática democrática, que é participativa, aberta, flexível e criativa. Portanto, não são conceitos que representam condições isoladas e dissociadas. Não se trata, portanto de um sentido normativo e imperativo de direitos e deveres e sim de um sentido interativo pelo qual se transformam continuamente e são superados por estágios sucessivos de complexidade que vão tornando mais amplas, complexas e significativas as funções sociais do grupo, ao mesmo tempo em que seus membros vão desenvolvendo a consciência do processo como um todo e de seus múltiplos desdobramentos (LÜCK, 2009, p.70).

Lück (2009) aponta que a gestão democrática é algo construído, não imposto, sendo um processo lento em que todos os envolvidos vão aprendendo a exercer seus direitos e deveres de forma participativa, desenvolvendo o aprendizado do processo e suas implicações. Em síntese, exercer a democracia não é algo fácil, não é inerente à gestão. Os envolvidos no processo devem aprender a ouvir, a debater e a participar efetivamente dos momentos de reflexão e elaboração de ações no ambiente escolar. Segundo Costa e Vieira (2006) a escola emerge como um espaço para a assimilação da competência democrática, um processo que não se adquire de maneira

instantânea, por isso é necessário iniciar desde cedo e a escola representa o ambiente mais propício para tal aprendizado.

A viabilização da gestão democrática na educação envolve a realização de diversas condições que promovam a participação ativa e efetiva de todos os membros da comunidade escolar. Segundo Lück (2007, *apud* Lück 2009, p.72) “a participação, portanto, demanda preparação, que envolve a capacidade de tomar decisões de forma compartilhada e comprometimento com a implementação das decisões tomadas.” Portanto, os gestores escolares se tornam os maiores responsáveis pela promoção da gestão democrática, uma vez que caberá a eles, abrir e promover espaços efetivos para a participação de diferentes segmentos da comunidade escolar, como pais, alunos, professores, funcionários e membros da comunidade local, nas tomadas de decisão e na definição de políticas educacionais e para isso é necessário também promover a formação de toda comunidade para exercer seus direitos, em especial, preparar os jovens para o exercício da cidadania.

Fortalecer os conselhos escolares, garantindo que sejam órgãos ativos, com representação equitativa e com poder de influenciar as decisões e políticas escolares é um dos caminhos a serem trilhados pelos gestores na busca da gestão democrática. Outro ponto relevante é a promoção de um ambiente que respeite a diversidade de opiniões, culturas, e experiências, garantindo que diferentes perspectivas sejam ouvidas e consideradas nas decisões escolares. Como já exposto por Lück (2009) a gestão democrática exige planejamento e para isso é necessário estabelecer mecanismo de avaliação contínua permitindo ajustes e melhorias ao longo do tempo.

No entanto, nem sempre a gestão democrática é presente nas escolas, devido a diversos fatores, entre eles, o autoritarismo. A existência de uma cultura autoritária pode dificultar a aceitação e a prática efetiva da gestão democrática. Resistências à descentralização do poder podem vir de diferentes atores, incluindo gestores, professores, e mesmo membros da comunidade. De acordo com Paro (2016), os fatores que contribuem para a atual prevalência do autoritarismo na escola, dificultando a implementação de uma gestão genuinamente democrática, incluem os interesses conflitantes dos grupos que operam dentro da instituição escolar, as condições precárias de trabalho no âmbito da educação pública, a estrutura hierárquica institucional e a dimensão ideológica, em que “concepções e crenças movem práticas e comportamentos violadores da autonomia do outro” (PARO, 2016, p. 32).

Além dos desafios internos mencionados, Paro (2016) destaca fatores externos às instalações escolares que também se apresentam como empecilhos à participação da comunidade no processo de gestão escolar, tais como fatores socioeconômicos, aspectos culturais e condições institucionais. De acordo com o autor, as condições de vida e como essas condições interferem no tempo, na aquisição de recursos materiais e na disponibilidade para participar, são obstáculos para a efetivação da participação.

Para que os comportamentos “violadores da autonomia do outro” não persistam no ambiente escolar é necessário instaurar a cultura de escuta e respeito às diversas opiniões e interesses de todos os envolvidos (PARO, 2016, p.32).

São vários os atores que atuam no ambiente escolar: gestores, professores, servidores, pais e alunos, e espera-se que todos participem ativamente da gestão democrática, atuando em conselhos escolares ou sendo ouvidos cotidianamente. Dentre esses atores, daremos destaque ao papel do aluno na promoção da gestão democrática, uma vez que a escola existe em função dele, e conforme afirma Lück (2009), a promoção da gestão democrática é uma responsabilidade social que se manifesta de maneira significativa quando direcionada em benefício do aluno, visando ao seu desenvolvimento, à formação, à cidadania e ao aprendizado significativo que promova habilidades e consciência, capacitando-o a atuar de maneira positiva na sociedade e a usufruir de seus bens e serviços. Em outras palavras, promover a participação implica capacitar o aluno a assumir, de forma intrinsecamente ligada, seus direitos e deveres. Segundo Lück (2009):

Nesse sentido, a gestão democrática escolar é exercida tanto como condição criadora das qualificações necessárias para o desenvolvimento de competências e habilidades específicas do aluno, como também para a criação de um ambiente participativo de vivência democrática, pela qual os alunos desenvolvem o espírito e experiência de cidadania, caracterizada pela consciência de direitos em associação a deveres” (LUCK, 2009, p.71).

Ao se colocar a escola como espaço que promova a participação ativa de toda comunidade escolar e ao assumir o aluno como centro de todas as ações desenvolvidas, a gestão democrática, além de buscar a oferta de uma educação de qualidade, estará viabilizando a formação integral de seus educandos, tornando-os jovens cidadãos preparados para serem atuantes na sociedade, pois, como afirma Dayrell, Gomes e Leão “pode-se afirmar que os espaços e estímulos ao exercício e

aprendizagem da participação, bem como a relação que os jovens têm com o tempo são variáveis que interferem no seu envolvimento efetivo nas instâncias sociais e políticas” (DAYRELL; GOMES; LEÃO,2010,p. 245).

A escola precisa adotar uma gestão democrática e se tornar um espaço onde os jovens possam desenvolver autonomia e participação ativa. Isso é essencial porque muitos jovens não se percebem como agentes capazes de transformar a própria realidade, como afirmam Dayrell, Gomes e Leão (2010):

Podemos inferir que os jovens, de uma maneira geral, não se percebem como atores, sujeitos de uma ação que possa interferir na sua realidade e nas instituições. Isso parece demonstrar certa descrença nas formas de engajamentos políticos mais tradicionais, falta de um conhecimento mais amplo sobre a vida política e a pouca experiência dos jovens em ações como essas. Mas também nos alerta para uma visão muito restrita das possibilidades de intervenção na sua realidade como atores, sujeitos e cidadãos (DAYRELL; GOMES; LEÃO, 2010, p. 7).

Cabe, portanto, à escola trabalhar em busca da formação desse engajamento político, mostrando aos jovens que eles são capazes de interferir em sua realidade através de atitudes críticas e autônomas, tornando-se assim protagonistas das ações que envolvem sua vida. Para isso é necessário que a própria escola entenda o que é ser de fato protagonista dentro do universo escolar ou na sociedade de forma geral, sendo assim capaz de preparar seus alunos, promovendo a sua formação integral enquanto cidadão.

Sobre esse aspecto, é importante entender os conceitos de participação e protagonismo, diversas vezes utilizados ao longo desse texto, para que possamos compreender os caminhos que escola deve seguir afim de promover a formação integral dos jovens, para que se tornem cidadãos conscientes de seus direitos e deveres e sejam críticos e atuantes na intervenção de sua realidade. Segundo Ferretti et al (2004, p.412):

Embora o conceito de participação de jovens (e dos pais) na vida da escola não seja novo, na década de 90 foram emitidos diferentes documentos oficiais – tanto em nível federal, quanto nos estados – que explicitaram e valorizaram essa participação, argumentando que é por meio dela que cada unidade escolar democratiza sua gestão e cumpre efetivamente sua função, tornando-se um espaço pedagógico atraente e desafiador para os jovens, de modo a favorecer seu progresso intelectual, social e afetivo, e, ainda, um espaço democrático, confiável

e culturalmente rico para pais e para a comunidade, com vistas a um intercâmbio fecundo entre a escola e o seu entorno.

Ferreti et al (2004) demonstra a importância da participação estudantil para a efetivação da gestão democrática, uma vez que, no ambiente escolar, inicia-se o processo de formação do jovem para o exercício da cidadania, para uma vida política ativa, em que ele entenda que pode, através do engajamento social, criar expectativas melhores para seu futuro

Segundo Dayrell e Carrano (2014) o conceito de participação é vasto e diversificado:

A noção de participação é ampla e diversa. Há vários sentidos para a palavra participação e várias formas de realizá-la. Em um sentido mais amplo, a participação nos remete à ideia de adesão das pessoas em agrupamentos produzidos nas variadas dimensões de organização da sociedade. Em um sentido mais estrito, a noção de participação nos remete à presença PARTICIPAÇÃO ATIVA dos cidadãos nos processos decisórios das sociedades.” (DAYRELL; CARRANO, 2014, P.121)

Podemos observar que, embora a definição de participação seja “ampla e diversa”, ela implica um comprometimento consciente e envolvimento direto das pessoas nas questões que afetam suas vidas e a sociedade em geral, ou seja, só acontecerá participação ativa se ela se reverter em mudanças sociais.

Já o termo protagonismo é relativamente novo na área educacional e surge para tentar enfatizar a necessidade de se fomentar a participação estudantil. Segundo Costa e Vieira (2000, p. 150), o termo protagonismo “vem da junção de duas palavras gregas: protos, que significa o principal, o primeiro, e agonistes, que significa lutador, competidor, contendor”, ou seja, aquele que no processo de “luta” está em evidência, o ator principal. Essa definição é corroborada por Ferretti et al (2004, p. 413) ao afirmar que “ao se voltar à etimologia do termo “protagonismo”, verifica-se que protagnistés significava o ator principal do teatro grego, ou aquele que ocupava o lugar principal em um acontecimento”. Costa (2001, p.9) faz uso do vocábulo protagonismo para expressar “a participação de adolescentes no enfrentamento de situações reais na escola, na comunidade e na vida social mais ampla.”

No entanto, a distinção entre participação e protagonismo não é tão clara, como aponta Ferreti et al (2004, p. 413):

Entretanto, a revisão bibliográfica sobre o tema indica que o “protagonismo dos jovens/alunos” é um conceito passível de diferentes interpretações e, além disso, imbrica outros conceitos igualmente híbridos, como “participação”, “responsabilidade social”, “identidade”, “autonomia” e “cidadania”. Nem mesmo a distinção conceitual entre “participação” e “protagonismo” é clara na bibliografia consultada. Ou seja, um autor pode-se referir a “protagonismo” em contextos em que outro falaria de “participação”, e vice-versa, havendo, ainda, casos em que as duas expressões são usadas como sinônimos.

Ainda segundo Ferreti et al (2004, p.414) “algumas restrições ao termo têm por base tal origem semântica, havendo aqueles que preferem usar “participação”, para assegurar uma abordagem mais democrática da ação social, sem colocar em destaque o protagonista singular”. Podemos observar que o termo participação é preferido por alguns autores, pois não carrega consigo o mesmo peso que o vocábulo protagonismo, uma vez que não é dado ao jovem a centralidade no processo.

Já Costa (2001) ao analisar o processo de pós-modernidade em que os jovens estão inseridos, apresenta o seguinte conceito de protagonismo:

...a proposta de protagonismo juvenil com que trabalhamos [...] pressupõe um novo modelo de relacionamento do mundo adulto com as novas gerações. Esse relacionamento baseia-se na não imposição a priori aos jovens de um ideário em função do qual eles deveriam atuar no contexto social. Ao contrário, a partir das regras básicas do convívio democrático [demarcado pela cidadania assentada no diálogo], o jovem vai atuar, para em algum momento de seu futuro posicionar-se politicamente de forma mais amadurecida e lúcida, com base não só em ideias, mas, principalmente, em suas experiências e vivências concretas em face da realidade. (2001, p.26)

A partir do que expõem os autores, podemos observar que os conceitos de protagonismo e participação muitas vezes podem ser considerados sinônimos, visto que, de acordo com a literatura atual, ambos requerem que os jovens se envolvam ativamente nas resoluções ou tomadas de decisões em situações do ambiente escolar ou mesmo da sua comunidade. No entanto pelo fato de o termo protagonismo dar maior centralidade, sendo o jovem colocado como ator principal da ação, optaremos por dar mais destaque a esse vocábulo ao longo do texto.

Com base nas reflexões propostas até o momento, sobre gestão democrática, participação e protagonismo juvenil, podemos constatar que a escola é, de fato, espaço propício para o desenvolvimento do jovem enquanto protagonista. Contudo, isso só será possível se a instituição estiver aberta à gestão democrática, o que também pudemos constatar que não é um caminho tão fácil de ser trilhado. Dayrell, Gomes e Leão (2010) afirmam que tanto as instituições de ensino público quanto as privadas têm negligenciado a importância da participação como uma dimensão crucial no processo educacional dos jovens.

Além disso, parece que os alunos não estão sendo devidamente informados sobre a existência dessas instâncias participativas, ou seja, muitas vezes os jovens não têm nem consciência dos mecanismos de participação dentro da escola, ficando totalmente alheios às decisões que são tomadas e lhes dizem respeito diretamente. Sobre isso, os autores afirmam que “muitos estudos apontam a necessidade de organizar os tempos e os espaços escolares de uma forma flexível e de construir projetos político-pedagógicos que dialoguem com os sujeitos da escola e não somente com os órgãos administrativos” (DAYRELL; GOMES; LEÃO, 2010, p. 250).

Portanto, podemos concluir que a busca pela gestão democrática perpassa pelo caminho da aceitação de diferentes opiniões, pela escuta e pelo respeito à diversidade e que deve ser realizada com foco no aluno. Por isso, o protagonismo juvenil deve ser fomentado em diversos espaços escolares, a fim de se conduzir o aluno à autonomia e à criticidade, para que a educação proposta na escola não se limite a conteúdos curriculares, mas contribua também para a formação integral dos seus educandos.

3.2 RECURSOS E METODOLOGIA DE PESQUISA

Para a implementação desta pesquisa, como se trata de um caso de gestão identificado na E.E.Dr. João Pinto, fizemos uma abordagem de estudo qualitativo. A pesquisa que utiliza uma abordagem qualitativa é um estudo que se concentra na compreensão aprofundada e na interpretação dos fenômenos sociais, humanos ou culturais, em vez de quantificar variáveis ou buscar relações causais. Oliveira, Leite Filho e Rodrigues (2007, p. 2) afirmam que neste tipo de abordagem, o foco está na apreciação da qualidade dos elementos que se pretende compreender, sem se restringir exclusivamente aos "princípios, leis e generalizações".

Para a realização do trabalho de campo, foi proposta a utilização de dois instrumentos de pesquisa: Grupos Focais (GF) e entrevistas semiestruturadas. No que concerne aos grupos focais, propôs-se que eles fossem realizados com os alunos que atuam como Representantes de Turmas, na medida em que o projeto de Representantes de Turma foi um importante espaço de participação estudantil, identificado nas evidências como instância de participação mais concreta na instituição. Além desse GF, também foi realizado um grupo focal com os alunos não representantes de turma, para verificar como esses alunos vivenciam e percebem a participação estudantil na escola. A ideia foi compreender como os estudantes que não exercem um papel formal de representação se envolvem nas questões escolares e qual a percepção deles sobre as oportunidades de participação oferecidas pela instituição.

A utilização de grupo focal é uma técnica qualitativa de pesquisa que envolve a interação de um grupo de pessoas, que, de acordo com a literatura pesquisada, varia de 6 a 15 participantes, com o objetivo de explorar, discutir e obter insights aprofundados sobre um tópico específico. Segundo Pizzol (2004) o tamanho ideal para a formação do grupo focal é aquele que possibilite uma participação efetiva de todos os integrantes e o debate adequado dos temas propostos. Neste caso, como no turno da manhã, no ano de 2024, tem 11 turmas, portanto, 11 Representantes de Turmas, escolhemos montar dois grupos focais, um com 5 alunos e outro com 6, para que eles tenham maior tempo de fala, devido ao número menor de participantes. A proposta foi separá-los de forma que nos dois grupos tivéssemos alunos de todos os anos do Ensino Médio, conforme o quadro abaixo:

Quadro 10 - Quadro de composição dos grupos focais

Grupo Focal 1	Grupo Focal 2
Representante do 1º 01	Representante do 1º 02
Representante do 1º 03	Representante do 1º 04
Representante do 2º 01	Representante do 2º 02
Representante do 2º 03	Representante do 2º 04
Representante do 3º 01	Representante do 3º 02
Representante do 3º 03	

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Além da definição do número de participantes, há outros elementos que devem ser considerados para a aplicação do GF para que seu funcionamento seja eficaz, como a disponibilização de recursos adequados, escolha do local de realização, perfil

dos participantes, elaboração de um roteiro com perguntas para condução do debate, o tempo de duração e atribuição de “destaque especial” para a presença do moderador do grupo (TRAD, 2009).

Trad (2009) afirma que o papel do moderador é de fundamental importância, pois a condução do grupo focal, como ferramenta de pesquisa, requer que o moderador possua habilidades específicas na gestão de discussões em grupo. É essencial que ele demonstre sensibilidade e discernimento para guiar o grupo de forma a manter o foco nos objetivos do estudo, ao mesmo tempo em que permite que os participantes expressem suas opiniões de maneira espontânea.

Minayo (2000) alerta que é crucial que o facilitador tenha a cautela necessária para não influenciar o grupo, seja de maneira intencional ou não, a partir de sua própria perspectiva. Como o moderador deve ter conhecimento do assunto tratado, eu, enquanto pesquisadora, fui a condutora das conversas com os grupos de forma a conseguir absorver o máximo do que os participantes expuseram e poder elaborar novas perguntas de acordo com o que eles foram trazendo de opiniões importantes ao longo da conversa.

Para ajudar na condução desse momento, Gondim (2002) propõe uma lista fundamental de orientações, incluindo: 1) garantir que apenas uma pessoa fale por vez; 2) evitar discussões paralelas para permitir a participação de todos; 3) expressar livremente as opiniões; 4) prevenir a dominação da discussão por parte de um dos participantes; 5) manter a atenção e o discurso focados na temática em discussão. Essas orientações elaboradas por Gondim (2002) foram utilizadas no processo de realização dos grupos focais como forma de ajudar na condução dos debates para garantir que todos pudessem se expressar, sem que um participante se sobrepusesse a outro e todos conseguissem emitir suas opiniões.

A elaboração prévia de um roteiro com questões para o GF ajuda na condução do debate mantendo a organização e o foco no tema proposto, no entanto, Trad (2009, p. 788) afirma que esse roteiro não deve ser muito extenso e precisa ser ajustável de acordo com os assuntos que forem surgindo ao longo da discussão, priorizando os pontos mais importantes.

A autora ressalta também que as perguntas iniciais devem ser mais simples para que todos se sintam à vontade para participar, para posteriormente introduzir “os tópicos mais específicos e polêmicos, bem como questões suscitadas por respostas anteriores” (TRAD, 2009, p.788). Seguindo o que propõe Trad (2009), foi elaborado

um roteiro prévio com perguntas para conduzir o momento de conversa, a saber que esse roteiro foi ajustado de acordo com o andamento da conversa, para aproveitar “ganchos” trazidos durante as manifestações dos participantes do grupo focal.

O outro recurso utilizado para obtenção de informações em relação à participação dos Representantes de Turmas foi a entrevista semiestruturada. Segundo Becker, o pesquisador “que realiza um estudo de caso de uma comunidade ou organização, tipicamente faz uso de métodos de observação participante em uma de suas muitas variações, muitas vezes em ligação com outros métodos mais estruturados, tais como entrevistas” (BECKER, 1999, p. 118).

As pessoas escolhidas para participarem da entrevista são os profissionais da escola que acompanham diretamente a participação dos alunos Representantes de Turmas em suas atividades, em especial no momento de elaboração do plano de ação e execução das atividades propostas por eles, sendo o professor referência, o especialista escolar e o gestor da instituição.

A entrevista foi aplicada ao Professor Referência dos Representantes de Turmas, à especialista do turno da manhã e ao diretor, sendo, portanto, três pessoas entrevistadas individualmente, pois eles são os responsáveis por acompanhar as atividades e reuniões dos Representantes de Turmas. Escolhemos a participação da especialista do turno da manhã, que é o turno que possui o maior público de jovens de 15 a 17 anos, totalizando, em 2023, 381 alunos.

Assim como no grupo focal, foi elaborado um roteiro, inserido no apêndice B juntamente com o roteiro GF, apêndice A, para conduzir a entrevista com os três participantes. Esse roteiro não é exatamente o mesmo do grupo focal, porém algumas perguntas são iguais, a fim de que possamos observar o ponto de vista por parte dos estudantes e por parte dos responsáveis pelo acompanhamento do programa Representantes de Turmas.

Após a realização dos grupos focais e das entrevistas, procedemos à análise das informações obtidas com o intuito de traçar o perfil de participação dos alunos da escola analisada e verificar como ela é percebida tanto pelos estudantes como pelo professor referência, pela especialista e pelo gestor, para que possamos elaborar um plano de ação com a finalidade de fomentar o protagonismo juvenil no ambiente escolar.

3.2.1 Análise de dados

Nesta seção, apresentaremos as análises das respostas obtidas nos grupos focais e nas entrevistas realizadas, com o intuito de verificar como tem se efetuado a participação estudantil na escola pesquisada. Os resultados dessa análise servirão como base para a elaboração das propostas de intervenção no Capítulo 4.

Partindo do objetivo principal desse trabalho, que se propõe a investigar as dificuldades na consolidação do protagonismo nas instâncias de participação da escola observada, utilizaremos, como eixos de análise dos resultados obtidos na pesquisa, o protagonismo juvenil – escola e formação social e participação estudantil e gestão democrática.

Para conseguir entender a questão norteadora desse trabalho, que é investigar as dificuldades na consolidação do protagonismo juvenil nas instâncias de participação da escola pesquisada, realizamos três grupos focais, sendo dois com alunos representantes de turmas de todo o ensino médio e um grupo focal com alunos não representantes de turmas, nesse caso, todos dos 3ºs anos. Para não interferir no momento de escolha dos alunos não representantes de turma, de forma a influenciar na pesquisa, foi solicitado à vice-diretora do turno que perguntasse na sala quais alunos teriam interesse, estabelecendo um único requisito: o aluno deveria estar matriculado na escola, pelo menos, desde o 1º ano do ensino médio, para que tivesse uma visão maior de vivência na escola pesquisada.

Os dois grupos focais de representantes de turmas foram marcados com os alunos através do grupo de WhatsApp oficial que a escola mantém com os representantes. Eles de imediato se dispuseram a participar e ficou marcado o primeiro encontro com cinco participantes para o dia 29 de maio de dois mil e vinte e quatro. No entanto, o encontro com o outro grupo de seis representantes de turma não teve uma definição de data tão fácil, devido à dificuldade de disponibilidade de todos para um mesmo horário, por isso o encontro só aconteceu de forma presencial, no dia 10 de julho, em uma sala da escola, e contou com a participação de todos.

O primeiro grupo focal contou com a participação de cinco representantes de turma, sendo dois alunos do 1º ano do ensino médio e três alunos do 3º ano, entre eles, dois eram do sexo feminino e três do sexo masculino. Somente uma aluna estava chegando à escola esse ano, os demais já estudavam na instituição, uma desde o 6º

ano do ensino fundamental e os outros estudantes ingressaram no 1º ano do ensino médio.

O segundo grupo focal de representantes de turma foi realizado com a participação de seis alunos, sendo dois alunos do primeiro ano e quatro do segundo ano do ensino médio. Nesse grupo a presença feminina foi maior, quatro alunas e dois alunos, sendo que um aluno foi matriculado este ano, uma aluna estuda na escola desde o 6º ano e os demais ingressaram no ano passado, 2023.

Nos dois grupos focais de representantes, a participação dos alunos foi expressiva, mas existiu a predominância de fala de alguns, mesmo tendo incentivo para que todos pudessem se expressar.

Para a realização do terceiro grupo focal, a data foi agendada com a direção da escola, para o dia 12 de junho, sendo definido o quantitativo, seis alunos, e que deveriam ser alunos do terceiro ano do ensino médio, pois como o objetivo é verificar a percepção de como os alunos veem a participação dos estudantes na escola, eles teriam maior “bagagem” para fazer essa análise e expor suas opiniões.

Participaram do grupo focal de não representantes de turma, seis alunos, sendo quatro do sexo feminino e dois do masculino. Durante o momento de interação, embora algum participante tenha tido maior tempo de voz, essa diferença não foi tão significativa quanto nos dois outros grupos focais de líderes, tendo uma participação mais igualitária entre os participantes.

Antes de iniciar as questões previamente elaboradas em cada um dos três grupos focais, foi explicado aos participantes o objetivo principal da pesquisa e distribuídos os documentos que deveriam ser assinados por eles e pelos responsáveis no caso dos alunos menores de 18 anos. Todos foram informados sobre o sigilo dos dados e sobre a garantia de que os documentos seriam arquivados pela pesquisadora. Cientes de que suas declarações não causariam quaisquer constrangimentos no ambiente escolar, a participação nos grupos focais foi bastante espontânea, fazendo com que surgissem novas questões além das trazidas nos questionários.

O outro recurso metodológico utilizado na pesquisa de campo foi a entrevista individual. Ela foi aplicada à gestora da escola, à supervisora do ensino médio e ao professor referência. As datas foram previamente agendadas com cada participante e somente com o professor referência foi mais complicado para conseguir esse agendamento, uma vez que ele possui dois cargos no estado, tendo pouca

disponibilidade de horário, sendo necessário aguardar uma data em que ele pudesse ceder um tempo do cumprimento de suas atividades extras para realizar a entrevista.

A interação com a gestora aconteceu no dia seis de junho de dois mil e vinte e quatro, no período da manhã. Foi um momento tranquilo, em que as perguntas previamente elaboradas foram respondidas de forma espontânea, sendo necessário somente pedir que a diretora explanasse mais sobre as questões, pois em alguns momentos a resposta era muito objetiva.

A entrevista com a supervisora também aconteceu no dia seis de junho, no turno matutino. Nessa entrevista, as respostas foram mais completas e claras, no entanto também seguiu o roteiro pré-elaborado, não surgindo nenhuma necessidade de novas perguntas.

A coleta de dados com o professor referência foi realizada no dia 18 de julho, no turno da manhã, durante o cumprimento de atividades extras. O professor se mostrou receptivo e aberto para responder às perguntas e, assim como nas demais entrevistas, o roteiro pré-elaborado foi seguido fielmente, pois em nenhum momento surgiu abertura para novos questionamentos.

O Quadro 11, apresentado a seguir, sintetiza os sujeitos integrantes dos grupos focais e das entrevistas realizadas.

Quadro 11 - Síntese dos sujeitos da pesquisa

Metodologia	Código	Informações
Grupo focal 1	A1G1	Aluno1 – Representante de Turma -3º ano EM Idade: 18 anos / Gênero: Masculino
Grupo focal 1	A2G1	Aluno 2 – Representante de Turma – 3º ano EM Idade: 17 anos / Gênero: Masculino
Grupo focal 1	A3G1	Aluno 3 – Representante de Turma–1º ano EM Idade: 15 anos / Gênero: Feminino
Grupo focal 1	A4G1	Aluno 4 – Representante de Turma – 3º ano EM Idade: 17 anos / Gênero: Feminino
Grupo focal 1	A5G1	Aluno 5 – Representante de Turma – 1º ano EM Idade: 15 anos / Gênero: Masculino
Grupo focal 2	A1G2	Aluno 1 – Representante de Turma Idade: 16 anos / Gênero: Feminino
Grupo focal 2	A2G2	Aluno 2 – Representante de Turma – 2º ano EM Idade: 16 anos / Gênero: Feminino
Grupo focal 2	A3G2	Aluno 3 – Representante de Turma – 1º ano Idade: 15 anos / Gênero: Feminino
Grupo focal 2	A4G2	Aluno 4 – Representante de Turma–2º ano Idade: 16 anos / Gênero: Masculino
Grupo focal 2	A5G2	Aluno 5 – Representante de Turma–1º ano Idade: 15 anos / Gênero: Masculino
Grupo focal 2	A6G2	Aluno 6 – Representante de Turma–2º ano Idade: 16 anos / Gênero: Feminino
Grupo focal 3	A1G3	Aluno 1 – Não Representante de Turma: Série: 3º Ano EM Idade: 17 anos / Gênero: Feminino
Grupo focal 3	A2G3	Aluno 2 – Não Representante de Turma Série: 3º ano EM Idade: 17 anos / Gênero: Feminino
Grupo focal 3	A3G3	Aluno 3 – Não Representante de Turma Série: 3º ano EM Idade: 17 anos / Gênero: Feminino

Grupo focal 3	A4G3	Aluno 4 – Não Representante de Turma Série: 3º ano EM Idade: 17 anos / Gênero: Masculino
Grupo focal 3	A5G3	Aluno 5 – Não Representante de Turma Série: 3º ano EM Idade: 17 anos / Gênero: Masculino
Grupo focal 3	A6G3	Aluno 6 – Não Representante de Turma Série: 3º ano EM Idade: 17 anos / Gênero: Feminino
Entrevista 1	DE1	Função: Diretor Idade: 41 Tempo na gestão da escola: 5 anos
Entrevista 2	SE2	Função: Supervisor Idade: 50 anos Tempo na escola: 11 anos
Entrevista 3	PE3	Função: Professor Referência Idade: 44 anos Tempo na escola: 7 anos

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

3.2.2 Protagonismo Juvenil – Escola e Formação Social

Nesta subseção, nosso objetivo é examinar a percepção sobre o Protagonismo Juvenil e sua contribuição para a formação social dos educandos, considerando as visões dos estudantes líderes de turma, dos estudantes não líderes, do gestor escolar, da supervisora do ensino médio e do professor referência dos líderes de turma. Para isso, investigamos como cada grupo entende o protagonismo juvenil, suas opiniões sobre o Novo Ensino Médio (NEM) e a disciplina Projeto de Vida, já que tanto o NEM quanto essa disciplina colocam o protagonismo juvenil como um eixo central na formação integral dos alunos.

Para iniciar essa discussão, lançamos, tanto nos grupos focais como nas entrevistas individuais, o questionamento sobre o que é ser um jovem protagonista. A partir das respostas obtidas, vamos iniciar nossas reflexões.

Na perspectiva da maioria dos alunos (representantes e não representantes), o protagonismo está associado à responsabilidade e à participação ativa, mas essa visão apresentada se restringe principalmente ao ambiente escolar como podemos observar na seguinte fala do aluno (A3 G2) “Para mim, um jovem protagonista deve estar sempre ativo, principalmente igual aqui na escola, deve estar participando das reuniões, das aulas, de tudo no ambiente escolar”. Nessa colocação, o aluno não visualiza o protagonismo além dos muros da escola, percebemos que todas as ações citadas por ele estão voltadas para esse contexto.

Essa mesma percepção foi corroborada por outro participante, quando apresentou a seguinte afirmação: “Eu acho que um bom jovem protagonista é aquele que se coloca pronto para participar das coisas da escola, não só na questão de dentro da sala de aula, como dos eventos do lado de fora que a escola realiza, por exemplo (A5 G3).”

Apenas um aluno do grupo de não representantes de turma apresentou uma compreensão mais abrangente do conceito, ligando-o a uma atuação social e cidadã. De acordo com o A4 G3 “ser um jovem protagonista, eu diria que se aplica a algo muito mais abrangente do que só o ambiente escolar, e sim seria alguém que sabe aproveitar as oportunidades e sempre tentar ser um bom cidadão e não só bom estudante.” A fala desse aluno, que apresenta uma compreensão mais completa sobre o protagonismo, evidencia o potencial transformador de um ensino que estimule a atuação social e cidadã. O protagonismo juvenil, nessa perspectiva, vai além do bom desempenho

acadêmico ou da participação em eventos escolares: ele se conecta a uma visão mais ampla de cidadania, que inclui a capacidade de aproveitar oportunidades, atuar em prol do bem comum e buscar transformações positivas na sociedade.

As respostas dos alunos evidenciam que o termo "protagonismo" ainda não está plenamente assimilado por todos, indicando a necessidade de a escola adotá-lo como um foco central em sua abordagem pedagógica, uma vez que esse termo abrange, como colocado pelo aluno A4 G3, não só o ambiente escolar, mas também todo contexto social em que o jovem está inserido. Costa e Vieira (2006, p. 248) demonstram essa percepção ao evidenciarem que a "formação integral do adolescente" aprimora o Protagonismo Juvenil, "uma vez que as práticas e vivências exercem influência construtiva sobre o jovem em toda a sua inteireza".

Continuando a análise do entendimento sobre esse conceito, na visão da diretora, o jovem protagonista deve ser atuante, ter iniciativa e buscar seus ideais "ele tem que ser realmente protagonista, ele tem que ter iniciativa e correr atrás do que ele de fato quer, do que ele pensa, colocar isso em prática. (DE1)." Por essa fala, a gestora demonstra ter uma concepção de protagonismo que vai de encontro ao conceito dado por Costa e Vieira (2000, p. 150), ao definirem o termo protagonismo que "vem da junção de duas palavras gregas: protos, que significa o principal, o primeiro, e agonistes, que significa lutador, competidor, contendor", pois ela destaca o fato de o jovem ter que buscar aquilo que anseia, ou seja "lutar" pelo que deseja.

No entanto, a supervisora do ensino médio, assim como os próprios alunos, acredita que o protagonismo se limita principalmente à participação na escola, conforme podemos observar nas suas colocações: "Seria um jovem participativo, com iniciativa, no sentido de estar participando em todos os setores da escola, na parte administrativa, pedagógica, como aluno, participante em tudo mesmo (SE2)."

O ponto de vista da supervisora foi semelhante ao que o professor referência pontuou a respeito do que ele considera ser um jovem protagonista, conforme exposto nesta fala: "Criar e desenvolver projetos para a melhoria do ensino e ter uma boa participação em reuniões, em grêmios, em gincanas (PE3)."

Essa perspectiva restrita, por parte da supervisora e do professor referência, ao relacionar o protagonismo juvenil somente a atividades escolares, ajuda a explicar porque os estudantes não têm uma compreensão mais ampla do que significa ser protagonista. Para que os jovens possam desenvolver uma visão mais abrangente de seu papel na sociedade, é fundamental promover experiências que os incentivem a

se envolver em questões além do ambiente escolar, despertando seu potencial para impactar o mundo ao seu redor. Somente assim, poderão compreender que o protagonismo vai além da sala de aula, abrangendo ações que influenciam sua comunidade e seu futuro. Essa visão é corroborada por Corti (2003), ao afirmar que:

A escola está localizada num ponto estratégico da vida social, pois é uma das instâncias encarregada da preparação das novas gerações para a vida em sociedade. No mundo em que vivemos, uma parte importante da socialização e da educação dos jovens é realizada dentro de uma instituição chamada escola (Corti, p. 312).

Dando sequência à observação sobre a perspectiva dos alunos a respeito do termo protagonismo, perguntamos se eles se consideravam jovens protagonistas e, através das respostas, ficou ainda mais evidente a concepção de que, para a maior parte deles, o protagonismo se restringe a ser participativo nas ações propostas pela escola. Os alunos representantes de turma, por se envolverem mais nas atividades escolares, na maioria, consideraram-se bons protagonistas, como podemos observar na fala de A1 G2: “Sim, eu sou muito ativa, participo de tudo que tem na escola. Eu me considero protagonista”. A fala de outro representante de turma aponta o mesmo ponto de vista, uma vez que traz como protagonismo ações voltadas para o ambiente escolar, como organização da formatura dos terceiros anos, por exemplo.

Vou falar e acho que engloba todos nós, líderes dos terceiros anos, a gente lidera e a gente faz muito bem nosso trabalho como “terceirão”, em relação principalmente às camisas, pois a gente fez muito rápido o nosso uniforme, isso não aconteceu nos outros anos, também tem a questão da formatura, que já está tudo organizado, tudo registrado, qualquer coisa que quiserem saber, a gente tem tudo anotado, sempre age e corre atrás do que queremos pra sair tudo perfeito. (A2 G1)

No entanto, os alunos não representantes de turma, nessa questão, demonstraram ter uma visão mais abrangente de protagonismo, pois mesmo manifestando que não se consideram muito participativos no ambiente escolar, alguns pontuaram que fora da escola são mais atuantes. Isso fica evidente na fala de A6 G3: “além do meu emprego à tarde, eu também ajudo na minha igreja. Eu participo do grupo de jovens, oriento nas orações, ajudo a instruí-los, eu também aprendo música para tocar no coral da igreja, então a minha vida é mais ativa na igreja”. A partir dessa resposta, percebemos que, para A6 G3, ser protagonista tem relação com ser atuante em outros espaços além da escola e cita como exemplo a participação ativa em

eventos da igreja, em que se envolve em atividades de liderança na orientação de jovens.

Outro aluno também coloca essa perspectiva em sua resposta, quando comenta que na escola não se envolve nas atividades, mas que sua atuação é mais efetiva fora dela, trazendo a igreja como um espaço onde exerce seu protagonismo. Ele destaca:

Eu acho que dentro da escola não, pois eu não participo muito das coisas da escola, do terceiro ano mesmo, desta sexta temática, eu não participo, eu acho que não. Mas fora da escola sim, faço cursinho, estou me preparando para o ENEM. Na minha igreja, eu também tenho uma vida mais ativa, de dar células, também tenho a função na parte da recepção e também sou a responsável na área da fotografia. (A2 G3)

Essa fala revela que, embora o aluno não se sinta parte das dinâmicas escolares, ele encontra espaços significativos de participação e liderança em outros contextos, mostrando que o protagonismo juvenil pode se manifestar em diferentes ambientes e que a escola, ao não ser um espaço propício para ele, não diminui seu valor em outras esferas da vida.

Analisando o todo, dos três grupos focais, nove alunos, 50% dos participantes, se consideram jovens protagonistas, mas desses, seis falaram o que os levou a se considerarem protagonistas, três apenas disseram “sim”. A outra metade não se considera protagonista. Esses números podem ilustrar o que Dayrell, Gomes e Leão (2010) destacam ao afirmarem que muitos jovens não se veem como capazes de influenciar a própria realidade, o que frequentemente os leva a uma postura apática e pouco participativa.

Concluindo, é evidente que o conceito de protagonismo juvenil ainda está majoritariamente restrito ao ambiente escolar tanto para os alunos quanto para alguns educadores e gestores da escola pesquisada. Contudo, a fala do aluno que apresentou uma visão mais ampla do protagonismo, associando-o à atuação social e cidadã, destaca a necessidade de a escola transcender seus limites físicos e promover práticas pedagógicas que incentivem os jovens a serem agentes transformadores em diferentes contextos. Ao incorporar experiências voltadas para a formação integral, como propõem Costa e Vieira (2006) e Corti (2003), a escola pode cumprir seu papel social na preparação das novas gerações, fomentando um protagonismo que não apenas contribua para a melhoria do ambiente escolar, mas

também prepare os jovens para desempenharem um papel ativo e responsável na sociedade como um todo.

Após introduzirmos a discussão sobre o que é ser protagonista, passamos nossa análise para o Novo Ensino Médio, pois como já foi discutido no Capítulo 2, o NEM surgiu no cenário educacional como forma de ressignificar essa modalidade de ensino, que a partir dos resultados das avaliações externas, não tem alcançado resultados significativos de qualidade, e uma das propostas traçadas para que o ensino médio atenda aos anseios dos jovens que nele estão inseridos é colocar o aluno como principal ator nesse processo, destacando a importância do protagonismo juvenil para a formação integral do educando.

Esse contexto foi repassado aos participantes dos grupos focais e das entrevistas e perguntamos se eles percebem o NEM como espaço propício para a participação estudantil, a fim de verificarmos se esse espaço tem exercido o papel de promover o protagonismo, como propõem seus documentos orientadores.

Iniciando as análises das colocações feitas nos grupos focais, percebemos que tanto os alunos representantes de turma quanto aqueles que não ocupam esse cargo, em sua maioria, expressaram a percepção de que não veem essa nova estrutura como uma oportunidade para atuar ativamente. Muitos manifestaram angústia em relação à mudança na grade curricular, mencionando a inclusão de disciplinas que consideram pouco úteis para sua preparação para o ENEM e outros vestibulares.

Essas afirmações dos alunos vêm de encontro ao que afirmam Moll (2017); Motta e Frigotto (2017), pois, segundo os autores, estudos realizados no Brasil têm levantado questões sobre os perigos de uma possível deterioração na formação dos jovens nas escolas de Ensino Médio e em seus currículos. Podemos observar, nas proposições feitas pelos alunos, essa preocupação em relação à precarização do ensino e como eles não veem no NEM um espaço propício para exercerem seu protagonismo, como revela essa resposta de um participante, quando questionado sobre poder exercer o protagonismo no NEM.

Infelizmente não. Na verdade, o ensino médio não nos liberta a falar, a nos expressar, mas nos joga um peso mais gigante ainda do que o que a gente já tem, porque vai juntar o ENEM, outros vestibulares, e aí vem o Novo Ensino Médio, com essas eletivas, é mais tempo na escola. (A1 G1)

A fala do aluno demonstra uma crítica ao NEM, enfatizando a falta de espaço para a liberdade de expressão e a sobrecarga gerada pelo aumento da carga horária com disciplinas que os alunos não consideram relevantes para sua formação, revelando que, em vez de facilitar o aprendizado e prepará-los para o ENEM, o novo ensino médio gera um sentimento de ansiedade e estresse. Essa visão também está presente na opinião de outro participante:

Em relação ao ensino médio, eu vejo muitos alunos que não têm interesse nas matérias que são propostas e eu também creio que isso está afetando muito a gente, porque diminuiu muito a carga horária de matérias que são muito importantes para o nosso dia a dia. (A6 G2)

Esse comentário revela o desinteresse dos educandos em relação às novas disciplinas do novo ensino médio, demonstrando um problema que pode estar enraizado na ausência de conexão entre o currículo e a realidade dos estudantes, o que leva a essa desmotivação em relação ao que está sendo trabalhado em sala de aula.

A menção à diminuição da carga horária de disciplinas importantes sugere que essa redução produz lacunas no aprendizado, afetando não apenas a preparação acadêmica, mas também a formação dos alunos para situações cotidianas. Ao destacar a relação entre a falta de interesse e a relevância do conteúdo, a fala convida a uma reflexão crítica sobre a necessidade de uma reformulação curricular que priorize conteúdos que desenvolvam habilidades práticas e que envolvam os estudantes de maneira mais significativa, promovendo uma educação que vá além da teoria e que se conecte com a vida real, conforme evidencia Arroyo (2014):

Construir currículos do Ensino Médio exige dar centralidade ao trabalho, à formação intelectual, cultural, a conhecer os fundamentos científicos dos processos de produção e do trabalho produtivo, um direito da formação dos jovens-adultos trabalhadores. Conhecer esses processos se contrapõe a um currículo adestrador de competências fragmentárias, seja para o trabalho, seja para passar na diversidade de processos seletivos para o Nível Superior (Arroyo, p.168, 2014).

Dessa forma, um currículo que realmente responda às necessidades dos alunos deve proporcionar um aprendizado significativo, capacitando-os a se tornarem cidadãos críticos e ativos na sociedade, prontos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

O esvaziamento de conteúdos, a diminuição da carga horária e as disciplinas com pouco significado para os alunos podem representar o que Arroyo (2014, p.168) afirma ser um “currículo adestrador de competências fragmentárias” que visa aumentar ainda mais a distância entre a elite e a grande massa popular presentes nas escolas.

Dando sequência na análise do questionamento sobre o NEM ser espaço para o protagonismo juvenil, do total dos participantes dos três grupos focais, apenas quatro relataram perceber uma participação mais ativa dos estudantes neste ano. O aluno A1 G2 comentou: “Agora eu acho que está deixando participar mais, as aulas são mais comunicativas. Isso está sendo muito importante”. Essa fala sugere uma mudança significativa no ambiente escolar, onde a comunicação e a interação parecem estar melhorando, favorecendo um aprendizado mais engajado.

Outro participante, A6 G3, também evidenciou uma perspectiva sobre o aumento da participação: “A gente tem que pesquisar para poder debater e também tem a questão da Redação, que é uma eletiva do 6º horário muito importante”. A referência à pesquisa e ao debate indica que as atividades propostas favorecem um envolvimento mais ativo dos estudantes, além de destacar a importância da redação como uma oportunidade de preparação para o ENEM, que se mostrou ser uma grande preocupação para os alunos.

Por outro lado, um terceiro participante reconheceu que a maior abertura da escola contribuiu para essa participação mais intensa, mas não atribuiu essa mudança especificamente ao Novo Ensino Médio (NEM), como demonstra a seguinte resposta:

Olha, antes quando eu estava no 9º ano, eu não via que os alunos participavam tanto quanto eu estou participando hoje em dia, mas eu não sei se isso tem a ver com o NEM, porque eu acho que isso não tem tanto a ver com o novo ensino médio. Eu acho que é porque a escola está agora proporcionando aos alunos que eles participem mais. (A3 G2)

Isso aponta para uma visão interessante: a percepção de que as dinâmicas internas da escola podem estar influenciando positivamente a participação, independentemente das diretrizes curriculares implementadas. Essa diversidade de opiniões sugere que, embora o NEM possa ter impacto na participação estudantil, outros fatores, como a cultura escolar, também desempenham papel crucial para a promoção do protagonismo.

Para aprofundar na questão da participação dos estudantes no NEM, investigamos como se efetivou a definição das eletivas e dos itinerários formativos para averiguar se houve autonomia no momento de escolha dos percursos escolares. Ao questionar os estudantes sobre suas experiências de escolhas das disciplinas para o NEM, três alunos responderam, em uníssono, que não tiveram escolha. Essas falas revelam uma percepção de falsa autonomia na escolha das disciplinas, já que, embora os alunos relatem ter passado por um processo de votação, o resultado muitas vezes não atende às suas preferências.

Os alunos explicaram que, como em qualquer votação, a maioria decide, e aqueles que não “vencem” são alocados nas turmas que não foram preenchidas. Isso sugere que o sistema, embora prometa liberdade de escolha, na prática limita as opções reais disponíveis para os estudantes. Essa situação gera frustração, refletindo uma desconfiança em relação ao modelo de participação proposto.

Apesar de sete alunos mencionarem que não estão cursando as disciplinas que escolheram ou apenas uma delas, 11 relataram estarem cursando os itinerários e eletivas que realmente preferiram. Essa discrepância indica uma diversidade nas experiências dos alunos, na qual alguns conseguem se adequar ao sistema, enquanto outros sentem que suas vozes não foram suficientemente ouvidas.

Ao serem questionados sobre a contribuição das eletivas e dos itinerários para sua formação, o aluno A3 do grupo 3 expressou uma crítica relevante: “Seria produtivo se não nos prejudicasse, porque perdemos muitas aulas. Nós vamos fazer vestibular, queremos entrar em uma universidade, então, infelizmente, não são essas matérias que vão cair.” Essa fala evidencia uma preocupação central dos alunos em relação ao impacto das eletivas e itinerários na preparação para o vestibular, ressaltando que muitos não consideram os Itinerários relevantes para seus objetivos acadêmicos.

O aluno A2 G2 complementou essa visão sobre a irrelevância dessas disciplinas para sua formação, afirmando:

Sinceramente? Desnecessário. Por causa desses itinerários, eu só tenho uma aula de história, que é muito mais importante para minha formação. Esses itinerários são matérias que não têm muito o que fazer e o que falar; às vezes, o professor só traz slides.

Esse posicionamento põe em questão a relevância dessas disciplinas oferecidas, apontando que a ênfase em itinerários compromete o aprendizado de

matérias consideradas fundamentais, como a história. Essa percepção sugere uma insatisfação com a qualidade das aulas e o método de ensino empregado, pois os alunos se sentem expropriados, uma vez que seu direito a uma educação de qualidade está sendo subtraído, corroborando o que já foi exposto por Arroyo (2014).

Além dessa visão de que esses conteúdos não contribuem efetivamente para a formação acadêmica dos estudantes, alguns alunos apontaram que os professores não estão adequadamente preparados para trabalhar essas novas disciplinas, o que resulta em um desinteresse significativo por parte dos estudantes, como afirma o participante A2 G1:

Os professores não têm capacidade, digo, não é que não têm capacidade, desculpe, são profissionais que formaram para uma área e só pegaram os itinerários, porque eram os únicos que sobraram. Então, chegam na sala e não têm o mínimo de conhecimento do conteúdo, eles vão estudando e aprendendo junto com a gente. (A2 G1)

Essa situação gera um ambiente de ensino em que tanto professores quanto alunos estão em um processo de aprendizagem conjunta. A falta de conhecimento específico por parte dos docentes pode comprometer a qualidade do ensino e a formação dos alunos, evidenciando a necessidade de uma formação contínua e de uma melhor organização curricular que respeite as competências dos professores. A fala do aluno A4 G3 confirma essa visão apresentada pelo colega:

Eu acho que acaba ficando muito evidente que um dos maiores problemas é que a maioria dos professores que estão dando essas matérias não tem preparação real pra isso, não querendo desmerecer ninguém, nem dizer que eles não se esforçam pra tentar passar esses ensinamentos, mas fica muito evidente que eles não são as pessoas ideais, às vezes, até precisaram pegar itinerários apenas para cumprir uma grade curricular e ter todas as suas aulas e isso acaba prejudicando demais o ensino dessas matérias, porque os assuntos ficam muito dispersos e rasos, às vezes. (A4 G3)

Nessa fala o aluno demonstra empatia ao não desmerecer os esforços dos docentes, mas a crítica é clara: muitos professores são designados para ensinar conteúdo para o qual não têm a formação adequada. Isso resulta em aulas que podem se tornar superficiais e desconectadas, prejudicando o aprendizado dos alunos. A referência à superficialidade dos assuntos sugere que, em vez de aprofundar o

conhecimento, os professores estão apenas cumprindo o plano de curso, sem conseguir oferecer um ensino de qualidade.

Outro ponto levantado, além da falta de preparo dos professores, foi o descaso de alguns profissionais na elaboração das aulas e até mesmo na sua condução, aumentando assim o desinteresse dos educandos, como podemos observar na seguinte fala:

Eu acho que tem também um descaso do professor, parece que tem hora que nem o professor leva aquilo ali a sério. Pega alguma coisa nada a ver e passa pra gente. Então, às vezes se tivesse um interesse a mais do próprio professor de passar uma atividade diferente, que fuja do padrão, porque já é um itinerário, então se passar um negócio diferente, que seja mais interessante, pra chamar a atenção do aluno, aí teria mais interesse. (A4 G2)

O apelo por atividades que “fujam do padrão” indica uma demanda por inovação pedagógica, que poderia estimular um maior interesse e participação dos alunos nas aulas. O reconhecimento da importância de uma abordagem mais dinâmica e criativa revela a necessidade de um ensino que não apenas transmita conteúdo, mas que também desperte curiosidade e entusiasmo, promovendo maior participação dos educandos.

Em contrapartida, um participante pontuou que a desmotivação do professor é advinda do desinteresse do aluno, segundo A1 G2:

Os alunos também vão muito desmotivados, pois têm professores que chegam muito motivados para dar aula e os alunos ficam só conversando e não dão atenção para o professor, que acaba não conseguindo passar a matéria e perde mais tempo chamando atenção do que dando aula. Então, às vezes, é por isso que os professores também ficam desmotivados.

A dinâmica entre professores e alunos em sala de aula é um fator crucial para o sucesso do aprendizado, e essa relação muitas vezes reflete a motivação de ambos os lados. A falta de motivação entre professores e alunos pode ser explicada, em grande parte, pela maneira como o Novo Ensino Médio foi implementado, sem uma consulta ampla ou envolvimento direto desses atores no processo. Professores, ao se verem distantes das decisões que afetam suas práticas, podem se sentir desvalorizados e sem autonomia, o que compromete seu engajamento e entusiasmo em sala de aula. Da mesma forma, os alunos, ao perceberem que o modelo

educacional não foi pensado a partir de suas necessidades e aspirações, podem sentir que o currículo não atende às suas expectativas e realidade, o que reduz sua participação e interesse no aprendizado

Carrano (2005) sugere que o aparente desinteresse dos jovens na escola pode, na verdade, refletir uma inclinação para práticas culturais e educativas que não são contempladas pelo ambiente escolar tradicional. O autor propõe que, em vez de interpretar essa atitude como apatia, os educadores deveriam se abrir para o diálogo e explorar esses outros contextos de aprendizagem que os jovens buscam fora da escola, permitindo assim uma educação mais significativa e conectada às suas vivências.

Esse é o caminho para que o NEM consiga se efetivar como espaço de participação, a abertura ao diálogo e a valorização da cultura dos jovens que se encontram na escola, como afirma Carrano, é essencial para que a educação seja “significativa” e leve os alunos a entenderem como isso pode transformar sua realidade. Arroyo (2014) argumenta que as escolas e os currículos não devem ser vistos apenas como lugar para transmissão de conhecimentos acadêmicos, mas também como espaços de interação social, onde os indivíduos, ao trazerem suas próprias experiências e leituras de mundo, tornam-se produtores de conhecimento. Esses contextos escolares, portanto, devem reconhecer e sistematizar as vivências e questionamentos que emergem dos sujeitos sociais que ali convivem, promovendo assim maior engajamento nas atividades propostas.

Dando seguimento a análise sobre os espaços de participação dentro do NEM, perguntamos à diretora se esse é um espaço propício ao protagonismo e de que forma ele ocorre. Segundo ela:

O Novo Ensino Médio é sim um espaço de participação para os alunos. Pois os conteúdos de Itinerários são bem amplos e aí nessas aulas eles têm uma voz muito maior do que numa aula de química, de física que seria uma coisa mais de conteúdo. Nesses itinerários eles teriam esse espaço de voz ali pra poder dar o palpite deles, a ideia deles e participarem mais ativamente. (DE1)

Pela resposta da gestora, percebemos que sua visão a respeito da efetividade da participação dos alunos no NEM é positiva, uma vez que ela ressalta que eles podem interagir mais com os professores nos Itinerários do que nos conteúdos básicos, nos quais, segundo ela, eles seriam apenas receptores de conteúdos.

O professor referência também apresenta uma visão positiva em relação à participação dos estudantes, principalmente nas disciplinas de itinerários e eletivas, no entanto, faz a seguinte ponderação “Em alguns momentos eles participam, em algumas aulas eles interagem mais, mas em algumas disciplinas não, eles ficam muito desmotivados”, confirmando o que os alunos haviam expressado nos grupos focais sobre o desinteresse em algumas aulas.

A supervisora, ao responder sobre o protagonismo dos educandos no Novo Ensino Médio, aponta que, “em partes”, o Novo Ensino Médio permite maior participação dos estudantes. Segundo ela:

Em partes! Porque têm algumas disciplinas do itinerário pedagógico que são muito válidas, por exemplo, o projeto de vida, é uma disciplina que já existia, mas agora está mais atuante e acho que deve continuar, porque é uma coisa para a vida do aluno, trabalha valores para que no futuro o aluno defina o que ele quer ser quando adulto. A questão dessas matérias também, como redação e ENEM Linguagens, eu acho importante também. Agora, têm algumas disciplinas em que o próprio professor não sabe nem como trabalhar, porque não se enquadra na formação dele, então acho que isso tem que ser repensado. Igual à questão dos conteúdos básicos também, ficou muito a desejar. Então tem que repensar e ver o que é válido no Novo Ensino Médio.

A supervisora, assim como os alunos, destaca que certas disciplinas não atraem o interesse dos estudantes. Isso ocorre, em parte, porque alguns professores não estão devidamente preparados para ministrar esses conteúdos, uma vez que não se “enquadra” na formação deles, o que também foi colocado por alguns alunos e também devido à redução da carga horária dedicada aos conteúdos básicos, o que prejudicou significativamente a formação dos estudantes.

Todos esses pontos levantados devem ser analisados nessa política educacional, que conforme já discorremos no Capítulo 2, foi uma proposta imposta por Medida Provisória sem ouvir os principais interessados. Sabemos que o ensino médio precisa ser ressignificado, mas impor um novo currículo sem considerar seus atores principais não será a solução.

Ainda com o intuito de verificar como o Novo Ensino Médio pode promover o fomento ao protagonismo juvenil, questionamos aos alunos sobre como a disciplina Projeto de Vida pode contribuir para sua formação, pois dentro desse novo currículo o protagonismo é relevante em todos os conteúdos, porém tem maior destaque nessa

disciplina, uma vez que ela tem como principal objetivo orientar o aluno na construção de valores e aprendizados que vão levá-lo a uma formação integral, preparando para a elaboração e construção de seu futuro, conforme expresso na competência 6 da BNCC:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (BRASIL, 2018, p. 9).

Como resposta à pergunta sobre a importância da disciplina Projeto de Vida o participante A1 G2 ponderou que a disciplina não tem contribuído para sua formação, como afirma nessa resposta:

Eu acho que não, porque a professora que dá aula para mim passa uma folha com atividade que poucos fazem. Eu acho que tinha que conversar mais com a gente, entrar em assuntos mais tocantes, conversar mais, em vez de só ler, porque a maioria nem lê. Tinha que ser uma coisa mais interativa, que fizesse a gente refletir.

No trecho apresentado, o aluno demonstra insatisfação em relação ao tipo de atividade proposta pelo professor, que, segundo ele, é uma atividade mecânica de leitura, que não desperta o interesse dos alunos. Isso demonstra que esse estudante anseia por atividades mais dinâmicas e com temas significativos que os leve à reflexão, gerando assim maior envolvimento por parte dos educandos.

O aluno A1 G1 fez a seguinte colocação “Desde o ano passado a gente tinha uma visão de projeto de vida muito decaída, pois as aulas não ajudavam em nada. Então esse ano já está sendo diferente, pois está ajudando na construção do nosso projeto de vida, que é muito importante”. A fala revela uma mudança significativa na percepção do estudante sobre o impacto das aulas no desenvolvimento do projeto de vida, algo que ele considera essencial.

Essa mesma visão foi expressa pelo participante A3 G2:

Eu acho que o projeto de vida é uma boa matéria. No ano passado eu gostava muito, eu pensava muito, a professora era muito boa, só que esse ano o professor não parece especializado nesse assunto, nessa questão ele é totalmente diferente, porque só entrega uma folha e quer

que a gente faça, sem conversar ou refletir. A maior parte da turma pesquisa no chat GPT.

Podemos observar pelas respostas colocadas que novamente a significação do conteúdo trabalhado na disciplina perpassa pelo professor. De acordo com os alunos, quando o professor traz o conteúdo de forma a promover o debate e a reflexão de assuntos relacionados à vida dos alunos, seu autoconhecimento, carreira, mercado de trabalho, planejamentos de metas e objetivos para a sua formação, a disciplina passa a ser relevante e contribui de forma efetiva para a formação do educando. O documento orientador sobre a disciplina Projeto de Vida elaborado pela Secretaria de Estado de Educação (SEE) descreve como deve ser a atuação e o perfil do professor da disciplina:

Para ministrar o componente curricular Projeto de Vida não há exigência de formação específica, entretanto é importante que o docente tenha afinidade com os temas que envolvem as juventudes, entenda a realidade social dos estudantes, seus modos de pensar, de se relacionar e se comunicar com o mundo, seus desejos, inseguranças, condições econômicas e expectativas para o futuro. (MINAS GERAIS, 2023c)

De acordo com essas orientações é preciso que o professor do Projeto de Vida leve em consideração, no momento de planejar suas aulas, a realidade de seus alunos, seus desejos e seus anseios, para tanto é necessário que ele busque entender o conceito de juventude. Segundo Dayrell:

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. (DAYRELL, 2003, p.41)

É inegável, como já discutido nessa dissertação, que a escola tem um papel crucial na formação integral dos educandos e que o protagonismo juvenil é uma das chaves para ajudá-los nesse processo de construção. No entanto, Dayrell (2005, p. 37) afirma: “a escola pouco conhece o jovem que a frequenta, a sua visão de mundo, os seus desejos, o que faz fora da escola”, isso nos leva a refletir em como o currículo

escolar deve ser repensado para atender às necessidades de uma juventude que está em constante transformação.

Ficou evidente, a partir das considerações feitas pelos alunos que o Novo Ensino Médio não está conseguindo suprir a lacuna educacional encontrada nessa etapa de ensino, a fim de garantir, além da qualidade de ensino, a formação integral dos alunos nela inseridos. Fica então a pergunta: Como construir um currículo que garanta esses dois tópicos? Arroyo (2014, p. 54) levanta essa reflexão:

Como garantir seus direitos ao conhecimento, à cultura, aos valores, à formação plena? Que Ensino Médio e que currículos? Cresce a consciência profissional de repensar como ser profissionais, da garantia do direito desses Outros educandos aos conhecimentos e a que conhecimentos. Os coletivos docentes junto com os alunos vão incorporando novas dimensões do conhecimento, que deem interpretações sistematizadas às experiências sociais e às indagações sobre essas experiências vividas, tanto pelos alunos, jovens-adultos, quanto pelos docentes. Avança a consciência de que tanto os mestres quanto os alunos têm direito a se saber, que as experiências sociais vividas como coletivos sejam interpretadas e que suas indagações – sobre sua condição docente e sua condição juvenil, suas histórias como membros de coletivos sociais, raciais, de gênero, de campo, como trabalhadores, produtores de cultura etc. – sejam aprofundadas nos conhecimentos curriculares do Ensino Médio.

Segundo Arroyo (2014), é imprescindível que se reconheça que os professores que hoje atuam nas escolas, não são mais os mesmos e que também não são mais os mesmos os alunos que hoje as frequentam, por isso esses sujeitos devem ser levados em consideração no momento de se repensar o currículo do ensino médio e afirma que “Trata-se de reconhecer os mestres e alunos sujeitos da produção de Outros conhecimentos, não meros transmissores-aprendizes do conhecimento hegemônico.” Para isso, Arroyo pontua que que o currículo deve garantir:

O D I R E I T O A S E S A B E R, a valorizar suas experiências sociais de que são sujeitos ou vítimas; levantar as indagações que trazem sobre essas experiências históricas; reconhecer os saberes, leituras e modos de se pensar nessas relações sociais, políticas e incorporá-las nos currículos, colocá-las em diálogos horizontais com os conhecimentos sistematizados. (ARROYO, 2014, p.54)

A partir dessa perspectiva, podemos concluir que professores e alunos devem ser considerados no processo educacional, mas estes devem ser colocados no foco do processo, uma vez que a educação deve se ajustar às realidades e necessidades

desses sujeitos, conforme asseguram Dayrell e Carrano (2013), tornando-os ativos nesse processo de construção, criando estratégias didático-pedagógicas que promovam o protagonismo juvenil.

Diante do exposto, percebemos que a implementação do Novo Ensino Médio, embora tenha como foco o protagonismo juvenil e apresente a disciplina Projeto de Vida como forma de auxiliar o educando na preparação para seu futuro, desconsiderou dois sujeitos fundamentais no processo de elaboração dessa política – professores e alunos, impondo um currículo que ainda não atende aos anseios da juventude inserida nessa modalidade de ensino e fazendo com que docentes ministrem as novas disciplinas sem o preparo necessário para essa nova abordagem.

Mesmo diante dos problemas apresentados, pudemos observar que a disciplina Projeto de Vida pode ser fundamental para fomentar o protagonismo juvenil, pois, conforme relatos de alguns alunos, a partir dela, temas relevantes para a formação integral dos educandos podem ser apresentados pelos professores, a fim de promoverem debates e reflexões que auxiliarão os jovens a traçarem planos para o futuro de forma mais consciente, trazendo melhorias para a própria vida e para a sociedade de forma geral.

3.2.3 Gestão Democrática e a Participação Estudantil

Nesta subseção, buscamos analisar como se dá a participação estudantil na escola pesquisada e sua relevância para a implementação de uma gestão democrática no ambiente escolar. Para isso, serão abordadas questões centrais que orientarão os três grupos focais e as entrevistas individuais: quais são os espaços de participação existentes na escola e o grau de efetividade da atuação dos educandos nesses espaços, se os estudantes se sentem ouvidos pela gestão escolar, as razões da ausência de um grêmio estudantil e a efetividade do espaço de participação dos Representantes de Turma, verificando se este possibilita o protagonismo dos alunos nos processos decisórios da instituição.

Ao serem questionados sobre a existência de espaços para participação ativa na escola e se essa participação é permitida de forma plena, surgiram opiniões divergentes entre os alunos dos grupos focais de Líderes de Turma. No grupo focal 1, a percepção dos participantes é de que os espaços de participação existentes na escola acabam não sendo efetivos, pois quando o aluno realmente quer ser ativo e

propor alguma sugestão dentro do que a escola oferta, eles não são ouvidos pela direção. O A1 G1 fez a seguinte colocação a respeito de poder sugerir alguma mudança em atividades propostas pela escola “Difícilmente a gente consegue fazer alguma coisa. O aluno aqui não tem muita voz não.” Essa mesma opinião foi expressa pelo A2 G1:

Não. Quando você pergunta isso, acho que você está querendo saber se a escola abre oportunidade pra gente fazer alguma coisa e eu acho que isso ainda é pendente na escola, porque eu não me sinto nesse espaço, não me sinto à vontade pra fazer certos tipos de coisa e, às vezes, quando a gente tem disponibilidade ou um motivo para propor alguma coisa, ou a gente é barrado ou existe algum problema ou um obstáculo que não tem como a gente passar por cima. (A2 G1)

A partir dessas falas os alunos demonstram que não encontram espaços para uma participação ativa na instituição de ensino, sentem-se podados em suas manifestações, encontrando sempre “obstáculos” para serem participativos. Essa visão chega a levar o aluno a não se sentir pertencente ao espaço escolar. De acordo com Ferreira e Pereira (2017, p. 50), quando a escola busca o diálogo com os alunos, ouvindo seus anseios, considerando seus direitos dentro do ambiente, ela consegue ampliar no educando os sentimentos de “pertencimento, elevação de autoestima e desejo de cooperar”.

Dando sequência na análise das respostas do grupo focal 2 em relação aos espaços de participação, verificamos pontos de vistas diferentes do grupo 1, pois os estudantes mencionaram espaços que consideram adequados para sua participação e afirmaram que a escola oferece oportunidades para que possam se envolver efetivamente.

O aluno A4 G2 ressaltou o conselho de classe como um excelente espaço para que os alunos manifestem suas opiniões, já que é um momento de troca com os professores, permitindo que eles expressem seus pontos de vista sobre o que está acontecendo na escola e compartilhem suas expectativas em relação à educação que estão recebendo. A aluna A3 G2 citou os momentos de palestras oferecidos pela escola como um espaço para que o aluno possa se expressar e posicionar sobre os temas com liberdade, e ressalta que essa participação independe de ser líder de turma ou não, demonstrando que a participação é ampla.

Somente uma fala da participante A1 G2 fez uma ressalva em relação ao fato de ser de fato ouvido pela escola, segundo ela: “Tem muitas atividades pra gente

participar. A gente pode propor sugestões, mas não sabe se vai valer. A gente não sabe se vai ser ouvido”. Essa afirmação destaca um ponto crucial na análise da participação estudantil: a diferença entre oferecer espaços para sugestões e garantir que essas sugestões sejam efetivamente consideradas pela gestão escolar. Embora a escola pareça incentivar a participação dos alunos por meio de atividades e oportunidades de diálogo, ainda persiste uma sensação de incerteza entre os estudantes sobre a real influência de suas vozes nas decisões.

Um aspecto que chamou a atenção nos dois grupos focais de líderes de turma foi o fato de nenhum aluno ter mencionado o programa representantes de turma como um espaço para participação ativa. Essa lacuna sugere a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre o papel dos representantes e como esse canal pode ser aprimorado para facilitar a voz dos estudantes dentro da escola, no entanto não nos aprofundaremos nesse assunto no momento, pois essa é uma questão que será analisada no decorrer dessa subseção.

No grupo focal composto por alunos que não são líderes de turma, todos expressaram que existem diversas oportunidades para a participação estudantil, como gincanas, shows de talentos e jogos escolares. Eles ressaltaram haver abertura da escola para que possam se envolver ativamente e desenvolver habilidades sociais, como afirma A1 G3 “Eu acho que nos esportes, como os jogos escolares - interclasse e no JEMG. Eu acho que a escola incentiva a participar, porque a nossa idade é muito voltada para o esporte e a escola incentiva bastante sim”.

Outro aluno destacou: “Eu também acho que proporciona, principalmente na parte de desenvolvimento social, né? Tem diversas atividades que a escola faz para proporcionar o desenvolvimento social” (A5 G3). Essas ponderações demonstram que a escola busca incentivar a participação estudantil e se preocupa em propor atividades que colaborem também com a formação social dos educandos, no entanto percebe-se pelas falas que a participação se limita à execução.

Uma participante do GT 3 trouxe uma visão um pouco diferente ao expor que existem bastantes espaços de participação, mas que eles são “rígidos” demais, seguindo, segundo ela, um “padrão” dando a entender que não atendem exatamente aos anseios dos alunos, embora sejam atividades interessantes, conforme ressalta:

Eu acho que sim, mas eu acho que ao mesmo tempo faltam algumas, porque o que a gente tem é muito padrão, a gente tem interclasse, a

gincana, esse ano teve o show de talentos, a feira de ciências, que para alguns também é muito interessante, que os alunos se envolvem muito nela, mas acho que o que tem é muito padrão e é muito rígido. (A2 G3)

Outro participante, ao ser questionado sobre o interesse dos alunos pelas atividades que foram citadas como espaço de participação, pontuou que muitos alunos acabam participando das atividades, muito pelo fato de serem pontuados, não porque aquela atividade vai acrescentar algo em sua formação.

Eu acho que muitas vezes acaba ocorrendo um interesse muito mínimo, não sei se acaba sendo por falta de encorajamento ou por algo pessoal dos alunos, mas geralmente muitas das atividades que já foram citadas aqui, acabam sendo levadas em consideração muitas vezes no critério de pegar ponto de graça e acaba tendo uma participação muito pequena e o aluno apenas faz aquilo sem nem pensar no que ele fez ou se aquilo faz alguma diferença pra ele ou se ele se importa com aquilo. (A4 G3)

Essa fala pode revelar uma tentativa da escola em aumentar a participação dos estudantes, pois, conforme o aluno expôs, se não houver a pontuação muitos alunos não se interessam pelos projetos. Isso indica que o problema pode estar relacionado à forma como os projetos são estruturados e ao quanto eles atendem aos interesses e necessidades dos alunos. Se as atividades não são vistas como relevantes ou significativas pelos estudantes, a participação acaba sendo mecânica e superficial, o que compromete o objetivo de fomentar um protagonismo juvenil efetivo e a construção de uma gestão verdadeiramente democrática. A colocação da participante A2 G3 corrobora essa afirmação.

Também acho. Na questão do show de talentos teve muita gente que participou justamente para ganhar os dois pontos que falaram que iam ser dados. Mas eu acho que a gincana não é por causa dos pontos, porque tem muitas atividades legais que fazem você se juntar, pensar, escolher pessoas que realmente vão conseguir ganhar a gincana.

A aluna destaca que, quando a atividade é vista como relevante e "legal", ela desperta um maior engajamento dos estudantes, pois estimula a reflexão, a colaboração e o envolvimento de todos. Outro aluno corroborou a fala, trazendo a questão para o lado da flexibilidade nas regras: "Como a colega colocou sobre a gincana, eu acho que as pessoas gostam de participar quando é algo mais dinâmico,

algo que não tem muito a questão de regras, algo mais livre, os alunos se sentem mais motivados a participar (A 5 G3)". Essa fala retoma o que já foi pontuado pelo participante A2 G3 "...mas acho que o que tem é muito padrão e é muito rígido. (A2 G1)."

Outro ponto relevante trazido para a conversa pela participante A6 G3 foi a falta de perspectiva dos jovens como causa da apatia e desinteresse, segundo ela:

Eu acho que assim, igual o colega falou não só da questão de ponto, mas do próprio jovem ter uma visão mais cinza da realidade, ele vê que aquilo não vai mudar a vida dele, aí ele se sente mais desmotivado e aí fica sempre procurando algo que vai mudar de imediato, não tem paciência para participar, para esperar o processo.

Essa ponderação traz à tona o que já expusemos, a partir da reflexão dos autores Dayrell, Gomes e Leão (2010), ao afirmarem que, de maneira geral, os jovens não se veem como protagonistas capazes de influenciar sua realidade e as instituições que os cercam, o que indica uma certa descrença em formas tradicionais de engajamento político. De acordo com os autores:

Podemos inferir que os jovens, de uma maneira geral, não se percebem como atores, sujeitos de uma ação que possa interferir na sua realidade e nas instituições. Isso parece demonstrar certa descrença nas formas de engajamentos políticos mais tradicionais, falta de um conhecimento mais amplo sobre a vida política e a pouca experiência dos jovens em ações como essas. Mas também nos alerta para uma visão muito restrita das possibilidades de intervenção na sua realidade como atores, sujeitos e cidadãos. (DAYRELL, GOMES; LEÃO, 2010, p 241)

Essa observação levanta um alerta para a visão limitada que muitos jovens possuem sobre as possibilidades de intervenção em sua própria realidade. Para que o protagonismo juvenil se fortaleça, é fundamental que se amplie o entendimento e as oportunidades de participação, proporcionando aos jovens, experiências que os ajudem a perceber-se como cidadãos ativos e capazes de influenciar o contexto em que vivem.

Pelas análises dos três grupos focais, percebemos que, embora haja divergências, os alunos pontuaram que os projetos pedagógicos são os principais espaços de participação na instituição de ensino. No entanto, é necessário que esses projetos realmente atendam aos interesses e anseios dos discentes, garantindo que

ofereçam desafios, criatividade e oportunidades de interação e, principalmente, faz-se necessário ouvir os alunos no momento de elaboração desses projetos para que eles sejam flexíveis e dinâmicos.

Costa e Vieira (2006, p. 139) destacam a importância do protagonismo juvenil como uma via para o desenvolvimento da autonomia dos adolescentes e para a promoção de uma participação democrática mais efetiva. Os autores afirmam que eles “além de portadores de entusiasmo e de vitalidade para a ação, são dotados também de pensamento e palavra”. Ao reconhecer que os jovens não são apenas entusiasmados e cheios de vitalidade, mas também capazes de pensamento crítico e expressão, Costa e Vieira (2006) reforçam a ideia de que é essencial criar espaços nos quais os adolescentes possam exercer suas vozes e tomar parte ativa nos processos decisórios.

Ainda com o intuito de averiguar os espaços de participação, expusemos para as entrevistas individuais a mesma pergunta feita aos alunos nos grupos focais. Questionamos quais os espaços de participação existentes e se eles são efetivos, ou seja, se os alunos podem exercer o protagonismo dentro desses espaços. Ao contrário do que foi observado com os líderes de turma, todos os entrevistados (diretora, supervisora e professor referência) mencionaram os representantes de turma como o principal espaço onde os alunos podem participar ativamente e propor suas ideias durante as reuniões.

Em sua fala, a diretora deixou claro que as propostas levadas pelos líderes são analisadas e que a direção faz “aquilo que se pode”, o que corrobora a percepção dos alunos sobre os muitos obstáculos que enfrentam para implementar suas sugestões. Segundo a diretora:

Espaços de participação, têm os Representantes de turma, e aí têm reuniões, eles têm um plano de ação e é ali que eles participam da escola. Nessas reuniões, que são feitas em alguns momentos com a Superintendência em outros momentos só mesmo dentro da escola, instiga-se que esses alunos deem sua opinião, os palpites deles, as ideias pra gente tentar colocar em prática aquilo que se pode.

Um ponto interessante nessa fala é que o único espaço de participação citado pela gestora foi o Representante de Turma. Ela menciona que os alunos têm um plano de ação e participam de reuniões periódicas, algumas das quais ocorrem em parceria

com a Superintendência, enquanto outras são realizadas internamente. Durante esses encontros, segundo ela, os alunos são incentivados a expressar suas opiniões, sugestões e ideias, com o objetivo de que algumas delas sejam implementadas.

Embora a diretora reconheça a importância de ouvir e considerar as perspectivas dos alunos, a forma como descreve esse espaço de participação sugere que a influência dos estudantes no processo decisório ainda é limitada. O uso de expressões como "tentar colocar em prática aquilo que se pode" indica que, embora haja abertura para ouvir os estudantes, há uma série de restrições que podem limitar a efetiva implementação de suas propostas.

A supervisora, ao contrário da diretora, ao responder quais são os espaços de participação, citou vários, além dos Representantes de Turma, como reuniões de pais, o Colegiado, Conselhos de Classes e projetos pedagógicos e fez a seguinte observação em relação à participação dos alunos:

Eu acho que estamos caminhando para a melhoria, mas poderia ser melhor, a participação ainda é pouca. Eu acho que eles poderiam participar mais, acho que na maioria das vezes eles brincam muito, pensam muito na questão dos direitos, cobrar dos professores, mas não é uma participação, assim, de tratar realmente do protagonismo. Então, o que a escola faz, que estamos tentando fazer, igual amanhã tem esse show de talentos, é uma maneira de incentivar essa participação, esse protagonismo. Quando a gente faz uma reunião com os alunos, com os representantes de turma a gente discute a questão da festa junina, do JEMG, tudo que a gente tenta fazer na escola, esses projetos, realmente, é pra incentivar esse protagonismo aí. (SE2)

A supervisora, ao falar como se efetiva a participação nesses espaços, observou que os alunos frequentemente reivindicam seus direitos, mas não considera que essa busca se traduza em uma participação que se encaixe plenamente no conceito de protagonismo. Essa ponderação revela que, na concepção da supervisora, pelo fato de que os "alunos brincam muito", eles não podem "cobrar seus direitos".

A afirmação feita por ela vem de encontro ao que afirma Dayrell (2007, p. 1117) "o jovem tende a ser visto na perspectiva da falta, da incompletude, da irresponsabilidade, da desconfiança, o que torna ainda mais difícil para a escola perceber quem ele é de fato, o que pensa e é capaz de fazer". Ao reduzir a capacidade de participação dos alunos a um comportamento inadequado, a escola perde a

oportunidade de fomentar um protagonismo juvenil autêntico, que considera os jovens como sujeitos de direitos, capazes de pensamento crítico e de ações significativas. Para superar essa barreira, é necessário que a instituição repense sua abordagem, valorizando e promovendo o envolvimento dos alunos em processos decisórios, de modo que eles sejam percebidos não como indivíduos "incompletos", mas como agentes ativos e fundamentais na construção de uma comunidade escolar mais democrática.

Ao ser questionado sobre os espaços de participação, o professor referência também apresentou o Representante de turma e o conselho de classe como espaços de protagonismo para os discentes, mas ponderou “que por enquanto a participação ainda não é satisfatória”.

As respostas obtidas dos entrevistados revelam, como explanado pelos alunos, que a participação dos estudantes não é efetiva, pois quando questionam ou sugerem alguma ação, seus posicionamentos ou não são levados em consideração ou lhes é apresentado algum obstáculo para que seja colocado em prática. No entanto, a equipe gestora e a pedagógica dizem que incentivam o protagonismo e que ele ainda não é “satisfatório”, como afirma o professor referência.

Paro (2016) ressalta a importância de compreender a participação democrática na escola como um processo que precisa ser construído de forma coletiva e contínua, não ocorrendo de maneira espontânea ou natural. Segundo ele:

Diante de tudo isso, e tendo em conta que a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública (PARO, 2016, p. 57).

Para que essa participação se torne uma realidade efetiva, é essencial que existam mecanismos institucionais que não apenas permitam, mas também incentivem e facilitem o envolvimento ativo de todos os membros da comunidade escolar, especialmente dos alunos. Isso implica na criação de espaços, estruturas e práticas que promovam a colaboração e o protagonismo juvenil, assegurando que as vozes dos estudantes sejam ouvidas e consideradas no processo decisório.

A ausência de um grêmio estudantil foi ponto que nos chamou atenção ao buscarmos conhecer os espaços de participação dentro da escola e por isso

questionamos aos alunos nos grupos focais sobre o que eles conhecem desse órgão institucional, se sabem quais as suas funções e se a escola já propôs a eles a formação de um grêmio. As respostas dos dois grupos focais de líderes de turma foram bem semelhantes, como se observa nas seguintes falas:

A gente não tem conhecimento sobre o Grêmio Estudantil, por descaso da escola. Na verdade, esse ano era pra ter, vai ser feito, mas a direção ainda não passou os documentos, não sei se eles ainda não receberam, porque teve uma reunião com todos os líderes e vice-líderes de turma com um representante da SRE e ficou decidido que faríamos um grêmio para tentar montar nossa quadrilha aberta, como foi o combinado. A gente chamou a diretora porque teríamos que montar o grêmio, mas aí precisaria dos documentos, deve ter mais de dois meses, a gente ainda não recebeu retorno, quando a gente vai atrás não tem resposta, ou a resposta é que está aguardando os documentos e não passa a nossa cobrança adiante. (A2 G1)

A gente achou interessante a proposta, mas a direção ficou de ver o..., não sei se é regulamento que fala, mas como funciona realmente, porque acho que é algo bem mais sério, que o aluno tem que participar de reuniões escolares, muito mais responsabilidade que um líder de sala. Então já foi proposto, só que acho que falta um interesse também um pouquinho dos alunos, de saber como funciona, porque não sei quantas pessoas são, mas parece que é um grupo, acho que é chapa que fala, né? Então precisa do apoio da direção e interesse dos alunos também. (A4 G2)

Nas duas respostas, percebemos que os alunos têm pouco ou nenhum conhecimento sobre o grêmio estudantil e que tomaram ciência sobre poder constituí-lo através de uma reunião dos Representantes de Turma com a Superintendência de Ensino, como afirma a fala do participante A2 G1 “a escola nunca falou sobre isso. Só na reunião com a SRE que foi falado e até então estamos aguardando o retorno dos documentos.” Após saberem sobre a possibilidade de instituir o grêmio, os alunos demonstraram interesse, no entanto precisariam do apoio da gestão escolar para repassarem os documentos orientadores e legislações vigentes, mas, segundo eles, já estavam aguardando o retorno da direção há “dois meses”.

Essa análise revela que, como colocado pelo A2 G1, há um “descaso” da direção com um assunto que é tão importante para a efetivação da gestão democrática, conforme afirmam os autores Pavão e Carbello (2013, p.1388) “o Grêmio Estudantil é a instância colegiada que representa os alunos na gestão democrática.”

No grupo focal dos alunos que não são representantes de turma, ao serem questionados sobre o que conhecem a respeito do grêmio estudantil, foram unânimes

em afirmar que não tinham nenhum conhecimento sobre o assunto. Essa falta de informação e apoio pode dificultar a criação de um ambiente participativo e democrático na escola.

Martins e Dayrell (2013, p. 1274) afirmam que o Grêmio Estudantil é um espaço favorável para fomentar a “ampliação das relações pessoais, para o companheirismo, para ouvir e respeitar o outro em seus posicionamentos e opiniões”, já Costa e Vieira (2006, p.252-253) apresentam o grêmio estudantil como “caminho inovador no preparo das novas gerações para cidadania”, portanto é imprescindível que a escola coloque o assunto em pauta para que seus educandos tenham o conhecimento necessário para se organizarem e efetivarem a construção desse espaço de protagonismo juvenil.

Ao entrevistar a diretora sobre a formação do grêmio estudantil, ela relatou que a escola já tentou formar o grêmio, mas que os alunos não tinham o “perfil” e que, atualmente, os representantes de turmas estão demonstrando interesse em formar o grêmio, uma vez que estão mais engajados e informados sobre a importância desse órgão, como se observa em sua fala:

Então, agora com o representante de turma teve até aluno que está dentro desse grupo e que começou, justamente pelo protagonismo, eles começaram a olhar o grêmio com outros olhos, a ter interesse por, então eu acho que de fato, até o momento não tinha, porque eles não tinham tanto conhecimento da situação e agora com os representantes de turma, com as reuniões, tá meio que abrindo os olhos para tudo que eles têm e que podem ter na escola. A escola já tentou formar o grêmio, mas muitos dos alunos não tinham o perfil do grêmio e agora alguns estão interessados nisso por ter realmente o perfil pra isso.
(DE1)

A resposta da diretora revela um processo gradual de conscientização dos alunos em relação ao grêmio estudantil. Ela menciona que, com a introdução dos representantes de turma e as reuniões regulares, alguns alunos começaram a perceber o grêmio como uma oportunidade significativa de participação, mostrando maior interesse em se envolver. No entanto, a Diretora não indicou que a escola esteja oferecendo o suporte necessário para que os estudantes possam estruturar efetivamente o grêmio.

Percebe-se que o discurso da gestora está direcionado para a abertura da participação estudantil, porém a prática se distancia dessa realidade. Paro (2016, p.26) afirma que “a democracia só se efetiva por atos e relações que se dão no nível

da realidade concreta” e ressalta que se “quisermos caminhar para essa democratização, precisamos superar a atual situação que faz a democracia depender de concessões e criar mecanismos que construam um processo coerentemente democrático na escola.”

A afirmação de que "muitos dos alunos não tinham o perfil do grêmio" levanta uma questão importante sobre a visão da escola em relação ao protagonismo juvenil. Ao sugerir que apenas alguns alunos possuem o "perfil" adequado para participar do grêmio, pode-se inferir que existe uma ideia pré-definida do que seria o tipo ideal de participante, o que pode limitar a inclusão e a diversidade no engajamento estudantil.

Esse posicionamento vem de encontro ao que afirma Dayrell (2007) quando diz que o jovem é visto pela escola dentro de suas fragilidades, sendo considerado incapaz e incompleto. Essa perspectiva pode desestimular alunos que, mesmo desejando participar, não se enxergam dentro desse "perfil" pré-estabelecido pela gestora.

O professor referência, embora seja o responsável por acompanhar as reuniões dos representantes de Turma, ao ser questionado sobre o porquê da ausência do grêmio estudantil na escola, disse que não tinha conhecimento sobre o assunto, o que revela, como já citado na fala do participante A2 G1, que a escola não havia falado sobre o assunto, demonstrando não ser uma prioridade da escola auxiliar os alunos na criação de um grêmio estudantil.

A supervisora destacou que a falta de um grêmio ativo se deve à falta de preparo e maturidade dos alunos, que não compreendem totalmente as responsabilidades e direitos associados ao órgão. Ela também mencionou que a escola não possui conhecimento suficiente para orientar os alunos na formação do grêmio. Segundo a supervisora:

Então, nós até pensamos em montar aqui algumas vezes, mas eu acho que os alunos ainda não estão maduros o suficiente para montar o grêmio, porque o grêmio é uma coisa assim mais forte, né? Porque é uma coisa que tem a ver até com a administração da escola, que envolve a direção. Montar um grêmio tem que compor chapa, ter até tesoureiro e tem que ser uma coisa muito certa, eles têm que saber o que são direitos e deveres, bem conscientizados disso aí pra poder passar para essa parte. Até a gente não sabe bem o que é um grêmio estudantil para orientar nossos alunos. (SE2)

A partir dessa análise, percebe-se que, enquanto o interesse dos alunos em formar o grêmio estudantil está crescendo, a ausência de suporte institucional e a falta de preparação da escola são desafios significativos. Para que o grêmio possa ser efetivamente estabelecido é essencial que a escola ofereça o suporte adequado e desenvolva uma compreensão mais aprofundada sobre o funcionamento do grêmio estudantil, promovendo assim um ambiente no qual os alunos possam exercer plenamente sua participação e liderança.

Para continuarmos nossa análise sobre o protagonismo juvenil e a sua relação com a gestão democrática, procuramos entender como é o relacionamento dos educandos com a gestão e com a equipe pedagógica da escola e se os alunos se sentem ouvidos por eles, e novamente percebemos que há uma divergência de opinião entre os alunos participantes do grupo focal 1 e do grupo focal 2, ambos líderes de turma.

No GF1 os alunos expuseram ter bom relacionamento com a supervisão, conforme cita o participante A4 G1: “Acho que a relação dos líderes com as supervisoras é muito boa”, fala corroborada pelo participante A2 G1: “Porque, às vezes, a gente sempre quer um sim, mas, às vezes, a gente escuta um sim das supervisoras...”, no entanto os alunos não percebem a mesma relação positiva com a gestora, como demonstram as seguintes ponderações feitas pelo participante A4 G1: “Mas com a diretora não há tanta comunicação” e pelo aluno A2 G1: “e quando é com a direção (diretora e vice) a gente tem mais o não, sempre tem desculpas, a gente tem mais, como eu posso dizer...”, “barreiras” completou o participante A1 G1.

Essas falas revelam uma percepção de discrepância na comunicação e no nível de acessibilidade entre diferentes membros da equipe gestora da escola. Enquanto a supervisão é vista como mais aberta ao diálogo e receptiva às demandas dos alunos, a direção parece representar uma instância de maior dificuldade de comunicação e entendimento.

Embora alguns alunos tenham manifestado ter um bom relacionamento com a supervisora escolar, outros ressaltaram que apenas os líderes têm acesso facilitado a ela, enquanto os demais alunos enfrentam dificuldades. Como mencionou o Aluno A1 G1 sobre a relação dos alunos com a supervisão: “Eu acho que é boa com os líderes, já com os demais alunos não é muito ‘benta’, não.” Essa fala revela que enquanto a supervisora é vista de forma positiva pelos líderes, essa abertura parece não se estender a todos os estudantes, criando uma dinâmica em que apenas um grupo

específico tem voz ativa. Isso pode indicar uma limitação na gestão democrática da escola, uma vez que todos os alunos deveriam ter oportunidades iguais de expressar suas opiniões e preocupações.

No grupo focal 2, a visão dos alunos de forma geral é de boa relação com a gestão e com a supervisão, como expressa a participante A3 G2: "...eu acho também que a direção nos escuta, no meu caso, eles me escutam e tentam fazer as coisas que a gente propõe", fala corroborada pelo participante A4 G2: "Eu acho que tenho uma relação muito boa com todo mundo, com os colegas de sala e em relação à direção, eu consigo desenrolar com todo mundo ali. Se chego com alguma proposta, sempre sou ouvido, então acho que é uma boa relação".

No entanto, a aluna A5 G2 ressaltou que existe uma boa relação, mas questionou o fato de ser atendida em suas solicitações, segundo ela: "...é boa, em relação à supervisão, muitas vezes eles nos ouvem, prestam atenção, mas não resolvem o que a gente pede. Eu já procurei, não foi uma ou duas vezes não, foram muitas vezes, mas nada é feito."

Essa divergência de opiniões esteve presente também no grupo focal de não representantes de turma. Segundo o participante A2 G3: "muitas das vezes que eu precisei, eu fui atendida e ouvida pela direção", já o aluno A1 G3 diz que "...sim, geralmente, a gente é sempre ouvido sim, mas o que acontece é que a ideia que a gente propôs não é bem realizada, não é realizada por completo, ou às vezes melhora ela, é isso", dando a entender que as sugestões não são executadas da forma como ele propôs, tendo sempre alguma modificação no seu formato.

Outra aluna trouxe a seguinte percepção sobre como a direção e supervisão agem quando procuradas pelos alunos: "Eu vejo, às vezes, negligência deles, em algumas questões. Eles não tomam providências em relação a muitos problemas" afirma A6 G3. A percepção de "negligência", mencionada por A6 G3, aponta para uma falta de ação efetiva por parte da gestão em relação a certas questões, o que pode refletir uma dificuldade em lidar com demandas mais complexas ou sensíveis.

Essa diversidade de pontos de vista pode indicar a existência de barreiras institucionais ou pessoais que dificultam a construção de um ambiente verdadeiramente democrático e participativo na escola. O fato de os alunos do grupo focal 1 destacarem termos como "barreiras" e "desculpas" ao se referirem à interação com a direção sugere que a gestão não tem conseguido estabelecer uma relação de confiança mútua com os estudantes, o que pode limitar o protagonismo juvenil e

comprometer a participação efetiva deles nos processos de decisão da escola. A respeito dessa dificuldade de se estabelecer uma relação “horizontal”, Paro (2016) afirma que:

Dentre os condicionantes internos da participação na escola, os de ordem institucional são, sem dúvida nenhuma, de importância fundamental. Diante da tal organização formal da escola pública, podemos constatar o caráter hierárquico da distribuição da autoridade, que visa estabelecer relações verticais, de mando e submissão, em prejuízo de relações horizontais, favoráveis ao envolvimento democrático e participativo (PARO, 2016, p. 56).

A partir da afirmação de Paro (2016), percebemos que a estrutura hierárquica pode gerar um ambiente de controle e autoridade centralizada, onde decisões são tomadas de cima para baixo, limitando a autonomia e a capacidade de participação dos estudantes, professores e outros funcionários. Em vez de promover uma cultura de diálogo e cooperação, a hierarquia pode inibir a expressão de ideias, críticas e propostas, prejudicando o desenvolvimento do protagonismo juvenil e a construção de uma gestão mais inclusiva e participativa.

Na entrevista com a diretora, para entender sua percepção sobre o relacionamento dos alunos com a gestão escolar e com a equipe pedagógica e se eles são ouvidos em seus apelos e sugestões dentro do ambiente escolar, ela pontuou que:

Eu acho que de forma geral sim, os professores têm essa troca com os alunos, nós da direção, supervisão, eu acredito que de forma geral eles são ouvidos sim. Nem tudo que eles querem a gente consegue fazer, porque, às vezes, está até contra alguma Resolução ou algo do tipo, mas assim é sempre explicado o porquê do não. (DE1)

Essa fala revela uma perspectiva institucional que reforça a ideia de que existe um esforço para ouvir os alunos e manter uma comunicação aberta. Ela destaca que tanto a equipe pedagógica quanto a gestão estão dispostas a dialogar e a considerar as sugestões e apelos dos estudantes, mas que nem sempre é possível atender a todas as demandas. A justificativa para essas limitações muitas vezes está ligada a restrições legais, como resoluções ou normas que impedem a implementação de determinadas propostas. Sobre isso, Martins (2010, p.210) afirma que:

Se a necessidade de participação é o desejo que move o ator a praticar a ação, o sentido de sua participação num empreendimento coletivo pode ser altamente positivo. Se, ao contrário, a participação é delegada por normas, vigora a ausência do desejo como motor fundante da ação.

Conforme nos expõem Martins (2010), ao estabelecer obstáculos para a participação, dificultando a realização das ações propostas pelos alunos devido às legislações, resoluções ou outros impedimentos, a escola acaba gerando o desinteresse e a desmotivação dos discentes, que ao não serem ouvidos acabam não trazendo mais propostas para a gestão, gerando assim uma relação em que a direção realmente detém a palavra final, não considerando toda comunidade escolar nas tomadas de decisão.

Para muitos estudantes, ser ouvido pode ir além de receber uma explicação; trata-se de ver suas ideias efetivamente consideradas e implementadas, o que nem sempre parece ocorrer. Paro (2016, p.26) afirma que situações como essa precisam ser superadas para que a gestão democrática se efetive. Segundo ele, é imprescindível que a democracia não esteja atrelada a “concessões” para que se consiga promover a participação no ambiente escolar.

A supervisora escolar, quando questionada sobre como é o relacionamento dos alunos com a gestão e equipe pedagógica e se se eles são ouvidos, respondeu de forma bem sucinta e embora tenhamos buscado uma explicação mais completa, tentando desdobramentos nas perguntas para entendermos mais, o tom direto da resposta foi esse “Sim, uma relação transparente, tudo é analisado e eles sempre têm uma resposta” (SE2). Essa situação também ocorreu com o professor referência: “Os alunos têm uma boa relação, eles estabelecem um diálogo bacana” (PE3).

A ausência de um aprofundamento sobre como essas “respostas” são dadas, ou se elas realmente atendem às expectativas dos alunos, pode ser um indicativo de uma percepção restrita sobre o que significa ser ouvido, pois interligando as citações dos alunos com a dos servidores da escola fica claro que os alunos podem argumentar, no entanto suas falas não são consideradas nas tomadas de decisões.

Lück (2009, p. 83) afirma que manter aberto o diálogo e a comunicação é essencial para promover a gestão eficiente de pessoas. Segundo a autora, esses recursos “se constituem em elementos educacionais fundamentais para que uma equipe se constitua e se mantenha como tal e orientada por objetivos comuns de promoção da aprendizagem e desenvolvimento”.

Nesse sentido, para que a escola possa efetivamente promover o protagonismo juvenil e uma gestão participativa, é necessário que o diálogo seja mais do que uma formalidade. Deve haver uma escuta ativa e um compromisso com a integração das ideias dos alunos nas práticas e decisões escolares, criando um ambiente onde todos se sintam parte do processo educativo e contribuam para o desenvolvimento coletivo.

Para concluir nossa análise sobre a participação estudantil e sua influência na gestão democrática, examinaremos como o espaço dos representantes de turma tem contribuído para promover o protagonismo no ambiente escolar. Para isso, realizamos entrevistas com dois grupos focais de representantes de turma, um grupo focal de não representantes, além de entrevistas com a gestora, com a supervisora e com o professor referência. O objetivo foi obter uma visão abrangente sobre como esse programa está sendo percebido e praticado na escola.

Nos grupos focais com os líderes de turmas, apresentamos as seguintes questões que irão conduzir nossa reflexão: Por que você acha que foi escolhido como representante de turma? A escola explicou quais são as funções dos líderes de turma? Como tem sido sua atuação enquanto representante de turma?

Os Representantes de Turma, na sua maioria, já haviam exercido o papel em anos anteriores e relataram que foram escolhidos devido ao seu bom relacionamento com os colegas, comprometimento com os estudos e atitudes proativas. No entanto, alguns mencionaram terem sido selecionados por falta de outras opções. Em relação às suas responsabilidades, a maioria dos representantes indicou que não receberam orientações detalhadas sobre suas funções.

Eles afirmaram ter recebido apenas informações superficiais e buscaram, por conta própria, maior entendimento sobre suas atribuições, como afirma o participante A2 G1: “A eleição ocorreu em forma de votação em cada sala, foi explicado assim por alto quais as funções, mas ficamos de correr atrás e descobrir por nós mesmos.” Essa fala foi corroborada pela aluna A4 G1: “Pra ser sincera, não foi passada. A gente que já sabe mais ou menos que tem algumas obrigações e a gente vai atrás pra saber deles, mas, assim, os representantes de turmas não têm tantas coisas pra fazer, ao que eles demonstram”.

Alguns estudantes mencionaram atuar como mediadores em conflitos entre colegas e em situações de *bullying*, envolvendo a supervisão quando necessário, enquanto outros destacaram a tarefa de transmitir recados da supervisão e da direção. No entanto, poucos souberam definir, com clareza, quais são suas responsabilidades

específicas, embora considerem que estejam tendo boa atuação na função de líder da turma.

Entre as funções dos representantes de turma, de acordo com o documento orientador, está a criação de um plano de ação que propõe atividades e projetos com o intuito de melhorar a convivência no ambiente escolar, porém nenhum dos representantes de turma mencionou o plano de ação entre suas atribuições, demonstrando que essa função não está internalizada por eles.

No GF dos alunos que não são representantes de turmas procuramos entender se os colegas se sentem representados pelos seus pares e verificamos que houve divergência de opiniões, pois alguns manifestaram uma visão positiva sobre essa representação, no entanto outros expressaram a sensação de não serem devidamente representados. Relataram que, muitas vezes, percebem que os líderes falam em nome de si mesmos e não da turma como um todo, o que gera um sentimento de desconexão com as demandas apresentadas, como afirma a aluna A1 G3:

Eu acho que os líderes da minha turma são muito influenciáveis por outras pessoas. Então, às vezes, questões que a direção ou a supervisão já explicou que não pode ser feito, eles insistem muito, mesmo quando a gente sabe que realmente aquilo não é legal, mas eles continuam insistindo e a supervisão acaba indo na sala falar com todo mundo, a gente acaba “levando” por causa deles. Não são todos os líderes, mas os da nossa sala são muito influenciáveis. (A1 G3)

Essa fala revela que os líderes de turma não cumprem o papel fundamental do Representante de Turma, uma vez que ele não deve falar em seu nome, ele é o canal de comunicação para facilitar o acesso à direção e à supervisão escolar e deve levar a elas os anseios de seus pares para traçarem estratégias com o intuito de propor melhorias para o ambiente escolar, de forma que ele se torne mais acolhedor e inclusivo.

Nas entrevistas individuais, buscamos entender se o espaço Representante de turma é realmente um espaço propício para o protagonismo, quais as funções do representante de turma e se esse canal é aberto para comunicação. Notamos que os pontos de vistas da diretora, da supervisora e do professor referência são convergentes, pois todos trouxeram o Representante de Turma como o canal de comunicação entre os estudantes e a gestão escolar, com a função de levar as

demandas e sugestões dos colegas para a direção. O Professor Referência notou que, embora os representantes sejam ativos, ainda há espaço para um maior engajamento, como expõe quando questionado se o representante de turma é lugar de protagonismo e quais as funções que devem executar:

Sim, porque é um programa em que o jovem assume ali suas responsabilidades, ele se reúne com a turma, leva pra direção seus interesses, seus anseios (...) acontece esse diálogo entre os alunos e a direção, mas esse diálogo pode até ser ampliado, eles podem por exemplo participar, no início do ano letivo, da escolha dos projetos que a escola desenvolve. Eles escutam seus pares e levam para a reunião as propostas do que querem, falam sobre o que está dando certo e o que poderia melhorar. (PE3)

A fala do professor referência evidencia que, embora considere que os líderes de turma estejam sendo participativos, o protagonismo pode se estender, explicando que eles podem participar mais ativamente em outras atividades, como exemplo cita a elaboração dos projetos pedagógicos, que são elaborados no início do ano nas reuniões pedagógicas. Isso vem de encontro ao que já foi mencionado ao longo dessa análise, pois os alunos citaram os projetos propostos pela escola como espaço de participação, no entanto ressaltaram que nem todos despertam o interesse dos educandos ou que, às vezes, são rígidos demais, vêm prontos e não são possíveis de ajustes.

Lück (2009, p.71) afirma que “a participação constitui uma forma significativa de, ao promover maior aproximação entre os membros da escola, reduzir desigualdades entre eles.” Ao permitir que os alunos participem ativamente da concepção e adaptação de projetos, a escola pode não apenas incentivar o protagonismo juvenil, mas também construir uma cultura mais democrática e inclusiva, onde todos se sintam parte do processo educativo.

A supervisora destacou a importância do papel dos representantes de turma no contexto escolar, enfatizando que, ao compreenderem suas responsabilidades, os alunos têm a oportunidade de atuar de maneira mais efetiva em diversos setores da escola:

Sim, com certeza. Olha, a partir do momento que o aluno sabe realmente o que é ser representante de turma, ele pode atuar nos diversos setores da escola, inclusive perante à direção para levar os

problemas que ele percebe, para ter uma gestão mais democrática na escola. (SE2)

Essa afirmação ressalta que a participação ativa dos estudantes não se limita apenas a questões internas, mas também se estende ao relacionamento com a direção, permitindo que eles se tornem intermediários na comunicação de problemas e necessidades observados na comunidade escolar. Essa perspectiva é fundamental para promover uma gestão mais democrática e participativa, onde a voz dos alunos é valorizada e considerada nas tomadas de decisão.

Apesar de verificarmos nas falas dos entrevistados que eles consideram os Representantes de Turma como espaço para que os alunos exerçam o protagonismo e destacam as dimensões pedagógicas e administrativas como áreas de atuação, os representantes de turma não demonstraram essa mesma visão em relação às possibilidades de participação, mostrando conhecimento restrito sobre suas atribuições. Isso evidencia que a escola deve ampliar o debate sobre esse espaço, a fim de que os representantes de turma tomem ciência sobre as diversas possibilidades de participação e para que sejam de fato representantes de seus pares e possam ampliar o canal de comunicação com a gestão escolar.

3.2.4 Síntese da Análise de Pesquisa

A presente pesquisa teve como objetivo investigar as dificuldades na consolidação do protagonismo juvenil nas instâncias de participação da Escola Estadual Doutor João Pinto. A partir da análise realizada, foram identificados vários desafios que impactam a efetiva implementação e funcionamento dessas instâncias de participação estudantil.

No primeiro eixo temático, Protagonismo – Escola e Formação Social, observamos que o termo protagonismo recebeu, tanto dos alunos dos grupos focais quanto dos servidores entrevistados, definições mais vagas e, na maioria das vezes, atrelada a ser participativo no ambiente escolar, demonstrando a necessidade de se trabalhar mais efetivamente o significado da expressão “protagonismo juvenil” para que os discentes entendam o que é ser protagonista e como isso pode interferir na sua realidade.

Ainda nesse eixo temático, pudemos perceber que a implementação do Novo Ensino Médio, que traz entre seus objetivos o fomento ao protagonismo juvenil, tem enfrentado grandes dificuldades, entre elas um currículo que não atende aos anseios dos educandos e o despreparo dos professores para lecionar as novas disciplinas, conforme apontado pelos alunos nos grupos focais. Essa análise aponta a exigência de uma reflexão mais aprofundada dos currículos das disciplinas do NEM para que sejam adequadas à realidade dos educandos destacando, além da transmissão de conteúdos, a formação integral, conforme expresso na BNCC “[...] à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea” (BRASIL, 2018, p. 14).

Essas observações sobre o NEM não são o foco dessa pesquisa, que é o protagonismo juvenil, no entanto, ao tentarmos entender como a participação tem se efetivado nesse espaço, os alunos expuseram suas perspectivas sobre o currículo, sobre a redução da carga horária e sobre a falta de formação dos educadores. Portanto, não poderíamos deixar de explicitar essas ponderações, uma vez que revelam os anseios dos nossos alunos por uma educação de qualidade.

Dentre os achados da pesquisa em relação ao Novo Ensino Médio, observamos que a disciplina Projeto de Vida pode ser um caminho viável para o fomento do protagonismo juvenil, pois cria um espaço para o autoconhecimento e a definição de metas, permitindo que os alunos desenvolvam habilidades de planejamento e tomada de decisão. Além disso, essa abordagem pode fortalecer a confiança dos jovens em seu potencial de transformação, ajudando-os a enxergar suas capacidades e possibilidades de influenciar o próprio futuro e o ambiente ao seu redor.

No segundo eixo temático, Gestão Democrática e Participação Estudantil, as análises revelaram que há divergência nas opiniões dos estudantes em relação a conseguirem exercer o protagonismo e serem ouvidos pelos representantes da instituição. Essa situação revela uma lacuna entre a intenção de promover uma gestão democrática e a realidade vivenciada pelos alunos, que muitas vezes se sentem excluídos ou desmotivados. Por outro lado, os representantes da escola demonstraram buscar promover o protagonismo e dar voz aos alunos, embora em vários trechos de suas falas tenham usado expressões que evidenciam que existem

limites e restrições para que os alunos sejam atendidos em suas solicitações. Segundo Vieira:

Para que o protagonismo juvenil determinado pela participação do adolescente no ambiente escolar possa ocorrer, fazem-se necessários espaços de diálogos abertos para com os jovens dentro das instituições educacionais. Desse modo, urge a necessidade de uma mudança da instituição escolar no que diz respeito à abertura de diálogo com os jovens a partir da participação estudantil e da gestão democrática. (VIEIRA, 2023, p.81-82)

Assim, para que a participação estudantil se torne efetiva é essencial que a gestão escolar reavalie essas limitações e busque formas de superar os obstáculos existentes. Isso inclui criar um ambiente mais receptivo e flexível, onde as ideias dos alunos possam ser não apenas ouvidas, mas também integradas às decisões e práticas da escola, promovendo uma cultura de colaboração e inclusão.

Outro ponto observado foi uma falta de continuidade e estruturação no funcionamento do Grêmio Estudantil. Apesar de ser um espaço crucial para a promoção do protagonismo juvenil, o grêmio na escola está desativado desde 2019. Isso indica dificuldades na motivação e no engajamento dos estudantes, bem como possíveis falhas no suporte institucional para garantir a sustentabilidade das ações do grêmio, conforme revela a fala do aluno A3 G1 quando questionada sobre a escola já ter proposto aos alunos a formação do Grêmio Estudantil: “Conversou a respeito, mas não deu andamento.” Essa resposta revela que os alunos não recebem o suporte necessário da escola para conseguirem se organizar e constituir o grêmio, embora tenham manifestado interesse.

O Programa Representantes de Turma também enfrenta desafios relacionados à efetividade das reuniões, ao conhecimento das atribuições dos líderes de turma e à elaboração de planos de ação. Embora a iniciativa tenha sido implementada com o objetivo de fortalecer a gestão democrática e promover o protagonismo, foi observado que os alunos não têm ciência de suas atribuições e que o plano de ação, que é uma forma de os alunos atuarem ativamente no ambiente escolar, ainda não é internalizado por eles como uma forma de participar ativamente.

Outro ponto observado sobre o espaço Representante de Turma, no grupo focal de alunos que não são representantes de turma, é que alguns alunos não se sentem representados pelos colegas, dando a entender que não há comunicação do

líder com seus pares, como demonstra a seguinte resposta do participante A2 G3 para a pergunta “Você se sente representado pelo líder de turma?”: “Eles, às vezes, falam só por eles, não conversam e ouvem os alunos.” A falta de uma orientação consistente e de um acompanhamento mais próximo por parte do professor referência e do supervisor pedagógico pode ser um fator que contribui para esses desafios.

Em síntese, a pesquisa revela que, apesar de haver iniciativas e políticas voltadas para o fomento ao protagonismo juvenil na Escola Estadual Doutor João Pinto, a consolidação dessas ações ainda enfrenta diversos obstáculos. Portanto o Plano de Ação Educacional (PAE) que será traçado no próximo capítulo irá propor ações que visem minimizar os problemas identificados e fomentar o protagonismo dos discentes da escola em questão.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL - "PROTAGONISMO EM AÇÃO: FORTALECENDO A VOZ E A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA ESCOLA DOUTOR JOÃO PINTO"

A presente dissertação surgiu a partir da preocupação em entender como tem acontecido o protagonismo juvenil no âmbito da Escola Estadual Doutor João Pinto e identificar os espaços de participação hoje existentes. Para isso, apresentamos no segundo capítulo as políticas públicas de incentivo ao protagonismo juvenil no âmbito nacional, com destaque para a BNCC e para o Novo Ensino Médio, e no âmbito estadual, dando enfoque ao Programa de Convivência Democrática e ao Programa de Representantes de Turma e Conselho De Representantes de Turma.

No capítulo seguinte, buscamos, à luz do referencial teórico, compreender os eixos temáticos “Protagonismo Juvenil – Escola e Formação Social” e “Gestão Democrática e Participação Estudantil”, com o objetivo de, na análise de dados da pesquisa, verificar como o protagonismo juvenil está ocorrendo na escola E.E. Dr. João Pinto.

A partir dos achados da pesquisa, este capítulo tem o intuito de elaborar um Plano de Ação Educacional que visa aprimorar a participação estudantil na escola - "Protagonismo em Ação: Fortalecendo a Voz e a Participação Estudantil na Escola Doutor João Pinto".

De acordo com as análises realizadas, identificamos que o termo protagonismo recebeu definições vagas e muito atreladas à participação no ambiente escolar, percebemos também que Novo Ensino Médio, espaço propício ao protagonismo, tem apresentado desafios significativos a fim de atingir esse objetivo. Além disso, verificamos que os projetos escolares, apontados pelos alunos como lugar de participação, são engessados e pouco atrativos. O programa Representante de Turma não tem se mostrado efetivo para a participação, devido à ausência de informações e preparo dos líderes de turma por falta de suporte da escola.

Outro achado da pesquisa, muito relevante, foi a constatação de que o diálogo dentro da instituição não é eficaz. Devido à divergência de opiniões expressas, conclui-se que parte dos alunos não se sentem ouvidos pela gestão escolar, ou quando “ouvidos”, não se sentem atendidos. Por fim, averiguamos que a ausência do Grêmio Estudantil deve-se ao fato de que a escola não tem oferecido amparo para que os alunos possam constituir-lo.

Dessa forma, o PAE a ser traçado propõe ações que visem à formação dos alunos e da equipe pedagógica e à promoção de atividades de fomento ao protagonismo dos discentes, portanto, colocaremos o foco do PAE no espaço Representante de Turma, por ser um Programa que já está em curso na escola a fim de que, a partir dele, outros espaços de participação identificados possam ser ampliados e novos espaços, como o Grêmio Estudantil, possam ser criados.

O quadro 12 sintetiza os achados da pesquisa dentro de cada eixo temático e apresenta as ações, que serão propostas para fomentar a participação dos estudantes da E.E. Dr. João Pinto.

Quadro 12 - Dados da pesquisa e ações propostas por eixo temático

Eixo de Pesquisa	Dados da Pesquisa	Ações Propostas
Protagonismo – Escola e Formação Social	1. Alunos, equipes pedagógicas e gestora demonstraram a necessidade de aprofundamento sobre “Protagonismo Juvenil”.	1.1 Formação para as equipes pedagógica e gestora; 1.2 Promoção de rodas de conversa com os alunos sobre Protagonismo Juvenil através da disciplina Projeto de Vida; 1.3 Realização de oficinas de autoconhecimento e liderança para alunos.
Gestão Democrática e Participação Estudantil	1. O espaço Representante de Turma não está sendo totalmente efetivo, devido à falta de informações e de preparo dos líderes por carência de suporte da escola 2. Projetos Pedagógicos engessados e que despertam pouco interesse dos educandos 3. Dificuldade de diálogo aberto e efetivo entre alunos e gestão escolar 4. Ausência do Grêmio Estudantil e falta de apoio da escola para sua formação.	1.1 Formação com os Representantes de Turmas; 1.2 Incentivo para realização das reuniões mensais e elaboração do plano de ação; 1.3 Acompanhamento do plano de ação. 2.1 Participação dos Representantes de Turmas na elaboração dos Projetos Pedagógicos. 3.1 Promoção de rodas de conversa envolvendo a gestão escolar, supervisão e representantes de turma. 4.1 Formação das equipes gestora e pedagógica sobre Gestão Democrática e Participação Estudantil; 4.2 Promoção de rodas de conversa com os alunos em todas as disciplinas do Ensino Médio sobre a importância do Grêmio Estudantil e suas atribuições; 4.3 Formação de um grupo organizador para liderar o processo de criação do Grêmio Estudantil.

Elaborado pela autora (2024)

Portanto, com o intuito de minimizar os problemas identificados e fomentar a participação estudantil, no âmbito da escola pesquisada, será elaborado um Plano de Ação Educacional com ações para cada eixo analisado. Nas subseções seguintes, detalharemos cada uma das ações que compõem o PAE.

As ações elaboradas para o PAE foram propostas de acordo com a ferramenta 5W2H, que, conforme Paula (2015), tem a função de especificar o que será feito (What), por que (Why), onde (Where), quem irá fazer (Who), quando será feito (When), como (How) e quanto custará (How much) cada ação dentro do plano de ação.

4.1 AÇÃO PROPOSITIVA PARA O EIXO PROTAGONISMO – ESCOLA E FORMAÇÃO SOCIAL

Nas análises de pesquisa relacionada ao eixo “Protagonismo – Escola e Formação Social, verificamos que o termo “protagonismo” foi conceituado, pela maioria dos alunos, de maneira bem vaga e relacionado a ser participativo dentro do ambiente escolar. Quando entrevistamos a gestora, a supervisora e o professor referência, eles associaram o termo protagonismo a ter iniciativa, ser autônomo, no entanto, percebemos que os educadores em questão não enxergam os jovens em sua capacidade de tomar decisões, considerando-os imaturos e incompletos.

Por isso, para conseguir que a expressão “protagonismo juvenil” seja assimilada por todos os envolvidos no processo de educação, proporemos ações de conscientização sobre o tema, a fim de que tanto os alunos quanto os educadores possam reconhecer e valorizar o papel ativo dos jovens na construção do ambiente escolar.

A proposta é desenvolver rodas de conversa e oficinas que incentivem os estudantes a exercer sua autonomia e seu poder de decisão. Além disso, será realizada uma formação para os educadores, com o objetivo de capacitá-los a apoiar e estimular o protagonismo juvenil, enxergando os alunos como sujeitos capazes de colaborar na resolução de problemas e na tomada de decisões no ambiente escolar. Dessa forma, espera-se criar um ambiente educacional mais democrático e inclusivo, no qual os jovens se sintam valorizados e motivados a participar ativamente da vida escolar e da sociedade.

Quadro 13 - Ações propostas para o eixo “Protagonismo – Escola e Formação Social - Apropriação e fomento do “Protagonismo Juvenil”

What O que? (Ação)	Why Por que? (Objetivo)	Where Onde? (Local)	Who Quem irá fazer? (Responsáveis)	When Quando? (Período)	How Como? (Métodos)	How Much Quanto custará? (Custos)
Formação para equipes gestora e pedagógica sobre “Protagonismo Juvenil”	Essa ação tem o intuito de conscientizar os educadores sobre o que é protagonismo juvenil e sua importância para a formação dos educandos, para que se tornem, dentro da instituição, fomentadores desse processo.	No laboratório de informática, no refeitório ou em outros ambientes de acordo com a necessidade	Supervisor Analista da SRE responsável pelo Programa Representante de Turma e Professor Referência	Fevereiro na reunião de planejamento e no decorrer do ano, nas reuniões de módulo II	Encontro presencial com realização de palestra para conscientização sobre o tema e rodas de conversa para debates e elaboração de estratégias para fomentar o protagonismo. Utilizar as reuniões de módulo II, mensalmente, para dar continuidade a formação sobre o que é protagonismo juvenil, através de debates da realidade dos educandos da escola.	Material multimídia - sem custos, Pastas, impressões e canetas – R\$500,0
Promoção de rodas de conversa e oficinas com os alunos sobre “Protagonismo Juvenil”	Essas conversas e oficinas têm como objetivo incentivar os alunos a refletirem sobre o que significa ser protagonista, destacando a importância de terem voz, iniciativa e responsabilidade em suas ações e decisões estreitando a relação com a gestão escolar.	Salas de aula, refeitório e áreas externas (jardim, quadra e gramado)	Professores da disciplina Projeto de Vida	Fevereiro e março	Organização de materiais para reflexão e debate durante as aulas. Oficinas com proposições de situações problemas para que os alunos criem soluções baseadas em liderança e valores pessoais. Feedback dos alunos e escuta de propostas para o fomento ao protagonismo no ambiente escolar.	Materiais multimídia – não há custos. Impressão de materiais, papéis, pastas e canetas – R\$ 1.000,00

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

O primeiro momento do PAE terá como objetivo a apropriação da expressão “protagonismo juvenil” e seu fomento na escola pesquisada. Para isso, serão desenvolvidas ações de conscientização e promoção ao protagonismo juvenil, tanto para os educadores quanto para os estudantes.

A formação para todos os educadores, equipe gestora, supervisores e professores, será realizada em parceria com a SRE, através de palestra e rodas de conversa na reunião de planejamento do início do ano letivo, ministradas pelo Supervisor Analista responsável pela coordenação regional do Programa Representantes de Turmas, com a finalidade de conscientizar e preparar os educadores para a promoção da participação estudantil no ambiente escolar.

A fim de que essa ação tenha continuidade, ao longo do ano, nas reuniões de módulo II, serão realizados debates sobre como tem se efetivado o protagonismo dos educandos da escola, a partir de situações concretas do cotidiano escolar, para que toda equipe escolar entenda como fomentar a participação efetiva dos discentes, oportunizando a fala e a escuta, a fim de que eles se tornem mais autônomos e capazes de conduzir seu percurso escolar.

Para engajar os alunos, serão incluídas rodas de conversa e oficinas na disciplina Projeto de Vida, com foco no protagonismo juvenil. Essas rodas de conversa e oficinas criarão um espaço de diálogo e reflexão para que os estudantes possam discutir temas relacionados à liderança, autonomia e participação ativa na escola e na comunidade. Essas atividades serão desenvolvidas nos meses de fevereiro e março, para que, ao longo do ano, os alunos possam colocar em prática os conceitos assimilados, promovendo maior participação nas atividades escolares e na comunidade.

A disciplina Projeto de Vida já é um momento voltado para o autoconhecimento e planejamento pessoal dos alunos e a introdução de discussões sobre protagonismo permitirá que eles compreendam a importância de serem agentes de transformação no seu próprio processo de aprendizagem e na construção de seu projeto de vida. Segundo Weller (2014, p. 141):

Não existem receitas prontas para a atuação da escola junto aos jovens para a construção de projetos de longo prazo. Mas um olhar mais atento às biografias desses jovens e às demandas que são trazidas para a escola permitirá que cada instituição de ensino possa incluir ações que contribuam no sentido de ampliar as possibilidades,

não só de construção, mas também de viabilização de projetos de vida.

Em suma, o primeiro momento do Plano de Ação Educacional (PAE) representa uma etapa fundamental para a promoção do protagonismo juvenil na Escola Estadual Doutor João Pinto, destacando a importância de ações integradas, voltadas tanto para educadores quanto para alunos. As formações para os docentes, acompanhadas por palestras e rodas de conversa, proporcionarão um ambiente propício para que os educadores se tornem facilitadores na construção de uma cultura escolar que valorize a participação ativa dos estudantes.

Além disso, as rodas de conversa e oficinas na disciplina Projeto de Vida não só estimularão o diálogo e a reflexão sobre liderança e autonomia, mas permitirão também que os alunos compreendam seu papel como agentes de transformação em suas próprias vidas e na comunidade escolar.

Os custos das ações descritas, conforme valor especificado no quadro 13, serão efetuados com recurso de Manutenção e Custeio e também com o recurso do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, de acordo com o planejamento do Colegiado Escolar, após análise e aprovação do PAE, na reunião de encerramento do ano letivo, uma vez que a escola precisa organizar seus gastos para o ano seguinte.

Em última análise, o plano de ação propõe uma visão de educação, em que todos os envolvidos – alunos, professores e a comunidade – participem ativamente do processo de aprendizagem, promovendo uma cultura de colaboração e respeito mútuo que é fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes e fomento do protagonismo juvenil

4.2 AÇÃO PROPOSITIVA PARA O EIXO GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL

Nesta subseção, apresentaremos as ações do Plano de Ação Educacional - "Protagonismo em Ação: Fortalecendo a Voz e a Participação Estudantil na Escola Doutor João Pinto" construído com base nos achados da pesquisa relacionados ao eixo “Gestão Democrática e Participação Estudantil”, explicitados no quadro 12, que demonstraram a dificuldade de efetivação de uma gestão democrática, uma vez que encontramos divergências de opiniões entre alunos e educadores, quando buscamos

entender quais são os espaços de participação existentes na instituição e se eles são efetivos.

O espaço Representantes de turma foi apontado por todos os educadores como um dos espaços mais efetivos para a participação estudantil, contudo, nenhum dos líderes de turma, representantes desse programa, citaram esse programa como propício ao protagonismo, devido ao fato de desconhecerem exatamente suas atribuições enquanto representantes de turma. Outro fato relevante foi a constatação de que os demais alunos, nem sempre se sentem representados pelos líderes. Isso demonstra que o espaço Representante de Turma precisa ser ressignificado para que a participação estudantil seja efetiva.

Os projetos escolares foram citados, nos três grupos focais de alunos, como principais instâncias de participação na escola pesquisada. No entanto, eles ressaltaram que, muitas vezes, os projetos são engessados, ou seja, já chegam prontos para execução, não permitindo que os discentes possam dar sugestões em sua elaboração ou propor alterações nas ações propostas. Pontuaram também que vários projetos não despertam interesse dos alunos, que acabam participando pelo fato de serem “recompensados” com pontuação. Isso demonstra uma necessidade de ajuste no momento de elaboração desses projetos, permitindo a participação ativa dos educandos nesse processo.

Outra divergência, apontada pela pesquisa, foi em relação ao fato de que a gestão e a equipe pedagógica da escola consideram-se abertos ao diálogo, mas essa não é a percepção de todos os alunos dos grupos focais. Alguns alunos disseram ter um bom relacionamento com a gestão escolar e sentirem-se ouvidos, no entanto, outros revelaram não ter esse mesmo acesso, pois não se sentem ouvidos, ou quando “ouvidos” não são atendidos, recebem sempre justificativas e obstáculos para a implementação das propostas que são levadas à direção.

O último ponto a ser considerado na pesquisa para a elaboração do PAE, foi a constatação de que a ausência de um grêmio estudantil, na E.E.Dr. João Pinto, deve-se ao despreparo e falta de apoio dos educadores da instituição. Durante a realização dos grupos focais, os alunos revelaram pouco ou nenhum conhecimento sobre o grêmio e relataram que estavam aguardando respostas e orientação da direção. Segundo eles, só tomaram conhecimento sobre a possibilidade de se constituir o grêmio em uma reunião dos Representantes de Turma com o Analista Educacional da SRE e, a partir desse momento, buscaram ajuda da escola, mas não obtiveram

retorno. Os próprios servidores da escola, durante a entrevista ressaltaram não ter conhecimento aprofundado sobre o grêmio.

No capítulo 2, apresentamos que a escola teve um grêmio em atividade no período de 2012 a 2019 e, pelas análises realizadas nas atas de reuniões desse órgão, evidenciamos que as ações se mostravam efetivas e destacava o protagonismo de seus membros. Isso revela que a possibilidade de se constituir o grêmio estudantil na E.E. Dr. João Pinto pode ampliar as oportunidades de protagonismo juvenil e possibilitar a efetivação de uma gestão democrática.

4.2.1 Resignificação do espaço Representantes de Turma

Com o intuito de ressignificar o espaço Representantes de Turma, elaboramos um plano de ação dentro do projeto "Protagonismo em Ação: Fortalecendo a Voz e a Participação Estudantil na Escola Doutor João Pinto" com a finalidade de consolidar a relação dos líderes de turma com a gestão escolar e também com seus pares, para ajudar na efetivação da gestão democrática. O quadro 14 traz o detalhamento dessas ações.

Quadro 14 - Ações propositivas para o eixo “Gestão Democrática e Participação Estudantil – Resignificação do espaço Representantes de Turma

What O que? (Ação)	Why Por que? (Objetivo)	Where Onde? (Local)	Who Quem irá fazer? (Responsáveis)	When Quando? (Período)	How Como? (Métodos)	How Much Quanto custará? (Custos)
Formação com os Representantes de Turmas	Essa ação visa à conscientização dos líderes de turma sobre quais são suas funções enquanto representantes de seus pares.	Sala de aula, Laboratório de informática e biblioteca escolar	Supervisão, Professor Referência e líderes de turma	Fevereiro (No momento em que chegar o Documento Orientador do Programa para a realização da eleição dos líderes de turma)	Realização de estudos do Documento Orientador do Programa e rodas de conversa sobre as possibilidades de atuação dos líderes dentro da escola e a importância de estarem em constante diálogo com os colegas de turma.	Equipamentos multimídia – sem custos. Impressão de materiais – R\$ 300,00
Incentivo para realização das reuniões mensais e elaboração do plano de ação	Essa ação visa garantir a efetividade e continuidade das ações propostas ao longo do ano.	Laboratório de informática e biblioteca escolar	Professor Referência e líderes de turma	Reuniões mensais- março a dezembro	O professor Referência e os representantes de turma elaborarão um cronograma com as datas das reuniões mensais para que os representantes possam construir o plano de ação 2025 e ajustar as ações, se necessário, ao longo do ano.	Equipamentos multimídia – sem custos. Materiais necessários para execução do Plano de Ação – R\$ 5.000,00
Acompanhamento do plano de ação	Essa ação permite garantir que os objetivos estabelecidos sejam alcançados de forma eficaz e que possíveis desafios sejam identificados e solucionados.	Biblioteca escolar	Supervisor, Professor referência e líderes de turma	Abril a dezembro (de 2 em 2 meses)	Realização de reuniões a cada dois meses para identificar os avanços das ações propostas, os possíveis desafios e poder traçar meios de solucioná-los.	Materiais de papelaria disponíveis na escola - não há custos.

Fonte – Elaborado pela autora (2024)

O Programa Representante de turma, criado em 2017 pela SEE/MG, surgiu com o intuito de fomentar o protagonismo juvenil nas escolas estaduais de Minas Gerais. Nesse contexto, o Anexo 2 do Ofício Circular SB/SEM/Djuv nº 37/2017 (MINAS GERAIS, 2017a) ressalta a importância desse espaço para desenvolver a autonomia dos estudantes, para identificar problemas no ambiente escolar e propor um plano de ação que vise melhorar esse ambiente, através de atividades que despertem o interesse e participação dos alunos. O documento ressalta também a importância do Professor Referência como motivador e mediador dos representantes, sendo o canal direto entre aluno e gestão escolar e aponta a necessidade de monitoramento das ações por parte do supervisor escolar.

O Documento Orientador do Programa é atualizado a cada ano de acordo com as legislações que o amparam, mas seus fundamentos continuam baseados na promoção do protagonismo juvenil, tendo como principal alteração o cronograma de ações a serem realizadas ao longo do ano letivo. Portanto, as ações propostas para a ressignificação do Programa Representante de Turma terão como principal objetivo capacitar os líderes de turmas, para que, cientes de suas atribuições, possam exercer e promover o protagonismo na escola.

As três ações propostas serão, respectivamente, de conscientização, elaboração / execução e acompanhamento, próprias de um plano de ação, a fim de garantir sua efetividade. Na primeira ação, o papel dos educadores será muito importante, uma vez que deverão promover a formação dos líderes de turma, para que entendam quais são as suas atribuições e juntos possam definir sua atuação na escola, de forma a estarem mais próximos da gestão escolar, representando seus pares nas tomadas de decisões.

A segunda ação garante a efetividade do espaço Representante de Turma, uma vez que o professor referência terá o papel de motivar os líderes e juntos possam organizar um cronograma de reuniões mensais para a construção do plano de ação, que visa propor atividades que ajudem a melhorar o ambiente escolar. A última ação será o acompanhamento bimestral das atividades, realizado pelos líderes, pelo professor referência e pelo supervisor, com o objetivo de avaliar o andamento das ações, verificar sua eficácia e identificar possíveis falhas para realizar os ajustes necessários.

Vale ressaltar que o professor referência é o motivador e mediador desse processo, mas não o condutor, uma vez que os alunos devem desenvolver a

autonomia, conforme afirmam Costa e Vieira: “não se trata de os adultos introduzirem nos jovens o que querem que eles pensem, digam e façam. Pelo contrário, os pensamentos, as palavras e principalmente, as ações devem nascer dos adolescentes” (2006, p. 301).

4.2.2 Elaboração de Projetos Pedagógicos

Os Projetos Pedagógicos foram mencionados em todos os grupos focais como um espaço potencial para promover a participação estudantil. No entanto, foram identificados aspectos negativos que comprometem a efetividade desse espaço, como a ausência de atividades mais dinâmicas, interativas e flexíveis. Essa lacuna sugere que os alunos sentem a necessidade de maior envolvimento no processo de criação e planejamento dos projetos, em vez de serem restritos apenas à execução das propostas previamente definidas pela equipe docente.

Com base nos dados levantados, que indicam a insatisfação dos alunos em relação ao modelo atual dos Projetos Pedagógicos na escola E.E. Dr. João Pinto, propusemos no Plano de Ação Educacional (PAE) um conjunto de estratégias voltadas à ampliação do protagonismo estudantil. Essas ações visam promover uma maior participação dos estudantes desde a etapa inicial de concepção dos projetos, criando um ambiente mais colaborativo, democrático e alinhado às expectativas e interesses do corpo discente. Segue o quadro com detalhamento das ações:

Quadro 15 - Ações propositivas para o eixo de pesquisa “Gestão Democrática e Participação Estudantil - Elaboração dos Projetos

Pedagógicos

What O que? (Ação)	Why Por que? (Objetivo)	Where Onde? (Local)	Who Quem irá fazer? (Responsáveis)	When Quando? (Período)	How Como? (Métodos)	How Much Quanto custará? (Custos)
Elaboração dos Projetos Pedagógicos Interdisciplinares com a participação de Representantes de turmas	Essa ação busca desenvolver o protagonismo juvenil, estimular o trabalho em equipe e criar atividades que sejam mais significativas e alinhadas às necessidades e aos interesses dos estudantes, enriquecendo o aprendizado e fortalecendo a conexão entre diferentes disciplinas.	No refeitório da escola	Gestão, supervisão, professores e representantes de turma	Fevereiro – na reunião de planejamento Março - na reunião de módulo II Abril – Conselho de Classe Julho – Conselho de Classe Setembro – Conselho de Classe Dezembro – Conselho de Classe	Analisar os projetos do ano anterior para definir quais obtiveram êxito e quais não despertaram o interesse dos alunos; Propor alterações nos projetos selecionados; Levantar os temas de interesse dos alunos para criação de novos projetos; Redigir os novos projetos; Avaliar nas reuniões de Conselho de Classe a execução e efetivação dos projetos desenvolvidos.	Impressão de materiais, pastas, folhas A4, lápis, caneta e borracha – R\$ 500,00

Fonte – Elaborado pela autora (2024)

Os projetos pedagógicos interdisciplinares surgiram, por diversas vezes nas respostas dos alunos, nos três grupos focais, como espaço de participação estudantil, demonstrando ser esse, na visão deles, o ambiente mais efetivo para o protagonismo dentro da E.E.Dr. João Pinto, mesmo apresentando falhas para sua consolidação. Sobre essa oportunidade de participação, Zibas e Ferreti (2006, p.56) afirmam que “a abertura do espaço pedagógico para as iniciativas e participação dos jovens, por meio de uma pedagogia ativa (e, portanto, de “projetos”), é um recurso importante para o desenvolvimento do protagonismo”.

Por isso, com o intuito de fortalecer esse espaço, elaboramos uma ação específica no PAE, que visa garantir aos alunos a participação ativa nos projetos escolares, não só na etapa de execução, como ponderado pelos alunos em seus relatos, mas também no momento de elaboração e acompanhamento / avaliação da realização.

Para isso, os representantes de turma serão convidados a participar da reunião de planejamento do início do ano letivo, que será o primeiro momento, com o intuito de analisarem, junto a toda equipe pedagógica, os projetos desenvolvidos no ano anterior, verificando pontos positivos e negativos para decidirem quais devem permanecer e o ajustes necessários. Em seguida, serão levantados os temas de interesse dos alunos para proposição de novos projetos. A próxima etapa acontecerá na reunião de módulo II, em março, quando a supervisora apresentará os projetos finalizados para ajustes e aprovação de todos. A última ação proposta será o monitoramento, que ocorrerá nos Conselhos de Classe, com o objetivo de permitir que a gestão, a supervisão, os professores e os representantes de turma verifiquem a efetividade dos projetos e a necessidade de adequação das ações.

Ao envolver os representantes de turma em cada etapa — desde o planejamento até a avaliação dos projetos pedagógicos interdisciplinares — busca-se não apenas garantir que suas ideias e interesses sejam contemplados, mas também desenvolver habilidades de liderança, colaboração e senso crítico. Dessa forma, o PAE pretende ajudar a escola a construir um espaço mais participativo e inclusivo, onde os estudantes se sintam corresponsáveis pelo sucesso das iniciativas e motivados a contribuir ativamente para a melhoria do ambiente escolar e para sua própria formação.

4.2.3 Promoção da melhoria do diálogo entre gestão e alunos

Para a promoção de uma gestão efetivamente democrática, conforme apontado no referencial teórico, é essencial que o diálogo se estabeleça de forma contínua e aberta entre todos os membros da comunidade escolar. Esse modelo de gestão demanda a participação ativa de alunos, professores, famílias e demais atores envolvidos no processo educacional, de modo a garantir que as decisões sejam construídas de forma coletiva. Ao evitar que o gestor concentre a palavra final em todos os processos decisórios, reduz-se o risco de práticas autoritárias que podem desconsiderar as vozes e as contribuições de outros membros da escola, como afirma Paro (2016).

No entanto, durante a realização dos grupos focais, emergiu a percepção de que nem todos os alunos se sentem ouvidos pela gestão ou pela supervisão. Tal fato evidencia uma lacuna significativa no processo de comunicação interna, limitando o potencial de uma gestão verdadeiramente participativa e democrática. Esse cenário revela que, mesmo com espaços destinados ao diálogo, como conselhos escolares ou reuniões pedagógicas, a escuta ativa e a valorização das opiniões dos alunos ainda são insuficientes, reforçando a necessidade de implementar mecanismos que promovam a inclusão efetiva de todos os segmentos no debate e na construção das decisões escolares.

Diante da constatação de um diálogo ineficaz na E.E. Dr. João Pinto e tendo como principal objetivo nessa dissertação o Protagonismo Juvenil, trouxemos, nesta subseção, ações dentro do projeto "Protagonismo em Ação: Fortalecendo a Voz e a Participação Estudantil na Escola Doutor João Pinto" que visam à promoção de um diálogo aberto e eficiente entre alunos e escola, a fim de fortalecer a gestão democrática.

Quadro 16 - Ações propositivas para o eixo de pesquisa “Gestão Democrática e Participação Estudantil - Promoção da melhoria do diálogo entre Gestão e alunos

What O que? (Ação)	Why Por que? (Objetivo)	Where Onde? (Local)	Who Quem irá fazer? (Responsáveis)	When Quando? (Período)	How Como? (Métodos)	How Much Quanto custará? (Custos)
Promoção de rodas de conversa envolvendo a gestão escolar, supervisão, professores e representantes de turma.	Essa ação busca promover um espaço de diálogo aberto e colaborativo entre a gestão escolar, supervisão e representantes de turma, visando fortalecer a comunicação, identificar necessidades e desafios, e construir soluções coletivas que contribuam para a melhoria do ambiente escolar.	Biblioteca e refeitório da escola	Gestão, supervisão, professor referência e representantes de turma	Fevereiro a dezembro	Elaborar um cronograma com reuniões mensais; Definir pautas para as reuniões; Facilitar a comunicação de todos nas reuniões, Anotar os pontos levantados como forma de traçar estratégias; Avaliar o andamento das sugestões relatadas em cada reunião, reforçando o compromisso com a participação ativa dos estudantes.	Equipamentos de multimídia e material de papelaria disponível na escola – não terá custo

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A promoção de um diálogo efetivo na escola é fundamental para a consolidação da gestão democrática, como destaca Lück (2009). Nesse sentido, essa ação do Plano de Ação Educacional tem como objetivo fortalecer e assegurar uma comunicação aberta e eficaz entre a gestão e os estudantes. Para isso, serão realizadas rodas de conversa ao longo do ano, seguindo um cronograma elaborado pela supervisão e acordado com todos os participantes.

Durante as reuniões, serão discutidos problemas e temas relevantes, que servirão de base para a construção das pautas dos encontros. O registro em ata das sugestões e ações propostas será uma parte essencial do processo, pois permitirá que todos acompanhem o andamento das medidas acordadas, garantindo a transparência e a efetividade dessa iniciativa.

A partir dessa ação, o PAE busca transformar a percepção dos alunos em relação à gestão escolar, promovendo uma mudança de postura que vai além de simplesmente "ouvir" as sugestões dos estudantes. Conforme os achados da pesquisa, houve uma sensação de frustração entre os alunos pela falta de acolhimento real das suas propostas, muitas vezes justificadas por razões que impediam sua implementação, fazendo com que os alunos se sintam desmotivados e conseqüentemente diminuindo o protagonismo juvenil, demonstrando a necessidade de se transformar essa realidade.

De acordo com Martins (2002), a promoção da autonomia contribui para diminuir as divergências que existem nos relacionamentos sociais: "a divisão entre o trabalho intelectual e manual; a cisão entre quem decide e quem executa; a separação entre dirigentes e dirigidos, enfim, indica uma nova distribuição de poder" (MARTINS, 2002, p. 220). Com a estrutura das rodas de conversa, a intenção é criar um ambiente no qual as ideias e preocupações dos alunos sejam não apenas "ouvidas", mas também discutidas de forma transparente e, efetivamente, consideradas no planejamento e nas tomadas de decisões da escola. Dessa forma, espera-se construir uma relação mais colaborativa e democrática, onde todos se sintam parte ativa do processo de melhoria do ambiente escolar.

4.2.4 Criação do Grêmio Estudantil

A ausência de um grêmio estudantil na escola pesquisada revelou-se um ponto crucial entre os achados da pesquisa, destacando-se como uma lacuna significativa

na estrutura participativa da instituição. Esse espaço, reconhecido historicamente como essencial para a promoção da autonomia dos jovens, desempenha um papel central na construção de uma gestão democrática, pois possibilita que os estudantes sejam protagonistas na formulação e execução de iniciativas voltadas ao fortalecimento do ambiente escolar. Sem esse instrumento de organização, os alunos perdem uma oportunidade valiosa de se engajar ativamente nos processos de decisão, na defesa de seus interesses e na mobilização em prol de melhorias para a escola.

A análise das atas do período em que o grêmio esteve ativo na instituição reforça sua importância, evidenciando que as ações propostas por essa entidade não só beneficiaram a escola como também impactaram positivamente a comunidade escolar de maneira geral. As iniciativas do grêmio incluíam projetos voltados para a melhoria da qualidade da educação, para a valorização da cultura, para o incentivo à convivência saudável e para a promoção do bem-estar coletivo. Esses dados demonstram que a presença do grêmio funcionava como um canal essencial para articular as demandas estudantis e estimular a responsabilidade social e cidadã dos jovens.

Além disso, a ausência do grêmio limita a formação dos alunos em aspectos como liderança, trabalho em equipe, senso crítico e participação cidadã, que são habilidades fundamentais para o exercício pleno da democracia.

Com o objetivo de ampliar os espaços de participação estudantil e consolidar a gestão democrática na E.E.Dr. João Pinto, apresentamos como última ação a ser desenvolvida no projeto "Protagonismo em Ação: Fortalecendo a Voz e a Participação Estudantil na Escola Doutor João Pinto" atividades voltadas para a conscientização sobre o Grêmio Estudantil e sua constituição, como forma de promover o protagonismo juvenil. Segue o quadro com as etapas para a formação do Grêmio.

Quadro 17 - Ações propositivas para o eixo de pesquisa “Gestão Democrática e Participação Estudantil – Criação do Grêmio Estudantil

What O que? (Ação)	Why Por que? (Objetivo)	Where Onde? (Local)	Who Quem irá fazer? (Responsáveis)	When Quando? (Período)	How Como? (Métodos)	How Much Quanto custará? (Custos)
Formação das equipes gestora e pedagógica sobre Gestão Democrática e Participação Estudantil.	A formação visa fortalecer a compreensão sobre práticas de gestão inclusivas e participativas, facilitando a construção de um ambiente escolar mais colaborativo, onde alunos e educadores atuem de forma conjunta e integrada na tomada de decisões.	Laboratório de informática.	Analista Educacional da SER.	Fevereiro – Na reunião de planejamento.	Realização de palestra sobre o tema; Promoção de rodas de conversa dinâmicas; Elaboração de estratégias para implementar a gestão democrática.	Equipamentos de multimídia – não terá custo. Impressão de materiais, papel A4, lápis, caneta e borracha - R\$ 300,00.
Promoção de rodas de conversa com os alunos em todas as disciplinas do Ensino Médio sobre a importância do Grêmio Estudantil e suas atribuições.	Essa ação visa conscientizar os alunos sobre o papel do grêmio na promoção da participação estudantil e na construção de um ambiente escolar mais democrático e colaborativo.	Salas de aula e refeitório da escola, de acordo com a necessidade.	Gestão, Supervisão, Professores de todos os conteúdos.	No primeiro semestre.	Rodas de conversa com toda equipe escolar para conscientização e elaboração de materiais a serem debatidos com os alunos; Elaboração de um cronograma para roda de conversa com os alunos; Criação de materiais informativos sobre o tema;	Equipamentos multimídias – não tem custo Confecção e impressão de materiais – R\$ 1.000,00

					Realização de rodas de conversas interativas para esclarecimentos sobre o grêmio; Registros das discussões; Encaminhamento das propostas.	
Formação de um grupo organizador para liderar o processo de criação do Grêmio Estudantil.	Essa ação visa promover a participação ativa dos alunos na gestão escolar, através da criação de um órgão institucionalizado que possibilite a representação estudantil e o envolvimento dos jovens nas decisões que afetam sua vivência escolar.	Diversos espaços da escola, de acordo com a necessidade.	Supervisão, professor referência e representantes de turma.	Segundo semestre.	Convocação de interessados em organizar o processo de constituição do grêmio; Definição de grupos, de acordo com os interesses, para realização das tarefas (coordenação, comunicação, logística); Elaboração de um cronograma para desenvolver as etapas do processo de criação; Elaboração do Estatuto de acordo com as legislações vigentes; Preparação e realização da Eleição (datas, regras e formas de campanha para a escolha dos representantes do Grêmio Estudantil).	Recursos multimídias – não tem custos. Confecção de cartazes, panfletos e outros materiais necessários para a divulgação e a realização da eleição – R\$ 1.000,00.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Conforme apresentado no Capítulo 2, o Grêmio Estudantil pode ser um espaço propício para a efetivação da gestão democrática, pois possibilita uma participação ativa dos educandos nos processos de decisão da escola, além de possibilitar o desenvolvimento do protagonismo juvenil. Quando os discentes passam a agir com maior autonomia, buscando perceber os problemas que afetam não só a escola como também a comunidade, podem propor ações para solucionar essas questões. Além disso, o Grêmio Estudantil pode melhorar as relações entre os membros da comunidade escolar, como afirmam os autores Martins e Dayrell (2013, p. 1274), quando apontam o Grêmio Estudantil como um espaço para a “ampliação das relações pessoais, para o companheirismo, para ouvir e respeitar o outro em seus posicionamentos e opiniões”.

Dessa forma, as ações elaboradas para essa etapa do PAE visam à promoção da constituição de um grêmio estudantil com o intuito de ampliar os espaços de participação existentes na instituição, de forma a garantir que os alunos tenham voz ativa nas questões que impactam seu cotidiano escolar. Ao criar esse órgão, busca-se fortalecer a cultura de diálogo e colaboração, permitindo que os estudantes se tornem protagonistas de suas experiências educativas. Além disso, a formação do grêmio contribuirá para o desenvolvimento de competências sociais e políticas nos jovens, estimulando o exercício da cidadania e a construção de um ambiente escolar mais democrático e inclusivo.

Para que o grêmio seja constituído, foram propostas três ações, sendo a primeira delas a formação dos educadores, para que possam posteriormente ajudar na condução do processo de criação. A formação acontecerá na reunião de planejamento escolar, em fevereiro, e será conduzida pelo Analista Educacional da SRE, que ministrará palestra sobre a importância da gestão democrática e da participação estudantil para sua efetivação, em seguida serão realizadas rodas de conversa com os questionamentos elaborados pelo palestrante para, no encerramento, os participantes traçarem estratégias e um cronograma de implementação da gestão democrática.

A segunda ação, rodas de conversas com os alunos sobre a importância e as funções do grêmio estudantil, será inicialmente organizada pela gestão e pela supervisão, que deverão preparar os professores de todas as disciplinas para conduzirem os momentos de conversa com os alunos e elaborar um cronograma com as datas das atividades. Nas rodas de conversa, os professores deverão informar os

alunos sobre o que é um grêmio, apresentar as legislações que o regem, explicar sua função e propor momentos de interação, em que os alunos possam tirar suas dúvidas e propor ideias para sua constituição. Todos os momentos deverão ser registrados para que as propostas sejam encaminhadas à direção escolar.

A última ação será a formação de um grupo responsável por conduzir todo o processo de constituição do grêmio estudantil da E.E. Dr. João Pinto. Para isso, a supervisão fará a convocação de todos os alunos interessados em organizar essa importante iniciativa. Após a convocação, o professor referência e os representantes de turma irão conduzir as ações, dividindo os estudantes em grupos, conforme seus interesses, abrangendo áreas como coordenação, comunicação e logística, garantindo que cada aspecto do processo seja devidamente abordado. Em seguida, será elaborado um cronograma que definirá as etapas do processo de criação do grêmio, incluindo prazos e responsabilidades para cada grupo.

A próxima etapa envolverá a elaboração do Estatuto do grêmio, que deverá estar em conformidade com as legislações vigentes, assegurando que as diretrizes do órgão sejam claras e justas. Essa etapa será conduzida por todos os integrantes, em reuniões específicas, de acordo com o cronograma, e contará com o apoio da supervisão. Por fim, será realizada a preparação e a eleição dos representantes do grêmio estudantil, com definição de datas, regras e formas de campanha.

Essas ações estabelecidas no Plano de Ação Educacional relacionadas ao eixo “Gestão Democrática e Participação Estudantil” visam à promoção de uma gestão democrática efetiva e, principalmente, à promoção do protagonismo juvenil, como forma de contribuir significativamente para a construção integral dos alunos da E.E. Dr. João Pinto, pois os Grêmios Estudantis, segundo Costa e Vieira (2006, p. 252-253) podem se tornar um “caminho inovador no preparo das novas gerações para cidadania” preparando-as para atuarem de maneira crítica e consciente na sociedade. Assim, espera-se que o fortalecimento do grêmio contribua para um ambiente escolar mais participativo, inclusivo e democrático, onde a voz dos estudantes seja realmente ouvida e valorizada.

4.3 AVALIAÇÃO E EXEQUIBILIDADE DO PROJETO PROTAGONISMO EM AÇÃO: FORTALECENDO A VOZ E A PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA ESCOLA ESTADUAL DOUTOR JOÃO PINTO

As ações previstas no projeto "Protagonismo em ação: Fortalecendo a voz e a participação estudantil na Escola Estadual Doutor João Pinto são possíveis de realização, visto que são ações, em sua maioria, para serem realizadas dentro do ambiente escolar e que já fazem parte dessa rotina, como rodas de conversa, palestras e debates visando à formação tanto dos educadores quanto dos alunos. Para que elas sejam realizadas, será necessário o envolvimento de toda equipe escolar, gestão, supervisão, professores e alunos, com o objetivo de organizar, monitorar e avaliar seus resultados.

A única ação que necessita da presença de uma pessoa externa ao ambiente escolar, o Analista Educacional da SRE, também é exequível, pois, sempre que necessário, a escola solicita essa parceria com a finalidade de promover a formação dos educadores.

Os custos estabelecidos para a realização de todas as atividades, como impressão, compra de materiais de papelaria, e materiais necessários para implementar o plano de ação dos Representantes de turma, estão dentro de um orçamento possível e já fazem parte dos materiais que a escola adquire todos os anos. O Colegiado escolar sempre prevê, em seu planejamento anual, o custeio de gastos com os projetos propostos ao longo do ano letivo, a fim de promover a melhoria da qualidade educacional.

Portanto, o projeto "Protagonismo em Ação: Fortalecendo a Voz e a Participação Estudantil na Escola Estadual Doutor João Pinto" pode ser desenvolvido na instituição pesquisada com o objetivo de fomentar o protagonismo de seus educandos, viabilizado sua formação integral e a promoção de uma gestão mais democrática e inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou investigar as dificuldades na consolidação do protagonismo juvenil na Escola Estadual Doutor João Pinto, destacando como o engajamento estudantil pode ser uma ferramenta poderosa para a formação integral dos jovens e para a promoção de um ambiente escolar mais democrático e inclusivo. Para alcançar esse objetivo, buscamos, no Capítulo 2, apresentar os possíveis espaços de participação presentes na instituição a partir de análises documentais.

Durante o desenvolvimento desse trabalho, foi possível observar que, apesar das políticas públicas voltadas para incentivar a participação dos estudantes, como o Novo Ensino Médio e o Programa de Representantes de turma, a escola pesquisada ainda encontra desafios significativos para que essa participação se efetive de maneira plena e contínua.

Os dados obtidos revelaram que, embora a gestão se mostre aberta à participação, essa participação acaba sendo muito limitada, ou mesmo podada por questões burocráticas ou por não enxergarem os jovens como capazes de exercerem sua autonomia, o que gera um sentimento de angústia por parte dos alunos, que não se sentem ouvidos e atendidos. Além disso, foi evidenciado que as instâncias de participação existentes, como o Programa Representantes de Turma e os Projetos Políticos Pedagógicos precisam ser reestruturados para que consigam atender às necessidades dos educandos.

Outro ponto relevante identificado foi que o espaço do Novo Ensino Médio não tem sido propício ao exercício do protagonismo juvenil. E por fim, os alunos demonstram falta de apoio da escola para a constituição de um grêmio estudantil, órgão tão significativo na promoção da autonomia dos discentes.

Diante das dificuldades e oportunidades identificadas, foi elaborado um Plano de Ação Educacional - "Protagonismo em Ação: Fortalecendo a Voz e a Participação Estudantil na Escola Estadual Doutor João Pinto" - com o objetivo de auxiliar a gestão escolar e a equipe pedagógica com ações para fortalecer esses espaços de participação, promovendo um diálogo constante e aberto com os estudantes, para que possam se sentir ativos do processo de decisão na escola, despertando neles o sentimento de pertencimento em relação à instituição escolar.

Somente com a valorização da voz estudantil será possível construir uma escola que fomente a cidadania, a autonomia e a capacidade de liderança, preparando os jovens para os desafios do futuro e para a elaboração de seus projetos de vida.

Para concluir, peço licença para compartilhar minha perspectiva como professora e vice-diretora desta instituição. Ao longo de minha trajetória, pude observar o impacto profundo que a autonomia e a participação ativa dos estudantes têm em seu desenvolvimento. Percebo que, ao incentivarmos esses valores, abrimos caminhos transformadores para cada educando, permitindo que eles se tornem protagonistas de sua própria aprendizagem e cidadãos mais engajados e conscientes.

Acredito que, ao promovermos esses valores dentro da escola, estamos plantando sementes que germinam em autoconfiança e senso de responsabilidade, possibilitando novos horizontes para cada educando. Esses caminhos levam ao desenvolvimento de competências essenciais, como a resolução de problemas, o trabalho colaborativo e o respeito à diversidade de opiniões e experiências. Assim, ao promovermos o protagonismo estudantil, permitimos que cada aluno se torne sujeito ativo de sua própria aprendizagem, reconhecendo-se como parte essencial do processo educativo e da comunidade, contribuindo efetivamente para sua formação integral enquanto cidadão.

REFERÊNCIAS

Abrucio, F. (2010). **Gestão escolar e qualidade da educação: Um estudo sobre dez escolas paulistas**. Estudos & Pesquisas Educacionais, (1), 241-274. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/abrucio_-_gestao_escolar_e_qualidade_da_educacao_um_estudo_sobre_dez_escolas_paulistas.pdf. Acesso em 20 out. 2023

ANFOPE. Manifesto contra a Medida Provisória n. 746/2016. Disponível em http://www.faced.ufba.br/sites/faced.ufba.br/files/manifesto_anfope_mp_12.10.2016r.pdf Acesso em 23 març.2024.

ARAÚJO, Eduardo Santos. **As políticas educacionais em Minas Gerais no Governo Pimentel (2015-2018): democracia participativa?** Tese (Doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/48872/1/Tese%20-%20Eduardo%20Santos%20Araujo.pdf>. Acesso em 13 set. 2023

ARROYO, M. Os jovens, seu direito a se saber e o currículo. *In*: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (org.). **Juventude e ensino médio**. Belo Horizonte: UFMG, 2014b. p. 157-203. Disponível em: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/publication/juventude-e-ensino-mediosujeitos-e-curriculos-em-dialogo/>. Acesso em: 18 maio 2023.

ARROYO, Miguel G. Repensar o Ensino Médio: por quê? *In*: CARRANO, Paulo César; DAYRELL, Juarez; MAIA, Carla Linhares. **Juventudes e Ensino Médio. Sujeitos e Currículos em Diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p.43-52. Disponível em: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/publication/juventude-e-ensino-mediosujeitos-e-curriculos-em-dialogo/>. Acesso em: 15 maio 2024.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisas em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRASIL. **Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7398.htm. Acesso em: 09 set. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 09 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 09 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017a**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 10 nov. 2023

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – Educação é a base**. Brasília, DF: MEC, 2017b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: CNE; CEB, 2018. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/dcnem.pdf>. Acesso em 09 set. 2023

BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. **Juventude Brasileira: Culturas do Lazer e do Tempo Livre**. In: Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Um olhar sobre o jovem no Brasil / Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008, p. 29-44. 218 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde)

CORTI, Ana Paula. Ser aluno: um olhar sobre a construção social desse ofício. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. (Orgs). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p.310-323 Disponível em: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/publication/juventude-e-ensino-mediosujeitos-e-curriculos-em-dialogo/>. Acesso em: 18 maio 2023.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Tempo de servir: o protagonismo juvenil passo a passo: um guia para o educador**. BH: Editora Universidade, 2001.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. VIEIRA, Maria Adenil. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. VIEIRA, Maria Adenil. **Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. 2 ed. São Paulo: FTD; Salvador, BA: Fundação Odebrecht, 2006.

DAYRELL, J.. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40–52, set. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/abstract/?lang=pt#> Acesso em 01 de out. 2023

DAYRELL, J. Por uma pedagogia da juventude. *Onda Jovem*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 34-37, mar./jun. 2005.

DAYRELL, J. Juventude e cultura: o Projeto de Formação de Agentes Culturais Juvenis. In: DAYRELL, J. (org.). **Por uma pedagogia das juventudes: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG**. Belo Horizonte: Maza Edições, 2016. p.79 -121. Disponível em: https://observatoriodajuventude.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/02/livro_por_uma_pedagogia_das_juventudes.pdf. Acesso em: 06 maio 2023.

DAYRELL, J. **A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out./2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100>. Acesso em: 19 set. 2023.

DAYRELL, J.; GOMES, N. L.; LEÃO, G. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? **Educação em revista**, Curitiba, n. 38, p. 237-252, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1550/155018477016.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023

DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola In: DAYRELL, J.; CARRANO, P. ; MAIA, C. L. (org.). **Juventude e ensino médio**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 101-133. Disponível em: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/publication/juventude-e-ensino-mediosujeitos-e-curriculos-em-dialogo/>. Acesso em: 18 ago. 2023

ESCOLA ESTADUAL DOUTOR JOÃO PINTO. **Projeto Político Pedagógico (PPP)**. Tocantins-MG, 2022a.

ESCOLA ESTADUAL DOUTOR JOÃO PINTO. **Atas do Colegiado Escolar**. Tocantins-MG, 2022b.

ESCOLA ESTADUAL DOUTOR JOÃO PINTO. **Atas Reuniões Representantes de Turma**. Tocantins-MG, 2022c.

FERRETTI, C. J.; ZIBAS, D. M. L.; TARTUCE, G. L. B. P. **Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 122, p. 411-423, ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v34n122/22511.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

GONDIM, S. M. G. **Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários** *Estud. Psicologia*, Natal, v. 7, n. 2, 2002.

Gonçalves JUNIOR, Luiz Claudio. **O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO E A FORMAÇÃO DE IDENTIDADE POLÍTICA DA UNE (1937-1945)**. Editora CRV, 2023.

INEP. **Indicadores Educacionais 2022**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 25 abr. 2023.

LIMA, Márcia Josiane Resende. **Protagonismo juvenil: dificuldades e desafios de sua promoção em uma escola estadual de Belo Horizonte**. Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. 114 f. 2020. Disponível em: <https://mestrado.caedufjf.net/protagonismo-juvenil-dificuldades-e-desafios-de-sua-promocao-em-uma-escola-estadual-de-belo-horizonte/> Acesso em 15 de set. 2023

Lino, L. A. (2017). As ameaças da reforma: Desqualificação e exclusão. *Retratos Da Escola*, 11(20), 75–90. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v11i20.756>. Acesso em 23 de març. De 2024

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MARTINS, A. M. Autonomia e educação: a trajetória de um conceito. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, n. 115, p. 207-232, mar. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a09n115.pdf>. Acesso em: 23out. 2024.

MARTINS, F. A. S. **A voz do estudante na Educação Pública: um estudo sobre a participação de jovens por meio do Grêmio Estudantil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUDB-8CKPJT/disserta__o_final_francisco.pdf?sequence=1. Acesso em: 27 abr. 2023.

MARTINS, Francisco André Silva e DAYRELL Juarez Tarcísio. Juventude e Participação: disputas e relações no cotidiano escolar. In: **Anais I Seminário Violar: Problematizando as Juventudes na contemporaneidade**. Campinas, p.46-58. Ago. 2010. Disponível em ; <https://www.fe.unicamp.br/eventos/semviolar/anais/Anais-ISemViolar.pdf>. Acesso em 02 dez. 2023.

MARTINS, F. A. S.; DAYRELL, J. T. **Juventude e participação: o grêmio estudantil como espaço educativo**. *Educação & Realidade*, v. 38, n. 4, p. 1267–1282, out. 2013. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/Nwqt3MSmX8PbD4wtdpqGPDx/#> . Acesso em 09 set. 2023

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). **Documento Orientador da Semana “Escola Em Movimento” Virada da Educação – contém 6 anexos. 201.2016.** Disponível na base de dados da pesquisa (e-mail)

MINAS GERAIS. **Lei 12.084 1996 de 12 de janeiro de 1996.** Assegura a livre organização estudantil e da outras providências. Disponível em:<https://www.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em 13 nov. de 2023.

MINAS GERAIS. **Lei 13.410 de 21 de dezembro de 1999.** Altera dispositivos da lei nº 12.084, de 12 de janeiro de 1996, que assegura a livre organização estudantil e dá outras providências.

MINAS GERAIS. **Lei 22.413 de 16 de dezembro de 2016.** Institui a Semana Estadual das Juventudes. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/22413/2016/>. Acesso em 15 out. 2023

MINAS GERAIS. Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação básica. Ofício Circular DJUV nº 37 e Anexos. Belo Horizonte, Mar. 2017 Disponível na base de dados da pesquisa (e-mail)

MINAS GERAIS. SEE - **Memorando-Circular no 12/2023/SEE/DMTE – CTETC e Anexos** - Assunto: Divulga as orientações para a constituição dos Conselhos de Representante de Turma 2023. Belo Horizonte, 02 de março de 2023. Disponível na base de dados da pesquisa (e-mail)

MINAS GERAIS. **Jogos escolares de Minas Gerais, 2023b** Disponível em: <http://jogosescolares.esportes.mg.gov.br/>. Acesso em 15 de jul. 2023

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). **Resolução N° 3685. Belo Horizonte, 2018.** Imprensa Oficial de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.iof.mg.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). **Resolução N° 4662. Belo Horizonte, 2021.** Imprensa Oficial de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.iof.mg.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). **Resolução N° 4764. Belo Horizonte, 2022a.** Imprensa Oficial de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.iof.mg.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). **Conselho de representante de Turma – Documento Orientador – 2022b.** Disponível em:<https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/anexo-conselho-de-representante-de-turma-orientacoes-2022/> Acesso em 12 out.2023

MINAS GERAIS. **Currículo Referência de Minas Gerais. Minas Gerais, 2022c.** Disponível em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/index.php/plano-de-cursos-crmg>. Acesso em 09 de out. 2023

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). **Resolução N° 4777. Belo Horizonte, 2022d.** Imprensa Oficial de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.iof.mg.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2023.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Subsecretaria de Educação Básica. Superintendência de Políticas Pedagógicas. Diretoria de Ensino Médio. Projeto de Vida – Caderno Orientador Ensino Médio Regular Noturno e Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: SEE/MG, 2023c

MINAYO, C. D. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Alysson André Régis de; LEITE FILHO, Carlos Alberto Pereira; RODRIGUES, Cláudia Medianeira Cruz. **O processo de construção dos grupos focais na pesquisa qualitativa e suas exigências metodológicas.** Rio de Janeiro: ANPAD, set. 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ-A2615.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2023.

PARO V. H. **Gestão democrática da escola pública.** 14. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PAULA, Gilles B. O que é 5W2H: reduza incertezas, ganhe produtividade e aprenda como fazer um plano de ação. [S. l.]: Treasy, 8 nov. 2015. Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/5w2h/>. Acesso em: 26 out. 2024.

PAVÃO, Gislaine Cristina; CARBELLO, Sandra Regina Cassol. Grêmios Estudantis: Uma instância Colegiada em Debate. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: EDUCERE, 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/10217_6140.pdf. Acesso em: 12 out. 2024

PIZZOL, S. J. S. **Combinação de grupos focais e análise discriminante: um método para tipificação de sistemas de produção agropecuária.** Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 42, n. 3, p. 451-468, 2004.

QEDU. **EE Dr. João Pinto.** [2022]. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/31181854-ee-dr-joao-pinto/taxas-rendimento>. Acesso em: 19 out. 2022.

SILVA, R. R. D. DA. **A questão do protagonismo juvenil no Ensino Médio brasileiro: uma crítica curricular. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 118, p. e0233427, jan. 2023. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/L3YtRDW6FdDzVsXdswMzDHs/?lang=pt#> Acesso em 10 de set. 2023

SIMAVE. **Resultados do PROEB Língua Portuguesa, 2022**. Disponível em: <https://simave.educacao.mg.gov.br/#!/resultados-anteriores-n2>. Acesso em 22 de nov. 2022

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIEIRA, Yres Stella Macedo. **Protagonismo juvenil: construção e participação nos grêmios estudantis nas escolas públicas da CREDE 14, no Ceará**. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública. 168f. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/15788>. Acesso em 15 de set.2023

TELES, S. M. A. **A implementação do programa educacional de atenção ao jovem - Peas juventude: o estudo de caso de duas escolas estaduais em Patos de Minas - MG**. 2013. 213f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/wpcontent/uploads/2014/11/SID%C3%89IA-MAR%C3%8DLIA-DO-AMARALTELES.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

TRAD, Leny A. Bomfim. **Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde**. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, p. 777-796, 2009.

WELLER, W. Jovens no ensino médio: projetos de vida e perspectivas de futuro. *In*: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (org.). **Juventude e ensino médio**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 135-154. Disponível em: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/publication/view/juventude-e-ensino-mediosujeitos-e-curriculos-em-dialogo/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ZIBAS, D. M. L.; FERRETTI, C. J.; TARTUCE, G. L. B. P. Micropolítica escolar e estratégias para o desenvolvimento do protagonismo juvenil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 51-85, abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v36n127/a0436127.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2023.

APÊNDICE A–ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS, COMPOSTO POR ESTUDANTES REPRESENTANTES DE TURMA

Objetivo: Compreender, na perspectiva dos representantes de turmas, como tem se efetivado a participação estudantil na E.E.Dr. João Pinto dentro do espaço Representantes de Turmas e qual o conhecimento desses estudantes sobre o que é protagonismo juvenil e como ele pode ocorrer em diversos espaços dentro da escola.

QUESTIONÁRIO PRÉ-GRUPO FOCAL

Questão Norteadora	Possíveis Desdobramentos
O intuito de nossa conversa é entendermos como tem se efetivado a participação estudantil na escola, portanto gostaria de começar com a apresentação de vocês. Poderiam dizer o nome, a idade e o ano de escolaridade que estão cursando?	
Há quanto tempo estuda na escola?	
É a primeira vez que você foi eleito representante de turma?	
Por que você acha que foi escolhido pelos colegas para ser o representante da turma?	
A escola explicou quais as funções do Representante de Turma? Como ocorreu a eleição?	
Enquanto Representante de turma, como tem sido sua atuação?	
Quais são os temas ou assuntos que você gostaria de ter mais espaço para discutir e falar dentro do ambiente escolar?	
PROTAGONISMO JUVENIL	
Questão Norteadora	Possíveis Desdobramentos
Para você, o que um “bom” jovem protagonista deve fazer?	
Você se considera um jovem protagonista?	Você se envolve ativamente em alguma atividade dentro ou fora da escola? Exerce liderança em alguma dessas atividades? Exemplifique.
A escola abre espaços de participação para os estudantes?	Que tipos de espaços?
A escola realiza atividades que despertam o interesse e a participação dos alunos?	Quais atividades?
O Novo Ensino Médio surgiu como possibilidade para que os alunos pudessem ser protagonistas do processo educacional. Vocês percebem esse espaço como propício à participação estudantil?	Você está cursando a Eletiva que escolheu? O que você acha dos Itinerários Formativos? A disciplina Projeto de Vida está auxiliando na sua formação?
A escola não possui Grêmios estudantis ativos. Você sabe o que é o Grêmios Estudantis?	Você sabe se já existiu Grêmios nessa escola? Sabe qual a função desse órgão estudantil? A escola já propôs a vocês a formação de um grêmios?

Como é relação dos líderes de turmas e demais alunos com a gestão escolar?	Vocês são ouvidos? Há ponderação sobre as proposições dos alunos? Vocês se sentem atendidos em seus anseios?
--	--

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS, COMPOSTO POR ESTUDANTES QUE NÃO TÊM OPORTUNIDADE DE FALA

Objetivo: Compreender, na perspectiva dos alunos que, geralmente, não podem se manifestar, como tem se efetivado a participação estudantil na E.E.Dr. João Pinto e qual o conhecimento desses estudantes sobre o que é protagonismo juvenil e como ele pode ocorrer em diversos espaços dentro da escola.

QUESTIONÁRIO PRÉ-GRUPO FOCAL

Questão Norteadora	Possíveis Desdobramentos
O intuito de nossa conversa é entendermos como tem se efetivado a participação estudantil na escola, portanto gostaria de começar com a apresentação de vocês. Poderiam dizer o nome, a idade e o ano de escolaridade que estão cursando?	
Há quanto tempo estuda na escola?	
O que você acha que motiva os alunos a participarem ativamente das atividades escolares?	
Quais são os benefícios que você percebe ao se envolver em atividades escolares além das aulas regulares?	
Como você descreveria o ambiente escolar em relação à inclusão e à diversidade de perspectivas e opiniões?	
Você sente que existe igualdade de oportunidades para todos os alunos participarem das atividades escolares? Por quê?	
Quais são os temas ou assuntos que você gostaria de ter mais espaço para discutir e falar dentro do ambiente escolar?	
PROTAGONISMO JUVENIL	
Questão Norteadora	Possíveis Desdobramentos
Para você, o que um “bom” jovem protagonista deve fazer?	
Você se considera um jovem protagonista?	Você se envolve ativamente em alguma atividade dentro ou fora da escola? Exerce liderança em alguma dessas atividades? Exemplifique.
A escola abre espaços de participação para os estudantes?	Que tipos de espaços?
A escola realiza atividades que despertam o interesse e a participação dos alunos?	Quais atividades?
O Novo Ensino Médio surgiu como possibilidade para que os alunos pudessem ser protagonistas do processo educacional. Vocês percebem esse espaço como propício à participação estudantil?	Você está cursando a Eletiva que escolheu? O que você acha dos Itinerários Formativos? A disciplina Projeto de Vida está auxiliando na sua formação?

A escola não possui Grêmios estudantis ativos.
Você sabe o que é o Grêmios Estudantis?

Você sabe se já existiu Grêmios nessa escola? Sabe qual a função desse órgão estudantis? A escola já propôs a vocês a formação de um grêmios?

APÊNDICE C – ROTEIRO PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA COM O PROFESSOR REFERÊNCIA, COM A ESPECIALISTA DO ENSINO MÉDIO E COM O GESTOR ESCOLAR

ROTEIRO DA ENTREVISTA INDIVIDUAL	
Questão Norteadora	Possíveis Desdobramentos
Para começarmos nossa conversa, gostaria que você se apresentasse dizendo o nome, cargo que ocupa e há quanto tempo atua nessa instituição.	
Para você, o que um “bom” jovem protagonista deve fazer?	
Quais são hoje os espaços de participação estudantil dentro da instituição	Eles são efetivos? Por que a participação não é satisfatória? Como a escola pode incentivar a participação dos alunos?
O Novo Ensino Médio surgiu como possibilidade para que os alunos pudessem ser protagonistas do processo educacional. Você percebe esse espaço como propício à participação estudantil?	De que forma o aluno exerce o protagonismo dentro desse espaço? Esse protagonismo é efetivo? Qual a sua opinião sobre esse espaço de participação estudantil?
Na sua opinião, o programa representante de turma é um espaço efetivo para a promoção do protagonismo juvenil?	De que forma esse espaço pode contribuir para o protagonismo juvenil? Esse é um canal aberto aos alunos para se posicionarem e proporem sugestões para a escola?
Que funções os líderes de turma desempenham?	
A escola não possui Grêmios Estudantis. Por que vocês acham que ele não existe?	A escola já tentou formar o Grêmios? Quais são os desafios para sua implementação?
Como é a relação dos alunos com a gestão escolar, com a supervisão e com os professores?	Os alunos são ouvidos? Participam de conselhos de classe? Suas proposições são analisadas e aceitas ou quando não, eles recebem as considerações sobre o que foi solicitado?
Como é a sua atuação em relação aos Representantes de Turmas?	Vocês se reúnem com frequência? Que tipo de assunto é levantado nas reuniões? Quem conduz essas reuniões? Existem dificuldades para se relacionar com os Representantes de Turmas?
Vocês acham que os Representantes de Turma representam efetivamente seus pares?	